

MESTRADO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ADMINISTRAÇÃO

VIABILIDADE DE IMPORTAÇÃO DE MILHO DO PARAGUAI AO BRASIL COMO
INSUMO À AGROINDÚSTRIA DO OESTE CATARINENSE

CRISTINA VACCARI

CHAPECÓ - SC
2017

CRISTINA VACCARI

**VIABILIDADE DE IMPORTAÇÃO DE MILHO DO PARAGUAI AO BRASIL COMO
INSUMO À AGROINDÚSTRIA DO OESTE CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Ciências Contábeis e Administração**, área de concentração em Gestão da Inovação em Cadeias Produtivas.

Orientador: Prof^o Claudio Alcides Jacoski, Dr. em Engenharia de Produção

**CHAPECÓ - SC
2017**

Ficha catalográfica

V114v	<p>Vaccari, Cristina Viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo à agroindústria do Oeste Catarinense / Cristina Vaccari. -- 2017. 114 f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Claudio Alcides Jacoski Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017 Inclui bibliografia</p> <p>1. Comércio exterior. 2. Importação. 3. Agroindústria. 4. Milho. I. Jacoski, Claudio Alcides. II. Título.</p> <p>CDD 23 -- 382.5</p>
-------	--

Catálogo na fonte Bibliotecária Daniele Lopes CRB 14/989

**VIABILIDADE DE IMPORTAÇÃO DE MILHO DO PARAGUAI AO BRASIL
COMO INSUMO À AGROINDÚSTRIA DO OESTE CATARINENSE**

CRISTINA VACCARI

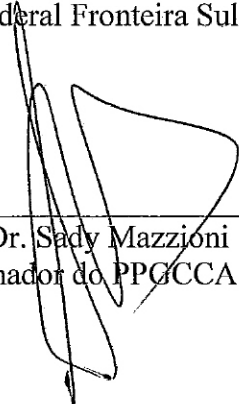
Essa dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis e Administração, área de concentração Cadeias Produtivas, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Banca examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Claudio Alcides Jacoski
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (PPGCCA)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - (UNOCHAPECÓ)

Membro: Prof. Dr. Beno Nicolau Bieger
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (PPGCCA)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - (UNOCHAPECÓ)

Membro: Prof. Dr. Moacir Francisco Deimling
Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)



Prof. Dr. Sady Mazzioni
Coordenador do PPGCCA

Chapecó - SC, 20 de dezembro de 2017

DEDICO ESTA DISSERTAÇÃO Á MINHA FILHA
SHANIA AO MEU ESPOSO ALUISIO, MINHA
FAMÍLIA E RAZÃO DO MEU VIVER.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus mais sinceros agradecimentos a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, pela oportunidade que me foi concedida em participar deste distinto programa de Mestrado em Ciências Contábeis e Administração. Manifesto também meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador professor Dr. Claudio Alcides Jacoski e ao professor Dr. Odilon Luiz Poli coorientador. Todavia, agradeço a Deus, aos meus pais, minha filha e esposo pelo apoio e compreensão recebidos ao longo desta caminhada.

“NUNCA, JAMAIS DESANIMEIS, EMBORA
VENHAM VENTOS CONTRÁRIOS!”
(SANTA PAULINA)

RESUMO

VACCARI, Cristina. Viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo à agroindústria do Oeste Catarinense. 2017. 114. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

O estudo da viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo à agroindústria do Oeste Catarinense é percebido como alternativa a manutenção da cadeia produtiva do agronegócio regional, que depende do suprimento do grão para a produção de aves e suínos. O milho é um dos principais componentes da ração dos animais e precisa estar disponível nas quantidades necessárias. O estado de Santa Catarina consome anualmente mais de 6 milhões de toneladas de milho e sua produção é metade disso, como consequência precisa obter o insumo em outras regiões no Brasil, muitas vezes disponível em distâncias superiores a 2.000 km ou buscar no mercado internacional através da importação do insumo. O objetivo geral deste estudo é identificar a viabilidade mercadológica de importação de milho do Paraguai ao Brasil, indispensável insumo à cadeia produtiva do agronegócio regional. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa. Além da pesquisa bibliográfica e documental, para buscar as informações necessárias ao desenvolvimento do estudo foram aplicados questionários a empresas e instituições dos setores público e privado da região Oeste de Santa Catarina, ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina e realizadas entrevistas com representantes de entidades, empresa *trading company* e cooperativas agroindustriais. Os resultados da pesquisa apontam positivamente à viabilidade mercadológica de importação do insumo milho produzido no Paraguai, sendo que o estado de Santa Catarina consome o dobro de milho de sua produção própria tornando-se necessário complementar o suprimento do insumo. Constatou-se que a Rota do Milho (Brasil-Paraguai) se apresenta como uma alternativa viável com vantagens logísticas para atender a demanda das agroindústrias do Oeste Catarinense.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Importação. Agroindústria. Milho.

ABSTRACT

VACCARI, Cristina. Viability of importation of corn from Paraguay to Brazil as an input to the agroindustry of the West of Santa Catarina. 2017. 114. Dissertation (Master of Science in Accounting and Administration) - Post-Graduate Program in Accounting Sciences and Administration of the Community University of the Region of Chapecó, Chapecó, 2017.

The study of the viability of importing corn from Paraguay to Brazil as an input to the West Santa Catarina agroindustry is perceived as an alternative to maintaining the regional agribusiness production chain, which depends on grain supply for poultry and pork production. Corn is a major component of animal feed and must be available in the required quantities. Santa Catarina state consumes more than 6 million tons of corn annually and its production is half that, as a consequence, it needs to get the input in other regions in Brazil, often available in distances of over 2,000 km or seek in the international market through the importation of the input. The general objective of this study is to identify the market viability of importing corn from Paraguay to Brazil, indispensable input to the productive chain of regional agribusiness. As a data collection instrument, descriptive, qualitative and quantitative research was used. Besides the bibliographical and documentary research, to obtain the necessary information for the development of the study, questionnaires were applied to companies and to public and private institutions in the western region of Santa Catarina, linked to the Border Center of Santa Catarina and conducted interviews with representatives of entities, *trading company* and agroindustrial cooperatives. The results of the research point positively to the market viability of importing the corn input produced in Paraguay, being that Santa Catarina State consumes the double of corn of its own production, becoming necessary to complement the supply of the input. It was found that the Corn Route (Brazil-Paraguay) presents itself as a viable alternative with logistic advantages to assist a demand of the agroindustries of the West of Santa Catarina.

Keywords: Foreign Trade. Importation. Agroindustry. Corn.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Segmento.....	79
Gráfico 2 - Tempo de vínculo com a empresa/entidade/organização	80
Gráfico 3 - Consumo de milho	81
Gráfico 4 - Quantidade de milho consumida pela empresa/entidade/organização em t/mês. ..	82
Gráfico 5 - Origem do milho consumido pela empresa/entidade/organização.	83
Gráfico 6 - Origem do milho consumido empresa/entidade/organização.	83
Gráfico 7 - Período das importações.	84
Gráfico 8 - Origem das importações.....	84
Gráfico 9 - Volume de importações de milho em toneladas/ano.	86
Gráfico 10 - Interesse pela Rota do Milho fronteira de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) – Brasil/ Bernardo de Irigoyen (Província de Misiones) –Argentina.	87
Gráfico 11 - Fatores que motivam a importação.	88
Gráfico 12 - Principais entraves apontados	89
Gráfico 13 - Percepção sobre a viabilidade de importação.	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dados Econômicos da Argentina (2009-2014)	36
Quadro 2 - Balança comercial Argentina com os países do MERCOSUL. Anos 2012-2016*/ Milhões US\$	38
Quadro 3 - Composição das exportações do Uruguai US\$ milhões.....	39
Quadro 4 - Direção das exportações do Uruguai.....	40
Quadro 5 - Origem das importações do Uruguai.....	41
Quadro 6 - Dados Economia país (PARAGUAI).....	43
Quadro 7 - Trajetória da pesquisa.....	58
Quadro 8 - Evolução das exportações – Paraguai (milho) – Safras 1997/98 até 2015/16.	61
Quadro 9 - Brasil - Preços de produtos agrícolas	62
Quadro 10 - Safras de milho do Paraguai 1997/1998 até 2016/2017.....	64
Quadro 11 - ÁREA PLANTADA – BRASIL – Milho em Grãos – 1ª E 2ª SAFRAS 2001/02 a 2016/17 - (em mil hectares).....	65
Quadro 12 - Produção – BRASIL – Milho em grãos – 1ª e 2ª SAFRAS 2001/02 A 2016/17 - (Em mil toneladas)	66
Quadro 13 - Acessos a Portos Marítimos, Aeroportos e Pontos de Fronteira em Santa Catarina - Brasil.	68
Quadro 14 - Acessos Aduaneiros de Mercadorias Paraguias a Chapecó.	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais indicadores socioeconômicos do Uruguai	39
Tabela 2 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil – Uruguai	41
Tabela 3 - Consumo de milho no Brasil por segmento no período de 2001/02 a 2012/13 (em mil toneladas)	53
Tabela 4 - Volume de milho em grão exportado do Paraguai para o Brasil período: jan/2014 até Jan/2017	63
Tabela 5 - Importação de Milho – Origem Paraguai, destino Estado de Santa Catarina (Brasil) – Período : 01/2006 até 12/2016.....	63
Tabela 6 - Cargo que ocupa na empresa/entidade/organização.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Países do Mercosul	35
Figura 2 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil – Argentina.....	37
Figura 3 - Intercâmbio comercial entre Brasil e países da América do Sul.	46
Figura 4 - Resumo do Método	54
Figura 5- Importações de Milho em Grão do Brasil – País de Origem – PARAGUAI	60
Figura 6 - Destino das exportações de Milho Paraguai Safra 2016.....	62
Figura 7 - Importação de milho em grãos 2016 e 2017 em milhões de US\$	63
Figura 8 - Mapa Rota do Milho Paraguai-Argentina-Brasil.....	72
Figura 9 - Portos Paraguai	73
Figura 10 - Rota do milho - futuro porto fluvial de <i>Mayor Julio Dom Otaño</i>	73

LISTA DE SIGLAS

ACE - Acordo de Complementação Econômica
AFRMM - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ - Agencia Nacional dos Transportes Aquaviários
BCRA - Banco Central da República Argentina
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BRIPAM - *Bloque Regional de Intendentes, Prefeitos y Alcaldes del Mercosur* (Bloco Regional de Intendentes, Prefeitos e Alcaldes do Mercosul.
CAF - Corporação Andina de Fomento
CCM - Comissão de Comércio do MERCOSUL
CIP - *Carriage and Insurance Paid To* – Transporte e seguros pagos
CMC - Conselho Mercado Comum
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLM - Comissão Sócio-Laboral doMERCOSUL
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIESC - Federação das Indústrias de Santa Catarina
FMI - Fundo Monetário Internacional
GMC - Grupo do Mercado Comum
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
II - Imposto de Importação
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INE - Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai
IPI - Impostos sobre Produtos Industrializados
IVA - Imposto Valor Agregado
MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NCM - Nomenclatura Comum do MERCOSUL

NFSC - Núcleo de Fronteira de Santa Catarina
OCESC - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OEA - Operador Econômico Autorizado
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDIF - Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina
PIS - Programa de Integração Social
PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PY - Paraguai
SC - Santa Catarina
SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
SH- Sistema Harmonizado de Designação de Mercadorias
SIMI – *Sistema Integrado de Monitoreos de Importaciones* (Sistema integrado de monitoramento de Importações)
SML – Sistema de Pagamento em Moeda Local
SPG -SC– Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Santa Catarina
TBT - Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
TEC - Tarifa Exterior Comum
TICD - Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
USUPPORT-SC - Associação de Usuários dos Portos de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA	17
1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos específicos	18
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 COMÉRCIO EXTERIOR	21
2.2 MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL	30
2.2.1 Países membros do MERCOSUL	33
2.3 BARREIRAS AO COMÉRCIO	47
2.4 A AGROINDÚSTRIA E O INSUMO MILHO	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	54
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA (AMBIENTE DE ESTUDO).....	55
3.3 COLETA DE DADOS	56
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	57
3.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	58
3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	59
4 ANÁLISE DO CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO	60
4.1 CENÁRIO DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E PARAGUAI	60
4.1.2 Cenário logístico entre Paraguai e a agroindústria de Santa Catarina – Brasil	67
4.1.3 Tratamento Administrativo na Importação	76
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	79
5.1 QUESTIONÁRIO	79
5.2 ENTREVISTAS	91
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	100
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

As relações comerciais entre os países membros do MERCOSUL são essenciais para a manutenção dos estados-parte desta integração de países.

Entre os objetivos essenciais de uma integração econômica está o aproveitamento de economias de escala, estímulos aos investimentos e vantagens de especialização. O MERCOSUL surgiu como opção à marginalização crescente da América Latina no sistema econômico mundial (BALBÉ; MACHADO, 2008).

Pode-se observar um amplo interesse entre os estados membros do MERCOSUL no intercâmbio comercial de bens e serviços, facilitados pela proximidade das fronteiras em áreas limítrofes dos países. A região sul do Brasil, em especial a região Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, tem explorado estes acessos, tanto para o escoamento da produção quanto para o acesso a insumos à indústria regional. Destaca-se o setor agroindustrial, fomentado pela produção de proteína animal e cadeia produtiva leiteira.

A manutenção da agroindústria depende de alguns fatores essenciais como a disponibilidade de recursos produtivos e insumos. Dentre os principais insumos, considerados essenciais à cadeia produtiva do agronegócio, está o milho. Este cereal é o principal ingrediente utilizado na produção de ração animal, alimento para suínos, bovinos e aves. Segundo a agroindústria até 80% da ração é composta por milho, adicionado a alguns outros ingredientes como o farelo de soja.

O milho é um dos cereais produzidos pelo Brasil, sendo que seu plantio está posicionado em diversos pontos do mapa brasileiro, ou seja, em todas as regiões brasileiras.

As agroindústrias localizadas no oeste do estado de Santa Catarina utilizam-se do insumo disponível no sul do Brasil e também daquele produzido nas regiões mais distantes como Norte e Nordeste, o que acaba onerando os custos produtivos em razão da distância logística entre o insumo e a indústria.

O consumo de milho no Estado Catarinense supera o volume deste cereal aqui produzido, o que historicamente tem sido motivo de preocupação para o agronegócio no estado, em especial para a região Oeste, considerada berço da agroindústria de proteína animal, cujo o milho é essencial à sua cadeia produtiva.

Neste sentido se faz necessário estudo de alternativas mais atrativas no suprimento do insumo cuja alternativa pode estar na importação entre os países limítrofes ao Brasil.

O Mercosul faz parte de um novo modelo de integração para a América Latina, antes impregnada de proteções comerciais (BALBÉ; MACHADO, 2008). Embora seja o bloco econômico em questão ainda uma união aduaneira imperfeita, fator limitador em alguns procedimentos aduaneiros, o fluxo comercial entre os países membros é efetivo e lotado de oportunidades, destacando-se a produção de milho da República do Paraguai, país alvo deste estudo e um dos principais parceiros comerciais do Brasil no comércio intrabloco. Com milho disponível para exportar e de boa qualidade, torna-se alternativa à demanda da agroindústria do Oeste Catarinense.

Existe uma preocupação crescente entre as agroindústrias instaladas no oeste de Santa Catarina, que é a manutenção e permanência delas na região. Alternativas de acesso ao insumo milho vêm sendo estudadas, dentre elas o incremento nas importações do insumo entre os países limítrofes ao Brasil, pela curta distância entre eles em alguns pontos de fronteira e a possível redução de custos para a agroindústria que estas importações possam gerar, tornando o agronegócio catarinense ainda mais competitivo, direcionando-se ao objeto de estudo dessa dissertação.

1.1 PROBLEMA

Qual a vantagem competitiva da importação de milho na cadeia produtiva do agronegócio do oeste catarinense com o Paraguai?

1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Nesta seção serão apresentadas as relações entre as variáveis que deram origem ao problema de pesquisa.

- Qual o significado do insumo milho na cadeia produtiva no cenário do agronegócio no intercâmbio comercial do Paraguai à região Oeste Catarinense?
- Quais os pontos positivos e quais os entraves do insumo milho ao desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio da região Oeste Catarinense?
- Qual a capacidade produtiva de milho dos dois países em estudo e o consumo do insumo pela agroindústria da região Oeste Catarinense?

1.3 OBJETIVOS

Com objetivo de atender e responder as questões propostas apresenta-se a seguir os objetivos norteadores deste estudo.

1.3.1 Objetivo geral

Estudar a viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo à agroindústria do oeste catarinense.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar o significado do insumo milho na cadeia produtiva no cenário do agronegócio no intercâmbio comercial do Paraguai com a região Oeste Catarinense.

- Apontar pontos positivos e entraves do insumo milho ao desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio.

- Identificar a capacidade produtiva de milho dos dois países em estudo e o consumo de milho pela agroindústria da região oeste catarinense.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O estudo se justifica pela necessidade do milho como insumo na cadeia produtiva agroindustrial fortemente presentes no oeste de Santa Catarina, sendo o milho o principal componente da ração que alimenta aves e suínos, cuja proteína animal produzida fomenta um forte e competitivo mercado com grande fatia nas exportações da balança comercial brasileira, além da cadeia produtiva leiteira que cresceu consideravelmente nos últimos anos, fortalecendo o segmento no oeste catarinense.

Segundo dados das agroindústrias, Santa Catarina produz em média 3 milhões de toneladas de milho por ano e consome 6 milhões de toneladas por ano, sendo que a equação não tem um resultado positivo e o insumo precisa estar disponível para atender a demanda

A agroindústria considera viável financeiramente para acessar o insumo, que trajeto terrestre que não ultrapasse 500 km, portanto, muito distante da realidade quando se fala em posicionamento do insumo em algumas regiões no Brasil. Hoje para aquisição do insumo

brasileiro, em alguns casos o grão está posicionado em uma distância que pode ultrapassar 2 mil quilômetros.

Esta logística ineficiente e onerosa, tem instigado a agroindústria a se instalar nas regiões onde o milho se encontra em abundância como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás no sentido de buscar solução para o problema de abastecimento, o que causaria fortes impactos econômicos na região oeste catarinense.

Considerando a distância entre os estados brasileiros produtores do insumo excedente (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) ao seu consumo, uma alternativa de acesso ao insumo está na importação, o que de fato não é novidade em especial via fronteira do Brasil com o Paraguai pelas cidades de Foz do Iguaçu (Paraná-Brasil) e *Ciudad Del Leste (Provincia de Misiones- Paraguay)*.

Uma possível solução para o encurtamento da distância insumo-agroindústria é a entrada do milho ao Brasil, via porto seco na região extremo oeste de Santa Catarina, entre as cidades de Dionísio Cerqueira (SC) - Brasil e *Bernardo de Irigoyen (Provincia de Misiones) - Argentina*, corredor de importação de insumos argentinos, paraguaios e chilenos, e escoamento produtivo de produtos brasileiros, cuja distância é menor que 500km (Oeste catarinense até região produtora de milho no Paraguai)

Existe um projeto em andamento chamado de Rota do Milho (*Ruta del Maiz*) visando melhorar o acesso ao insumo produzido no Paraguai, encurtando distância entre importadores brasileiros e exportadores paraguaios via fronteira entre a cidade de Dionísio Cerqueira (SC) - Brasil e *Bernardo de Irigoyem (Provincia de Misiones) - Argentina*. As questões transfronteiriças envolvidas nesse processo precisam ser estudadas na busca por acesso a mercados, qualidade e tecnologia, visando solução às barreiras comerciais existentes, que dificultam as relações comerciais bilaterais.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação de Mestrado, está estruturado da seguinte forma: introdução: problema, perguntas de pesquisa, objetivo geral e os objetivos específicos, justificativa e estrutura da dissertação; revisão da literatura, onde constam, resumidamente, as principais teorias e autores para a fundamentação da pesquisa - Comércio Exterior, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Países Membros do MERCOSUL, Barreiras ao Comércio, a Agroindústria e insumo Milho; Procedimentos Metodológicos - Delineamento da Pesquisa, População e Amostra, Coleta de Dados, Procedimentos de Análise dos Dados; Trajetória da Pesquisa;

Limitações do Estudo; Análise do Cenário do Agronegócio –Cenário do Comércio bilateral entre Brasil e Paraguai, Tratamento Administrativo na Importação; Análise e Interpretação dos Resultados – Questionário e Entrevista. Conclusões e Recomendações; e Lista de Referências

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura busca apresentar de maneira mais detalhada temas voltados a viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo agroindústria do Oeste Catarinense, conforme se apresentará nos próximos tópicos.

2.1 COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior é movido pelo relacionamento entre os países, que precisam trocar mercadorias pelas mais diversas razões, e elas poderão não estar relacionados à abundância ou a falta de recursos, clima, capital, trabalho, etc. (KEEDI, 2012). Cabendo inicialmente destacar que a expressão Comércio Exterior está vinculada ao comércio que um país tem com o resto do mundo, diferenciando-se da expressão Comércio Internacional que refere ao comércio mundial (LUZ, 2010).

A importância dos relacionamentos transcende os motivos materiais, que podem estar relacionados a motivos comerciais em que a compra e a venda de mercadorias podem fazer parte de um conjunto mais abrangente de contatos e ações entre os países “[...] a importância política também é relevante nas transações comerciais, podendo determinar o volume de negócios entre os países” (KEEDI, 2012, p.21).

O desenvolvimento do comércio internacional pode acontecer por meio das empresas comerciais, ou por meio dos órgãos comerciais governamentais. As empresas comerciais praticam o comércio de exportação, remetendo as mercadorias de um país para outro, bem como o comércio de importação, que por sua vez é a aquisição de mercadorias. A prática do comércio exterior pode ser conceituada como o intercâmbio de mercadorias e serviços entre agentes econômicos que operam sob a égide da legislação nacional (SOUZA, 2003) e também “[...] a relação direta de comércio entre dois países ou blocos”, conforme (MALUF, 2000, p.23).

Historicamente, o comércio internacional, tem sua origem nas operações de trocas que existiam entre países de diferentes culturas, onde se consolidou com a evolução dos meios de transporte (SOUZA, 2003). Desde a organização dos povos nos primórdios da civilização, surge naturalmente a ideia de mútuos benefícios que o comércio é capaz de produzir, “[...] Essa percepção decorre de uma questão prática: é impossível produzir com eficiência todos os bens necessários para certa sociedade” (CAPARROZ, 2012, p. 25). Os países buscam complementar

suas necessidades internas com produtos e serviços disponíveis em outras regiões do planeta onde, ocorrem em abundância (CASSAR, 2004).

Porém se o comércio internacional decorre primeiramente das diferenças existentes entre os diversos países que buscam complementar suas necessidades internas com produtos e serviços, ao ingressar numa economia globalizada, os países, até então concentrados em questões domésticas ou regionais, passam a enfrentar problemas em larga escala, cujas soluções dependem igualmente de respostas fornecidas por organismos internacionais fortes e eficientes, situação muito distante da realidade atual (CAPARROZ, 2012).

Comércio exterior é uma via de mão dupla – exportação e importação. Nos países em desenvolvimento cabe às importações o ônus de contribuir para o desempenho dos fatores produtivos do país, embora as exportações se reflitam também como um bom indicador (SOUZA, 2010).

Segundo Keedi (2012) entende-se por exportação a transferência de mercadorias e serviços entre países, que pode acontecer de maneira direta ou indireta. Direta, quando a exportação ocorrer pelo próprio fabricante do produto diretamente ao importador e indireta quando o exportador for outro que não o produtor da mercadoria, como por exemplo através de uma *tradingcompany*. Duas formas de exportação se aplicam: definitiva ou temporária. E no movimento contrário está a importação, onde ocorre a compra de bens ou serviços de um produtor localizado em outra nação, que não seja a de origem do comprador, de maneira direta ou indireta como citado na exportação.

“O crescimento dos países reflete-se no aumento das importações, sobretudo daqueles bens que são imprescindíveis à produção industrial e agrícola, já o mesmo não acontece com as exportações, que estão mais dependentes da demanda” (SOUZA, 2010, p.6). Segundo o autor, para que os países consigam se desenvolver a contento, acompanhando a concorrência dos mercados mundiais é necessário que realizem importações de maquinários, tecnologia, fertilizantes e outros insumos necessários à sua produção (SOUZA, 2010).

Quando um país permanece por longo tempo sem importação, ele deixa de obter não somente produtos e serviços, ele perde em informação e conseqüentemente em competitividade. “O aumento da competição interna é uma das marcas mais visíveis da importação” (KEEDI, 2012, p. 27).

Pode-se considerar as importações como fator de equilíbrio nas contas nacionais, “as importações em época de moeda nacional valorizada podem ajudar na estabilização de preços no mercado interno, e com aumento da concorrência de produtos estrangeiros os produtores nacionais são instigados a aprimorar seus produtos” (SOUZA, 2010, p. 6).

Muito se tem escrito sobre globalização e suas implicações no cenário econômico mundial. Para Cignacco (2009), este fenômeno passa a ser reconhecido a partir do século XX e Caparroz (2012) corrobora no sentido de que o fenômeno da globalização, não é novo, e suas raízes se assentam no capitalismo e na acumulação de riquezas que surgem com a circulação de mercadorias em escala global, o autor cita em seu livro o pensador do século XIX, Karl Marx que, em seu Manifesto Comunista já alertava para a tendência expansionista do capital, no período datado de 1848, séc. XIX, para Marx, a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos conduza burguesia a conquistar todo o globo terrestre (CAPARROZ, 2012).

A globalização “é vista como um fenômeno ou um conjunto de fenômenos reais em que há “um mundo sem fronteiras”. Neste cenário global, o Estado-Nação se transforma em ficção e a política tem poder efetivo reduzido” (CIGNACCO, 2009, p. 25).

A política internacional exige como tratamento uma sólida e séria compreensão da realidade a que as composições teóricas se referem, além de ter um tratamento neutro nas complicadas questões envolvidas e, principalmente, nas transações econômicas entre as nações (KUNZLER, 2002).

Cignacco (2009) aponta três etapas históricas à globalização: a primeira em que foram negociadas diversas etapas sobre o GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) aos países envolvidos; a segunda envolve os avanços em informática e telecomunicações onde se oriunda a globalização financeira que diz respeito ao mercado financeiro e cambial mundial e a terceira etapa “[...] que se refere à queda das economias planejadas de regime comunista e sua incorporação ao mercado mundial, assim como a abertura de certos países junto ao mercado internacional” (CIGNACCO, 2009, p. 25).

Misturam-se na esfera internacional os problemas antes tido como políticos – ideológicos, hoje transformados em problemas econômicos, como a abertura política na União Soviética, que extinguiu o regime socialista e a economia planificada que havia nascido na revolução de 1917, obrigando o estado a reconhecer sua estagnação e partir radicalmente para a economia de mercado (KUNZLER, 2002).

Em 1985, sob comando do líder Mikail Gorbachev, a *Glasnost*, que se traduz como processo de renovação “[...] transparência no sentido de conferir maior liberdade de expressão às pessoas, após décadas de repressão e a censura e a perestroika - reconstrução do modelo econômico, com maior participação da iniciativa privada (CAPARROZ, 2012, p. 42), cujas suas consequências políticas e econômicas, no ano de 1985, que resultou na democratização do leste europeu, estabelecendo um novo rumo político para o mundo: “[...] eliminaram-se as

discussões político-ideológicas para abrir espaço ao fortalecimento das disputas econômicas internacionais” (KUNZLER, 2002, p.14).

Caparroz (2012) corrobora apontando dois momentos históricos emblemáticos, que podem ser destacados como o início do atual modelo de globalização: a fragmentação da União Soviética e a derrocada do regime socialista nos países do leste europeu e a queda do muro de Berlim, símbolo máximo da divisão política, econômica e ideológica entre o capitalismo e o socialismo.

No Brasil, sem as barreiras que proibiam a importação de quase tudo na década de 80, percebe-se a abertura de novas possibilidades de comércio para pequenos produtores nacionais que passam a vislumbrar negócios em todo o mundo. A globalização foi recebida com euforia pelos mercados, especialmente nos países em desenvolvimento, que passaram a abrir suas economias ao investimento estrangeiro, o que hoje resulta na interdependência entre os países, resultante da liberdade de capital (CAPARROZ, 2012).

Um processo de integração é definido como um conjunto de medidas de caráter econômico que tem por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois países (MDIC, 2015).

Keedi (2012), define integração como um processo de união de países, basicamente com propósitos econômicos, visando o desenvolvimento dos Países-Membros participantes, mediante os mais diversos acordos, de maneira que facilite o comércio, o trânsito de pessoas, capitais, etc.

Estas associações entre países procuram estabelecer relações comerciais e econômicas privilegiadas entre si e que tendem a adotar parcelas compartilhadas de soberania, ou seja, os integrantes concordam em abrir mão de parte da soberania em proveito de todos os associados (CAPARROZ, 2012).

Hinojosa-Oeda (1997) apud Kunzler (2002, p. 40), defende os mecanismos de integração e cooperação supranacionais, intra e interblocos econômicos:

[...] a integração comercial constitui-se em uma necessidade para a harmonização dos interesses recíprocos, e para proporcionar soluções de liquidez das dívidas externas e o equilíbrio dos balanços de pagamentos das nações[...] o Tratado de Assunção prevê a “eliminação de restrições não tarifárias” e “o compromisso dos Estados –Partes, de harmonizarem suas legislações nas áreas pertinentes para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

Accioly (2003), afirma que entre os modelos de cooperação econômica existem várias fases de integração, nas quais os Estados que pretendem formar um grupo regional escolhem,

a partir de seus interesses, o grau pretendido. Observe-se que para cada nível de integração correspondente, uma renúncia crescente de competência inerente à soberania nacional acontece.

O *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) surgiu no final da 2ª guerra mundial, em 30/10/1947, criado, a título provisório, com o objetivo de promover a paz e a prosperidade econômica através de políticas de cooperação, cujos estatutos falam do aumento entre os povos do nível de vida, através da redução substancial de impostos alfandegários e de outras barreiras ao comércio internacional. O Gatt foi, e continua sendo o principal acordo internacional sobre comércio de acordo com Caparroz, (2012), em 1991 foi substituído pela Organização Mundial do Comércio – OMC.

Este acordo é a regulamentação base para as fases de integração supranacional, a partir da definição de espaço aduaneiro e concessões por fase de integração concedidas pelos Estados parte.

A partir das disposições previstas pelo Gatt (1994), o Artigo XXIV define território Aduaneiro e dispõe sobre Área de Livre Comércio e União Aduaneira:

24.2. Para os fins de aplicação do presente Acordo, entende-se por território aduaneiro todo o território para o qual tarifas aduaneiras distintas ou outras regulamentações aplicáveis às trocas comerciais sejam mantidas a respeito de outros territórios para uma parte substancial do comércio do território em questão.

24.3. As disposições do presente Acordo não deverão ser interpretadas como obstáculo:

(a) às vantagens concedidas por uma Parte Contratante a países limítrofes, para facilitar o comércio fronteiriço;

(b) ou às vantagens concedidas ao comércio com o Território Livre de Trieste pelos países limítrofes desse Território, com a condição de que tais vantagens não sejam incompatíveis com as disposições dos Tratados de Paz resultantes da Segunda Guerra Mundial. (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2013, p. 243.)¹

Compreendem as fases de integração supranacional, em ordem de importância e complexidade Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária e União Política, geralmente antecedidas pela constituição de uma zona de preferência tarifária. Para melhor compreensão apresentam-se suas características a seguir:

¹Article XXIV Territorial Application - Frontier Traffic - Customs Unions and Free-trade Areas:

24.2 For the purposes of this Agreement a customs territory shall be understood to mean any territory with respect to which separate tariffs or other regulations of commerce are maintained for a substantial part of the trade of such territory with other territories.

24.3 The provisions of this Agreement shall not be construed to prevent:

(a) Advantages accorded by any contracting party to adjacent countries in order to facilitate frontier traffic;

(b) Advantages accorded to the trade with the Free Territory of Trieste by countries contiguous to that territory, provided that such advantages are not in conflict with the Treaties of Peace arising out of the Second World War.

a) Zona de Preferência Tarifária:

Em áreas de tratamento de Preferências Comerciais, existe a redução das tarifas concedidas a produtos procedentes e de origem do país signatário de acordo internacional de Preferências Comerciais. O país importador reduz suas tarifas alfandegárias no percentual firmado entre os países (Estados- parte) (KUNZLER, 2002). Na prática, implica que os signatários concedem, entre si, reduções tarifárias recíprocas, que não alcançam todo o universo, como semelhante a um “clube de compras”, no qual os sócios teriam direitos a descontos especiais (CAPARROZ, 2012, p.230).

Para benefícios proporcionados pelos acordos comerciais nas zonas de preferência tarifárias faz-se obrigatoriamente a necessidade de comprovação de origem de mercadoria através do Certificado de Origem, emitido pelas entidades responsáveis (MDIC, 2017).

b) Zona de Livre Comércio

Os autores pesquisados corroboram na ideia de que Zona de Livre Comércio se constitui como o primeiro estágio efetivo de integração supranacional, nesta fase, “[...]os países signatários do tratado resolvem eliminar, progressiva e reciprocamente, entraves e restrições ao comércio, tarifários ou não, se, no entanto, acordarem em relação à mercadoria proveniente de terceiros países” CAPARROZ (2012, p. 230). Neste estágio, [...] existe a livre circulação de mercadorias, mas não existe a tarifa exterior comum com terceiros países (KUNZLER,2002, p. 83).

O conceito para Zona de Livre Comércio é apresentado no artigo XXIV do GATT, (cap. 24.5 b):

24.5. Em consequência, as disposições do presente Acordo não se oporão à formação de uma união aduaneira entre os territórios das Partes Contratantes ou ao estabelecimento de uma zona de livre troca ou à adoção de Acordo provisório necessário para a formação de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca, com a condição de que:

[...] (b) no caso de uma zona de livre troca ou de um Acordo provisório concluído visando a formação de uma zona de livre troca, os direitos aduaneiros mantidos em cada território constitutivo, no que respeita ao comércio das Partes Contratantes que não fazem parte de um tal território ou que não participam de tal acordo, no momento da formação da zona ou da conclusão do Acordo provisório, não serão mais elevados, nem as outras regulamentações de trocas comerciais mais rigorosas que os direitos e regulamentações correspondentes existentes nos mesmos territórios antes da

formação dessa zona ou da conclusão do Acordo provisório, segundo o caso; (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2013, p. 243).²

Segundo Caparroz (2012) as zonas de livre comércio são as formas mais simples e frequentes de integração comercial e, conforme observado nos termos do artigo XXIV (cap. 24.5 (b)) do GATT, podem ser caracterizadas como a união de dois ou mais territórios entre os quais os direitos e outras regulamentações que restringem o câmbio comercial são eliminados para a maioria das operações relativas aos produtos originários dos membros.

Assim confirma Acioly (2003, p. 25) “[...] se entenderá por zona de livre comércio um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais se eliminam os direitos de aduana e as demais regulamentações comerciais restritivas”, com respeito essencial dos intercâmbios comerciais de produtos originários nos territórios constitutivos da referida zona de livre comércio, mediante comprovação documental pelo Certificado de Origem (ACCIOLY, 2003).

Em caso de sucesso, as zonas de livre-comércio tenderiam a evoluir para o estágio de união aduaneira. Como exemplo de Zona de Livre Comércio cita-se o NAFTA - *North American Free Trade Agreement* (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), acordo firmado entre os Estados Unidos, o Canadá e o México.

c) União Aduaneira

Em consequência da efetivação e sucesso da etapa de integração anterior a União Aduaneira se constitui na eliminação ou reduções tarifárias e não tarifárias entre os signatários. Nesta etapa, os países passam a adotar uma política comercial padronizada em relação às importações provenientes de fora da união aduaneira, que se dá pela criação de uma tarifa externa comum, que estabelece alíquotas idênticas aplicadas a mercadorias provenientes de países que não integram o bloco, independente do local de entrada (CAPARROZ, 2012).

² Article XXIV Territorial Application - Frontier Traffic - Customs Unions and Free-trade Article XXIV Territorial Application - Frontier Traffic - Customs Unions and Free-trade Areas

24.5 Accordingly, the provisions of this Agreement shall not prevent, as between the territories of contracting parties, the formation of a customs union or of a free-trade area or the adoption of an interim agreement necessary for the formation of a customs union or of a free-trade area; Provided that:

(b) with respect to a free-trade area, or an interim agreement leading to the formation of a free-trade area, the duties and other regulations of commerce maintained in each of the constituent territories and applicable at the formation of such free trade area or the adoption of such interim agreement to the trade of contracting parties not included in such area or not parties to such agreement shall not be higher or more restrictive than the corresponding duties and other regulations of commerce existing in the same constituent territories prior to the formation of the free-trade area, or interim agreement as the case may be;

Representa o modelo clássico de integração, no qual, além da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias previstos na Zona de Livre Comércio, os países adotam política comercial uniforme em relação às importações provenientes de fora da união mediante a adoção da TEC (Tarifa Externa Comum), conforme disposto no artigo XXIV do GATT (cap 24.8 a e b):

24.8. Para fins de aplicação do presente Acordo:

(a) entende-se por união aduaneira, a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios aduaneiros, de modo que:

(i) os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos Artigos XI, XII, XIII, XIV, XV e XX) sejam eliminados para a maioria das trocas comerciais entre os territórios constitutivos da união, ou ao menos para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários desses territórios;

(ii) e, à exceção das disposições do parágrafo 9 os direitos aduaneiros e outras regulamentações idênticas em substância sejam aplicadas, por qualquer membro da união, no comércio com os territórios não compreendidos naqueles;

(b) entende-se por zona de livre troca um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos Artigos XI, XII, XIII, XIV, XV e XX) são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre troca (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2013, p. 245).³

Ou seja, neste estágio de integração “[...] existe a livre circulação de mercadorias e uma tarifa exterior comum aplicada em todas as fronteiras” (KUNZLER, 2002, p. 83).

Na união aduaneira temos a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios, de modo que os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais sejam eliminadas para a maioria das transações intrabloco, de modo a permitir a livre circulação de bens (CAPARROZ, 2012, p. 231).

Para reconhecimento como União Aduaneira por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), existe a necessidade de 80% das linhas tarifárias dos países signatários estarem integradas.

³ Article XXIV Territorial Application - Frontier Traffic - Customs Unions and Free-trade Article XXIV Territorial Application - Frontier Traffic - Customs Unions and Free-trade Areas

24.8 For the purposes of this Agreement: (a) A customs union shall be understood to mean the substitution of a single customs territory for two or more customs territories, so that (i) duties and other restrictive regulations of commerce (except, where necessary, those permitted under Articles XI, XII, XIII, XIV, XV and XX) are eliminated with respect to substantially all the trade between the constituent territories of the union or at least with respect to substantially all the trade in products originating in such territories; and, (ii) subject to the provisions of paragraph 9, substantially the same duties and other regulations of commerce are applied by each of the members of the union to the trade of territories not included in the union; (b) A free-trade area shall be understood to mean a group of two or more customs territories in which the duties and other restrictive regulations of commerce (except, where necessary, those permitted under Articles XI, XII, XIII, XIV, XV and XX) are eliminated on substantially all the trade between the constituent territories in products originating in such territories.

d) Mercado Comum

Etimologicamente, mercado comum significa fronteira comum. Avançando para este estágio de integração supranacional, se permite a livre circulação intrabloco dos fatores produtivos: pessoas, bens, serviços e capitais (KUNZLER, 2002). “Exigindo trabalho legislativo conjunto, no qual os países integrantes precisam coordenar políticas macroeconômicas, para a adoção de parâmetros uniformes na fixação de taxas de juros e regras de câmbio, bem como para a definição de políticas fiscais integradas” (CAPARROZ, 2012, p. 231)

No entanto, a livre circulação de capitais exige alto grau de harmonização tributária, especialmente no que tange à tributação da renda, pois os investidores podem, no mercado comum, aplicar recursos em qualquer país do bloco e almejar, como é natural, as melhores condições de retorno financeiro. Se os países não possuem mecanismos de tributação integrados, com alíquotas e regras de incidência uniformes, o fluxo de capitais poderá gerar graves distorções consideráveis aos mercados e às contas públicas. Nos termos apresentados, apenas a União Europeia alcançou (e suplantou como se verá a seguir) o estágio de mercado comum (CAPARROZ, 2012, p. 231).

d) União Econômica e Monetária

A União Econômica e Monetária consiste na harmonização das legislações das políticas nos aspectos econômicos, financeiros e monetários, além de adoção de moeda única e políticas monetárias unificadas e controle das reservas de taxas de câmbio (KUNZLER, 2002). Como único exemplo de integração supranacional a ter alcançado este estágio cita-se a União Europeia, composta por 28 países.

De acordo com o site do Parlamento Europeu (2017):

A União Económica e Monetária (UEM), que é parte integrante da realização do mercado único, traduz-se numa coordenação acrescida das políticas económicas dos Estados-Membros a nível europeu e na obrigação de evitar déficits orçamentais excessivos (pacto de estabilidade e de crescimento). A UEM deu origem à introdução de uma moeda única: o euro. Desde 1 de janeiro de 1999, o Banco Central Europeu (BCE) foi encarregado de conduzir a política monetária europeia. Foi implementado um sistema de governação económica, as políticas económicas passaram a ser coordenadas e sujeitas a supervisão e foi criado um mecanismo de assistência financeira aos Estados-Membros da UE que atravessem graves dificuldades económicas.

Ainda de acordo com o site do Parlamento Europeu (2017), a União Econômica e Monetária é o resultado de uma integração econômica progressiva na União Europeia com regulamentações comuns dos produtos e livre circulação de bens, capitais, trabalhadores e serviços. Aplica-se a moeda comum em 19 países constituintes da União Europeia (EU), denominando-se Zona do Euro. Na União Europeia não existe uma instituição única responsável pela política econômica, mas uma partilha da responsabilidade entre os Estados-Membros e as várias instituições da UE.

e) União Política

União Política, “[...] pressupõe a forte coesão econômica e social para a harmonização das políticas externas, de segurança e defesa” (KUNZLER,2002, p. 83).

União econômica é considerada o último estágio empregado e conhecido, a União Política constitui-se de um estágio utópico e pouco provável de vir a se concretizar (KEEDI, 2012). Caparroz (2012) corrobora com os outros autores, no sentido de que este modelo se torna apenas teórico, no qual os Estados-membros passariam a formar uma federação, com total integração do seu ordenamento jurídico e ficariam sob uma Constituição Supranacional.

2.2 MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL

A queda das fronteiras econômicas em escala global serviu para ampliar os horizontes das relações diplomáticas entre os países do Cone Sul, pois até meados da década de oitenta, Brasil e Argentina viviam de costas um para o outro. Em 29 de novembro de 1988, na cidade de Buenos Aires – Argentina, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD) entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, cujo como objetivo final seria a consolidação do processo de integração econômica entre os dois países.

Os dois países limítrofes articularam para a criação do bloco regional, logo o Uruguai aderiu, preocupado com o movimento que o ameaçava deixá-lo num relativo isolamento econômico, e pouco depois o Paraguai, o que culminou no Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, marco inicial do MERCOSUL (ACCIOLY, 2003), entrando em vigor em 29 de novembro de 1991 com duração indefinida.

A parte comercial deste acordo,foi regulamentada por um Acordo de Complementação Econômica- ACE nº 18 sancionado pelo decreto nº 550, de 27 de maio de 1992. Este Acordo

foi firmado ao amparo da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em 20 de novembro de 1991, com o objetivo de facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento do Mercado Comum. No seu âmbito foram firmados diversos Protocolos Adicionais e Atas de Retificação (MDIC, 2017).

Para Balbé; Machado, (2008) o MERCOSUL faz parte de um novo modelo de integração para a América Latina, antes impregnada de proteções comerciais, que dificultavam as relações comerciais de maneira global. Complementando Cervo (1997), afirma ter sido este processo uma saída para o impasse do multilateralismo e das tentativas anteriores de integração latino americana. A longa história de tentativas de integração na América Latina tem no Tratado de Assunção um marco divisório.

Simon Bolívar, conhecido como *el libertador* lançou no final do século XX, a ideia de integrar o continente latino-americano (PEREIRA, 2001).

Dentro do que se convencionou chamar de regionalismo aberto, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, segundo Jank; Garbarino; Nassar, (1999), decidem a partir da Ratificação do Tratado de Assunção a criação do MERCOSUL, que estabeleceu três metas a serem cumpridas na consolidação do mercado comum - eliminação das barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias entre os países membros; adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e coordenação setorial das políticas macroeconômicas.

Vinte cinco anos se passaram desde a criação do bloco, e o atual estágio de integração supranacional do MERCOSUL permanece estacionado em União Aduaneira.

Segundo as diretrizes estabelecidas, a partir do ano de 1992, a TEC deveria incentivar a competitividade dos Estados Partes e seus níveis tarifários deveriam contribuir para evitar a formação de oligopólios ou de reservas de mercado e que deveria atender aos seguintes critérios: a) ter pequeno número de alíquotas; b) baixa dispersão; c) maior homogeneidade possível das taxas de promoção efetiva (exportações) e de proteção efetiva (importação); d) que o nível de agregação para o qual seriam definidas as alíquotas era de seis dígitos (CAPARROZ, 2012).

A aprovação da TEC também incluiu alguns mecanismos de ajuste das tarifas nacionais, através de Listas de Exceções, com prazos definidos para convergência aos níveis da TEC.

A partir da relação comercial em 1995, um total de 90% dos produtos comercializados entre os países membros foram isentos de tributos, já os restantes 10% seriam os produtos que tinham uma tarifa especial, por serem considerados estratégicos ou por aguardarem legislação comercial específica (CARDOSO; BASTOS; DIAS, 2007).

Quanto as assimetrias econômicas entre os países membros do Mercosul se considera o Brasil o maior beneficiado com a integração, de acordo com Oliveira (2011, p. 38):

Durante muito tempo, os membros menores (Paraguai e Uruguai) afirmam abordar com maior eficácia as assimetrias ou desequilíbrios dentro do Bloco. Eles levantaram algum desconforto com base em um diagnóstico através do qual eles consideram que, em vista dos resultados econômicos e sociais negativos, o MERCOSUL não atendeu os membros menores. A integração prevista nos anos 90 enfatizava os aspectos comerciais, sem a cobertura de medidas compensatórias para os mais desfavorecidos. O resultado foi inevitável: o Brasil, a maior economia foi a mais beneficiada de todos, seguida pela Argentina em certa medida, enquanto os outros parceiros foram os mais prejudicados. Os parceiros menores consideram que se devem outorgar-lhes maiores flexibilidades para compensar a distribuição adversa de custos e benefícios. No caso da República Oriental do Uruguai, algumas das cifras que explicam seu desconforto são eloquentes: o comércio com o MERCOSUL está em um nível menor do que tinha antes da sua fundação. Por esse motivo, propôs a assinatura individual de TLCs (Tratado de Livre Comércio) com terceiros países, não acatando os regulamentos vigentes no bloco.

A integração do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) é a primeira tentativa do MERCOSUL de abordar as assimetrias econômicas, favorecendo principalmente os países com menor desenvolvimento econômico relativo. A intenção é que tanto o Paraguai quanto o Uruguai sejam compensados pelo déficit do resultado comercial de suas transações em relação aos seus parceiros maiores. Esses fundos, que atualmente totalizam 125 milhões de dólares, serão distribuídos 70% entre Uruguai e Paraguai.⁴

Atualmente, os países do MERCOSUL juntos concentram uma população estimada em de 275 milhões de pessoas e é a quinta maior economia do mundo (MDIC, 2017) com um Produto Interno Bruto (PIB) superior a dois trilhões de dólares (SECEX, 2017).

Balbé; Machado, (2008) apontam que a justificativa para a integração regional se dá como uma ordenação mais aberta e transparente da economia internacional, pois se converte em um mecanismo de diversificação de riscos, segundo os autores, as duas principais consequências da integração econômica são: criação de comércio e desvio de comércio.

A geração de comércio acontece quando parte da produção interna de uma nação membro da União Aduaneira é substituída por importações de custo inferior de outra nação

⁴Desde hace mucho tiempo los miembros menores (Paraguay y Uruguay), reclaman abordar con mayor eficacia las asimetrías o desequilibrios en el interior del Bloque. Han planteado cierto mal estar basado en un diagnóstico a través del cual consideran que en vista de los resultados económicos y sociales negativos, el MERCOSUR no ha cumplido con los miembros más pequeños. La integración prevista en los 90' enfatizaba los aspectos comerciales, sin la cobertura de medidas compensatorias para los más desfavorecidos. El resultado fue inevitable: Brasil la economía de mayor porte fue la más beneficiada de todas, secundada por Argentina en alguna medida, mientras que los otros socios fueron los más perjudicados. Los socios menores consideran que se les deben otorgar mayores flexibilidades para compensar la distribución adversa de costos y beneficios. En el caso de la República Oriental del Uruguay, algunas de las cifras que explican su mal-estar son elocuentes: el comercio con el MERCOSUR, está en un nivel menor al que tenía antes de su fundación. Por ello, ha planteado la firma individual de TLCs (Tratados de Libre Comercio) con terceros países, no acatando la normativa vigente en el Bloque. La integración del Fondo de Convergencia Estructural (FOCEM), constituye el primer intento del MERCOSUR de atender las asimetrías económicas, favoreciendo fundamentalmente a los países de menor desarrollo económico relativo. La intención es que tanto Paraguay como Uruguay, sean compensados por el deficitario resultado comercial de sus transacciones en relación a sus socios mayores. Estos fondos, que suman actualmente 125 millones de dólares, se distribuirán en un 70% entre Uruguay y Paraguay.

membro, gerando aumento do bem-estar das nações não integrantes, pois parte do aumento de sua renda se transforma em importações crescentes para o resto do mundo.

O desvio de comércio ocorre quando as importações de custo inferior de nações não integrantes da União Aduaneira são substituídas por importações de custo superior de uma nação membro da União Aduaneira. Isto porque o desvio de comércio deteriora a alocação de recursos e invalida, muitas vezes, a produção baseada nas vantagens comparativas, porque por si só reduz o bem-estar, pois, desloca a produção dos produtores mais eficientes não integrantes da União Aduaneira para produtores menos eficientes participantes do acordo comercial (BALBÉ; MACHADO, 2008).

O MERCOSUL é considerado um processo aberto e dinâmico. Desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional (MERCOSUL, 2017).

2.2.1 Países membros do MERCOSUL

Desde seu início o MERCOSUL promove como alicerces da integração os princípios de democracia e de desenvolvimento econômico, impulsionando uma integração no âmbito social. Em linha com esses princípios, acrescentaram-se ao longo da história do Bloco diferentes acordos em matéria migratória, trabalhista, cultural, social, entre tantos outros a salientar, os quais resultam de suma importância para seus habitantes.

Esses acordos significaram a incorporação das dimensões Cidadã, Social e de Integração Produtiva, entre outras, para as quais, por um lado, foi necessário adaptar e ampliar a institucionalidade do bloco em toda a região, atendendo a demandas e aprofundando a participação efetiva da cidadania por diferentes vias; e por outro, teve de dotar-se de mecanismos de financiamento solidários próprios, tais como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), entre outros fundos. O FOCEM, mediante uma contribuição anual de 100 milhões de dólares, financia projetos que buscam promover a competitividade, a coesão social e a redução de assimetrias entre os integrantes do processo (MERCOSUL, 2017).

É importante constar que conforme MERCOSUL (2017) o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares, e os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção são fontes jurídicas do MERCOSUL e se encontram depositados junto ao Governo da República do Paraguai, exceto aqueles protocolizados na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Os Estados partes fundadores do MERCOSUL e signatários do Tratado de Assunção são a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e República Oriental do Uruguai (MERCOSUL, 2017).

Uma vez que o que o Tratado de Assunção está aberto à adesão de outros Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Venezuela se constituiu no primeiro Estado Latinoamericano em aderir ao tratado constitutivo, em 2006 e, mais recentemente, a Bolívia em 2015.

A República Bolivariana da Venezuela concluiu o processo de adesão e adquiriu a condição de Estado Parte a partir de 2013 e, desde então, participa com todos os direitos e obrigações no MERCOSUL. O Protocolo da Adesão da Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados Parte.

Enquanto o protocolo de adesão não esteja em vigor, o Estado aderente só tem direito a voz nas reuniões de fóruns e órgãos decisórios do MERCOSUL.

O ingresso de novos membros precisa atender aos requisitos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e seguir o processo de adesão previsto na normativa interna do MERCOSUL, seus principais passos são:

1º Solicitação escrita apresentada perante a CMC (Comissão Mercado Comum) através do Presidente *Pró Tempore*;

2º Aprovação unânime expressa mediante Decisão do CMC;

3º O GMC (Grupo Mercado Comum) negocia as condições e termos de adesão mediante um Grupo *Ad Hoc* (representantes do aderente e os Estados Parte) e eleva os resultados ao CMC para aprovação;

4º Subscrição de um protocolo de adesão que deve ser incorporado aos ordenamentos internos do aderente e Estados Parte.

A seguir na Figura 1, podem ser observados os Estados parte e Estados associados ao Mercosul:

Figura 1- Países do Mercosul



Fonte: MERCOSUL (2017)

As potencialidades do MERCOSUL nas mais diversas áreas são imensas visto que em seu território estimado em aproximadamente 15 milhões de km², nele existe abundância de riquezas e tesouros naturais para a humanidade: água, biodiversidade, recursos energéticos e terras férteis. Todavia, sua maior riqueza reside em sua gente, pois graças a uma população de mais de 295 milhões de pessoas, possui um patrimônio invalorável de diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa que convive harmoniosamente, tornando o MERCOSUL em uma região de paz e desenvolvimento (MERCOSUL, 2017).

Pertencem ao Mercosul, como Estados Partes, República da Argentina, República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Federativa do Brasil. Em 2 de dezembro de 2016, a República Bolivariana da Venezuela foi notificada do cessamento do exercício de seus direitos inerentes à condição de Estado Parte do MERCOSUL, em razão do descumprimento de compromissos assumidos no Protocolo de Adesão ao MERCOSUL, em 05 de agosto de 2017, o país foi notificado da suspensão de todos os seus direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto

no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia, enquanto que a Bolívia encontra-se em processo de adesão desde 7 de dezembro de 2012. (MERCOSUL, 2017)

A seguir uma breve descrição dos efetivos Estados parte do Mercosul: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.

I-República da Argentina

A Argentina possui um território de 2,79 milhões de km², uma população estimada de 42,7 milhões de habitantes, desses 19 milhões são considerados economicamente ativos (Banco Mundial) e um PIB, a preços correntes, de US\$ 536,16 bilhões (2014), a Argentina é o principal parceiro comercial brasileiro na América Latina. Dentro do MERCOSUL 79% das exportações brasileiras destinaram-se ao mercado argentino (com a inclusão da Venezuela no MERCOSUL, esse valor cai para 66%, considerando dados de 2014), a maioria delas de produtos manufaturados esemimanufaturados. São consideradas as principais cidades Buenos Aires, Córdoba, Rosario, Mendoza, La Plata. O Peso é a moeda nacional, com cotação de 8,08 Pesos para 1,00 US\$ (MRE, 2014), um resumo dos dados econômicos da Argentina, no período de 2009 até 2014, podem ser conferidos no Quadro 1 que segue:

Quadro 1- Dados Econômicos da Argentina (2009-2014)

Comércio exterior (2013)	Intercâmbio comercial Brasil/Argentina (2014)	Composição do PIB por setor de origem (2013)	PIB per capita (2014)	Produto Interno Bruto (PIB) *	
				PIB a preços correntes (bilhões de US\$) Ano/valor	Crescimento real Ano/%
Exportações: US\$ 81,7 bilhões Importações: US\$ 73,7 bilhões (2014 - jan-jun): Exportações (34 bilhões) Importações (32,9 bilhões)	Exportações brasileiras: US\$ 14,2 bilhões Importações brasileiras: US\$ 14,1 bilhões	Agropecuária: 9,3% Indústria: 29,7% Serviços: 61%	US\$ 12.565	2009 - 305,5 2010 - 367,1 2011 - 441,7 2012 - 462,4 2013 - 462,9 2014 - 536,16	2009 - 2,9% 2010 - 8,5% 2011 - 7,0% 2012 - 1,0% 2013 - 2,5% 2014 - -1,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Brasil e Argentina tinham interesse em se integrar como União Aduaneira antes da década de 1950, foi com a Declaração de Iguazú em 1985, que isso se concretiza, pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín na qual os dois países se mostravam dispostos a iniciar um amplo processo de aproximação bilateral por meio da superação de antigas rivalidades, da construção de confiança e da integração econômica. Após um longo período, em dezembro de

1990, assinou-se o Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre os dois países, que incorporou os 24 Protocolos anteriormente acordados (MDIC, 2017).

No marco da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), Argentina e Brasil assinaram, em dezembro de 1990, o Acordo (de Alcance Parcial) de Complementação Econômica Nº 14 (ACE Nº14).

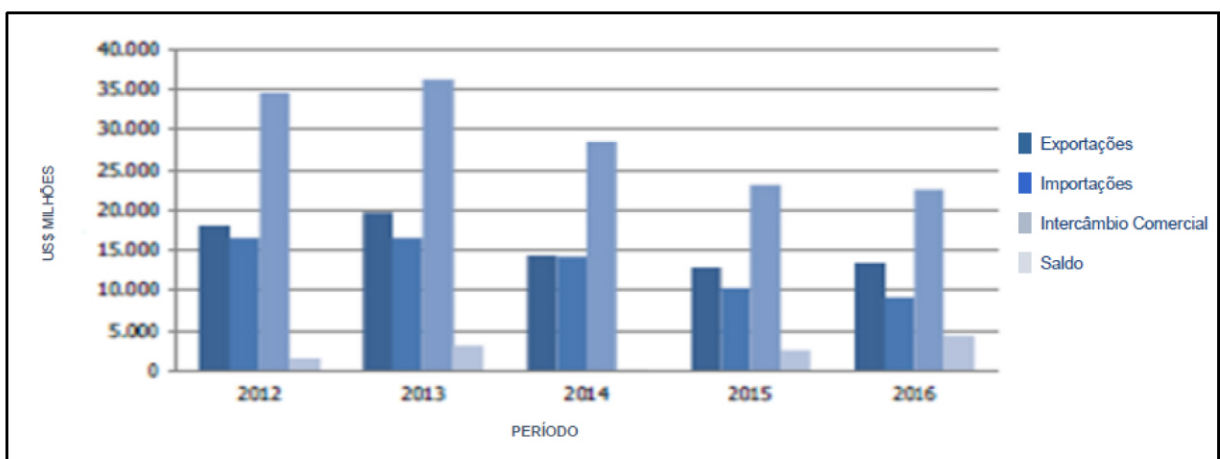
O Acordo visava, entre outros objetivos, a facilitar a criação das condições necessárias para o estabelecimento de um mercado comum entre ambos os países. Posteriormente, a partir da conformação do MERCOSUL (ACE Nº 18), O ACE 14 passou a administrar, quase exclusivamente, e por meio de sucessivos protocolos adicionais, o regime automotivo bilateral inicialmente incluído como anexo VIII do Acordo de Complementação Econômica Nº 14 (MRE, 2014, p.35).

A Argentina faz parte das seguintes organizações e acordos internacionais: (Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Comércio (OMC), Grupo dos 20 (G20), Grupo Cairns, ALADI/MERCOSUL, Grupo dos 77(G77) (MRE, 2014).

Em termos de relação comercial entre Brasil e Argentina desde o Tratado de Assunção em 1991, o comércio bilateral entre os dois países tem apresentado notável expansão. Segundo o MRE (2014, p. 30), no período de 1991 até 2013, “[...] o comércio bilateral aumentou 1.069, 5%, passando de US\$ 3,085 bilhões para US\$ 36,078 bilhões. Em 2014, o volume total registrou expressiva queda de 21,2%, atingindo 28,425 bilhões”.

A evolução do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, no período entre 2012 e 2016 pode ser observada na Figura 2 que segue, de acordo com dados do MRE (2017).

Figura 2 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil – Argentina



Fonte: MRE (2017, p. 3)

De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a Argentina foi o 3º principal parceiro comercial do Brasil em 2016, sendo o “3º” nas exportações e o “4º” nas

importações. Entre 2012 e 2016, o intercâmbio comercial Brasil-Argentina decresceu 34,7%, de US\$ 34,4 bilhões para US\$ 22,5 bilhões” (MRE, 2017).

Entre 2012 e 2016, as exportações diminuíram 25,4% em razão, sobretudo, do desaquecimento nas vendas brasileiras de plásticos, máquinas, ferro e aço, papel, químicos inorgânicos e minérios. O superávit brasileiro na balança comercial oscilou nos últimos cinco anos, passando de US\$ 1.348 milhões em 2012, para US\$ 4.643 milhões, representando o 3º maior saldo positivo em 2016 (MRE, 2017), conforme apresentado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Balança comercial Argentina com os países do MERCOSUL. Anos 2012-2016*/ Milhões US\$

Países do MERCOSUL	2012			2013			2014			2015			2016*		
	Exp FOB	Imp CIF	Saldo	Exp FOB	Imp CIF	Saldo	Exp FOB	Imp CIF	Saldo	Exp FOB	Imp CIF	Saldo	Exp FOB	Imp CIF	Saldo
Milhões de US\$															
Total MERCOSUL	22.000	18.827	3.173	21.250	20.450	800	18.735	15.480	3.255	13.855	14.030	-176	11.891	14.964	-3.073
Brasil	16.457	17.805	-1.348	15.949	19.322	-3.373	13.883	14.474	-591	10.099	13.138	-3.039	9.040	13.682	-4.643
Paraguai	1.368	451	917	1.299	531	768	1.215	499	717	1.055	422	633	983	712	270
Uruguai	1.954	546	1.408	1.845	546	1.300	1.650	498	1.152	1.331	464	867	1.162	501	661
Venezuela (1)	2.220	25	2.195	2.157	52	2.105	1.987	10	1.977	1.370	7	1.363	707	68	639
Participação do MERCOSUL em total da Argentina	27,5	27,7	///	28,0	27,5	///	27,4	23,6	///	24,4	23,3	///	20,5	26,8	///
<small>(1) A partir do ano de 2012 a Venezuela passa a fazer parte do MERCOSUL. Nota: Por causa do arredondamento, a soma dos valores parciais pode não coincidir com os totais apresentados na tabela. Dados atualizados em novembro de 2017.</small>															

Fonte: INDEC -Dirección Nacional de Estadísticas del Sector Externo (2017), adaptado pela autora.

O Brasil configura um importante parceiro comercial da Argentina, em pesquisa com dados do ano de 2014 (MRE, 2014) foi identificado pelo SECOM (Setor de Promoção Comercial) de Buenos Aires o registro de 129 empresas brasileiras ou grupos de capital instalados no país.

II- República Oriental do Uruguai

Para o Itamaraty (2017), o Uruguai é considerado pelo Brasil um dos principais parceiros estratégicos na América do Sul. Os vínculos históricos, políticos e humanos entre os dois países permitem elevado grau de confiança mútua, que permeia todos os aspectos da relação bilateral. As áreas de cooperação econômica bilateral dos dois países são amplas, atingindo a política, economia, tecnologia e social.

A República Oriental do Uruguai tem uma superfície de 176 mil quilômetros quadrados, sua população, segundo o censo realizado pelo INE – Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai (2011) é de 3,4 milhões de habitantes.

O PIB Uruguaio atingiu US\$ 20,01 bilhões em 2000. Isso representou um PIB por habitante de US\$ 6.036 dólares, cifra que situa o país no segundo lugar na América do Sul no que se refere a esse indicador e corresponde quase ao dobro do PIB per capita do Brasil, até o ano de 2017 pode-se notar uma continuidade na evolução do PIB e outros indicadores apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Principais indicadores socioeconômicos do Uruguai

Principais indicadores socioeconômicos do Uruguai					
Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,10%	3,50%	2,50%	2,20%	2,80%
PIB nominal (US\$ bilhões)	57,53	57,47	54,97	57,15	59,94
PIB nominal "per capita" (US\$)	16.957	16.882	16.092	16.675	17.431
PIB PPP (US\$ bilhões)	68,13	71,68	74,19	76,72	80,25
PIB PPP "per capita" (US\$)	20.084	21.055	21.719	22.385	23.335
População (milhões de habitantes)	3,39	3,4	3,42	3,43	3,44
Desemprego (%)	6,51%	6,63%	6,59%	7,01%	70,86%
Inflação (%) ⁽²⁾	8,53%	8,26%	9,01%	7,86%	7,01%
Saldo em transações correntes(% do PIB)	-4,91%	-4,37%	-3,73%	-3,72%	-3,61%
Dívida externa (US\$ bilhões)	16,27	17,51	18,25	19,77	20,88
Câmbio (Ps / US\$) ⁽²⁾	21,39	24,11	29,63	31,59	32,74
Origem do PIB (2014 Estimativa)					
Agricultura	7,40%				
Indústria	20,40%				
Serviços	72,20%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2015 e da EIU, EconomistIntelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2015.(1) Estimativas FMI e EIU.(2) Média de fim de período.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2016)

Dentre os grupos de produtos exportados pelo Uruguai, se destaca as carnes que representam 18,3% do volume total exportado pelo país, conforme dados apresentados no Quadro 3:

Quadro 3 - Composição das exportações do Uruguai US\$ milhões

Grupos de produtos	2014	Part(%) no Total
Carnes	1.675	18,3%
Sementes e frutos oleaginosos	1.626	17,7%

Cereais	867	9,5%
Leite	826	9,0%
Madeira	668	7,3%
Peles e couros	329	3,6%
Plásticos	285	3,1%
Automóveis	271	3,0%
Lã e pelos	254	2,8%
Amidos e féculas	203	2,2%
Subtotal	7.004	76,4%
Outros	2.162	23,6%
Total	9.166	100,0%
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.		

Fonte: MRE (2016)

Estudo concluído em 2016 pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR e Divisão de Inteligência Comercial – DIC (MRE, 2014) apontam que no ano de 2014, o Brasil como principal país de destino das exportações uruguaias com um volume de US\$ 1.612 milhões o que resultava em 17,6% do volume total das exportações, seguido da China, com US\$ 1.220 milhões, equivalente a 13,3% do total e da Argentina em terceiro lugar com US\$ 440 milhões o equivalente a 4,8% da fatia total (MRE, 2016).

Quadro 4 - Direção das exportações do Uruguai

Direção das exportações do Uruguai		
US\$ milhões		
Países	Ano 2 0 1 4	Part.% no total
Brasil	1.612	17,6%
China	1.220	13,3%
Argentina	440	4,8%
Estados Unidos	421	4,6%
Venezuela	407	4,4%
Alemanha	296	3,2%
Rússia	294	3,2%
México	237	2,6%
Iraque	205	2,2%
Países Baixos	185	2,0%
Subtotal	5.317	58,0%
Outros países	3.849	42,0%
Total	9.166	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

Fonte: MRE (2016).

O mesmo estudo citado anteriormente registrava o Brasil em segundo lugar como origem das importações uruguaias perdendo apenas para a grande potência econômica China, conforme se apresenta no quadro 5:

Quadro 5 - Origem das importações do Uruguai

Origem das importações do Uruguai – ANO 2014		
US\$ milhões		
PAÍSES	2014	Part.% no total
China	1.989	18,5%
Brasil	1.833	17,0%
Argentina	1.385	12,9%
Estados Unidos	1.011	9,4%
Nigéria	489	4,5%
Venezuela	438	4,1%
Alemanha	437	4,1%
Espanha	288	2,7%
México	258	2,4%
Angola	217	2,0%
Subtotal	8.345	77,5%
Outros países	2.417	22,5%
Total	10.762	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, January 2016.

Fonte: MRE (2016)

Do período de 2006 até 2015 pode-se observar uma evolução crescente no comércio bilateral entre Brasil e Uruguai conforme o estudo apresentado na Tabela 2, que segue:

Tabela 2 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil – Uruguai

Evolução do intercâmbio comercial Brasil – Uruguai										
US\$ Milhões										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part.% no total do Brasil	Valor	Var.%	Part.% no total do Brasil	Valor	Var.%	Part.% no total do Brasil	
2006	853	27,2%	0,62%	618	25,2%	0,68%	1.471	-82,0%	0,64%	235
2007	1.013	18,7%	0,63%	786	27,2%	0,65%	1.799	22,3%	0,64%	226
2008	1.288	27,2%	0,65%	1.018	29,5%	0,59%	2.307	28,2%	0,69%	270
2009	1.644	27,6%	1,07%	1.240	21,8%	0,97%	2.884	25,1%	1,03%	404
2010	1.531	-6,9%	0,76%	1.574	26,9%	0,87%	3.105	7,7%	0,81%	-43
2011	2.175	42,0%	0,85%	1.754	11,4%	0,78%	3.928	26,5%	0,81%	421
2012	2.185	0,5%	0,90%	1.819	3,7%	0,81%	4.003	1,9%	0,86%	366
2013	2.071	-5,2%	0,86%	1.767	-2,9%	0,74%	3.838	-4,1%	0,80%	304
2014	2.945	42,2%	1,31%	1.918	8,6%	0,84%	4.864	26,7%	1,07%	1.027
2015	2.727	-7,4%	1,43%	1.217	-36,6%	0,71%	3.943	-18,9%	1,09%	1.510
Var. % 2006-2015	219,6%		---	96,8%		---	168,0%		---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2016.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Fonte: MRE (2016)

III - República do Paraguai

Por muito tempo o Paraguai foi considerado o primo pobre do Brasil e de outros países vizinhos membros do MERCOSUL. Devastado pela famosa Guerra do Paraguai que,

literalmente, destruiu o país, além de vítima de um golpe dado por Alfredo Stroessner, que derrubou o presidente Federico Chávez, em 1954, e outro, em 1989, que derrubou o próprio Stroessner, a história do Paraguai é marcada por altos e baixos, reviravoltas, turbulência e muita instabilidade. Há tempos, porém, a pecha de “primo pobre” deixou de ser verdade como afirma o Jornal Estado Mínimo (2017). Hoje, o vizinho guarani é conhecido por atrair empresas e investimentos de toda a América Latina para dentro de si.

A República do Paraguai tem consolidado, nos últimos anos, estabilidade macroeconômica e abertura da economia com crescente inserção internacional para seus produtos de exportação. Posiciona-se entre os mais eficientes produtores de alimentos para o mercado mundial e, ao mesmo tempo, busca desenvolver setores industriais também voltados à exportação, em estudo apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC (2016) o país se posiciona como o sexto maior exportador de milho.

Segundo MRE (2016), o Paraguai ocupa uma área de 406,752 km² com uma população de 6.783.374 pessoas, deste consideram-se economicamente ativos 3.230.754. Suas principais cidades: *Asunción (capital), Ciudad del Leste, Encarnación, Pedro Juan Caballero, Villarrica, Coronel Oviedo, Concepción, Katueté, Santa Rita e Salto del Guairá*. Com PIB US\$ 30.252 milhões. PIB (preços correntes): US\$ 30.252 milhões (Banco Central do Paraguai (2014) cuja origem está na Agropecuária: 24,9% Indústria: 10,1% Serviços: 44,7% Outros: 20,3%. Atualmente o crescimento real do PIB é de 4.0% e o PIB “per capita”: US\$ 4.460. A moeda local é o Guarani.

De acordo com estudo sobre o país, realizado pela Divisão de Inteligência Comercial do Ministério das Relações Exteriores concluído em 2016, no ano de 2014 o Paraguai em dados relativos ao Comércio Exterior apresentou um volume de: Exportações totais (FOB): US\$ 13.572 milhões; Exportações originárias do Paraguai: (FOB): US\$ 9.656 milhões; Reexportações (FOB): US\$ 3.916 milhões; Importações (FOB) US\$ 11.299 milhões e no Intercâmbio comercial bilateral (Brasil/Paraguai) as exportações brasileiras foram de US\$ 3.165 milhões e as importações brasileiras: US\$ 1.210 milhões (MRE, 2016).

Nos anos 2010 e 2014 o intercâmbio comercial entre Brasil e Paraguai apresentou um crescimento médio de 14,95%, incrementando-se de US\$ 3,1 bilhões a US\$ 4,4 bilhões. Quanto à balança comercial, destaca-se que no período se registraram saldos favoráveis ao Brasil, sendo o superávit do ano 2014 de aproximadamente US\$ 2 bilhões. As exportações brasileiras ao Paraguai, de 2010 a 2014, cresceram 25,3%. As importações brasileiras de produtos paraguaios apresentaram crescimento relativamente mais forte, entre 2010 e 2014, com aumento de 98% (MDIC, 2017).

O Quadro 6 a seguir posiciona a econômica do país, de acordo com estudo realizado pelo MRE em 2014:

Quadro 6 - Dados Economia país (PARAGUAI)

Comércio exterior (2014)	Intercâmbio comercial Bilateral Brasil/ Argentina (2014)	Composição do PIB por setor de origem (2013)	PIB per capita (2014)	Produto Interno Bruto (PIB)	
				PIB a preços correntes (milhões US\$) Ano: 2014	Crescimento real (%) Ano: 2014
Exportações totais (FOB): US\$ 13.572 milhões Exportações originárias do Paraguai: (FOB): US\$ 9.656 milhões Reexportações (FOB): US\$ 3.916 milhões Importações (FOB): US\$ 11.299 milhões	Exportações brasileiras: US\$ 3.165 milhões Importações brasileiras: US\$ 1.210 milhões	Agropecuária: 24,9% Indústria: 10,1% Serviços: 44,7% Outros: 0,3%	US\$ 4.460 (2014*)	US\$ 30.252 milhões	4,0%

Fonte: Dados coletados Série como exportar – MRE (2016).

Devido à proximidade, e principalmente pela grande rentabilidade que os investimentos brasileiros costumam ter no Paraguai, produto de vantagens como a mão de obra barata, a baixa pressão tributária, o baixo custo de energia e do valor da terra, entre outras coisas, têm incrementado os investimentos brasileiros no Paraguai.

De acordo com o MRE (2016), o país tem características agrícolas, os principais setores de atividade são o agropecuário e florestal constitui o principal motor da economia do Paraguai, correspondendo em média a 20% do PIB nos últimos 5 anos.

Soja, milho, trigo e carne bovina são os produtos de maior importância para a produção e as exportações.

No que diz respeito à soja, 70% da produção provém do leste e do sul do país, sobretudo dos Departamentos de Alto Paraná, *Canindeyú* e *Itapúa*, os quais também concentram os rendimentos mais altos do país. Os outros Departamentos produtores de soja são os de *Caaguazú*, *Caazapá*, *San Pedro* e *Amambay*. A produção se

caracteriza por ser altamente mecanizada e de intensidade tecnológica. Quanto aos demais grãos, destaca-se o trigo que, na última safra 2013/2014, obteve rendimentos relativamente afetados pela eliminação, pelo Brasil, da Tarifa Externa Comum para a importação de Trigo extra MERCOSUL, que era de 10%, o que permitiu desvio de comércio no mercado brasileiro em favor dos EUA. O Brasil é o principal destino das exportações de trigo paraguaio (MRE, 2016, p. 25).

A Safra de milho de 2015, não foi a melhor, os baixos preços do mercado internacional a expansão da produção paraguaia desviou recursos para a produção de soja na entressafra, porém o cenário melhorou no ano de 2016, e o Brasil foi um dos principais mercados de exportação do grão que totalizou um volume de aproximadamente 5,2 mil toneladas (ALICE WEB, 2017).

O Paraguai é considerado um país com baixo risco nas relações comerciais, de acordo com MRE (2016, p. 31):

A avaliação de risco soberano do Paraguai tem recebido sucessivas revisões, com diminuição da percepção de risco do país, em virtude dos seguintes fatores, entre outros: (i) o fortalecimento de indicadores macroeconômicos, com adequados índices de endividamento e capacidade de pagamento; (ii) a consolidação de política monetária com regime de metas de inflação; e (iii) a solidez patrimonial do Banco Central do Paraguai; (iv) a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. A última revisão da agência S&P, em junho de 2015, situou o país a uma etapa do “grau de investimento”, com “*rating*” “BB”.

De acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2017) a balança comercial entre Brasil e o Paraguai deve ultrapassar os US\$ 4 bilhões em 2017 e será recorde na história dos dois países. Os dois países são fundadores do Mercosul e possuem mais de 1.300 quilômetros de fronteiras em comum. O Brasil é considerado um dos principais fomentadores da economia paraguaia, uma vez que o Paraguai importa a maioria dos produtos que consome do Brasil. A usina hidrelétrica de Itaipu Binacional é a maior usina hidrelétrica do mundo e 76% da energia consumida no Paraguai é fornecida pelo Brasil. A dinâmica do PIB dos dois países é semelhante e é baseada no consumo, por isso o aumento da atividade comercial bilateral é tão importante.

IV – República Federativa do Brasil

O Brasil é considerado um mercado naturalmente atrativo para empresas de qualquer parte do mundo devido ao tamanho populacional e conseqüente potencial de consumo, comparável ao de alguns grandes mercados mundiais. Porém, o mercado brasileiro é “[...] bastante complexo e variado, espalhado por um grande número de centros urbanos de grande

porte, e que ainda apresenta algumas restrições ao consumo de produtos importados” (MRE, 2016, p. 7).

O Brasil é dotado de grande diversidade, onde cada região guarda suas próprias características e hábitos de consumo específicos (GEOFUSION, 2017).

A República Federativa do Brasil ocupa uma Superfície 8.514.876 Km² possui População Estimada de 207, 7 milhões de habitantes (IBGE, 2017).

Pouco mais da metade da população brasileira (56,5% ou 117,2 milhões de habitantes) vive em apenas 5,6% dos municípios, que são aqueles com mais de 100 mil habitantes. São Paulo é o estado mais populoso, com aproximadamente 45,1 milhões de habitantes, seguido de Minas Gerais, com 21,2 milhões e Rio de Janeiro, com 16,8 milhões. O estado com a menor população é Roraima, que tem 522.636 habitantes. O estado de Santa Catarina segundo o último censo possui uma população de mais de 7 milhões de habitantes, dos 29 milhões existentes nos três estados do Sul, incluindo Rio Grande do Sul e Paraná. Idioma oficial é o Português e a Religião predominante é a católica (IBGE, 2017). “A região Sudeste é a mais rica do país, concentrando pouco mais de 55% do PIB” (MRE, 2016, p. 12).

Ainda de acordo com o IBGE (2017), o PIB - Produto Interno Bruto brasileiro no ano de 2016 somou R\$ 6,267 trilhões e o PIB per capita brasileiro fechou em R\$ 30.407,00.

A região Sul, possui grande dinamismo econômico e responde por aproximadamente 16% do PIB, ocupando apenas 6,8% do território nacional.

Os destaques da economia regional são a produção de grãos (principalmente soja, milho, feijão e trigo), a pecuária e as indústrias têxtil, de calçados e automobilística, sua população possui muitos centros de colonização originária dos países mais frios da Europa.

A política externa brasileira caracteriza-se pelo multilateralismo e pela busca da integração e cooperação com diversos países. Segundo MRE (2016):

O Brasil tem dado grande ênfase às negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, nas quais tem exercido importante papel de liderança entre os países em desenvolvimento, em especial no grupo chamado G-20. O país tem também concentrado esforços nos assuntos regionais e bilaterais, buscando estabelecer alianças e acordos econômicos e comerciais com diversos países e regiões do mundo, destacadamente os da América do Sul, mas também com países da África, Oriente Médio, China, Índia, África do Sul e também com a União Europeia.

O país é membro associado ativo em diversos organismos internacionais de que participa, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) (MRE, 2016).

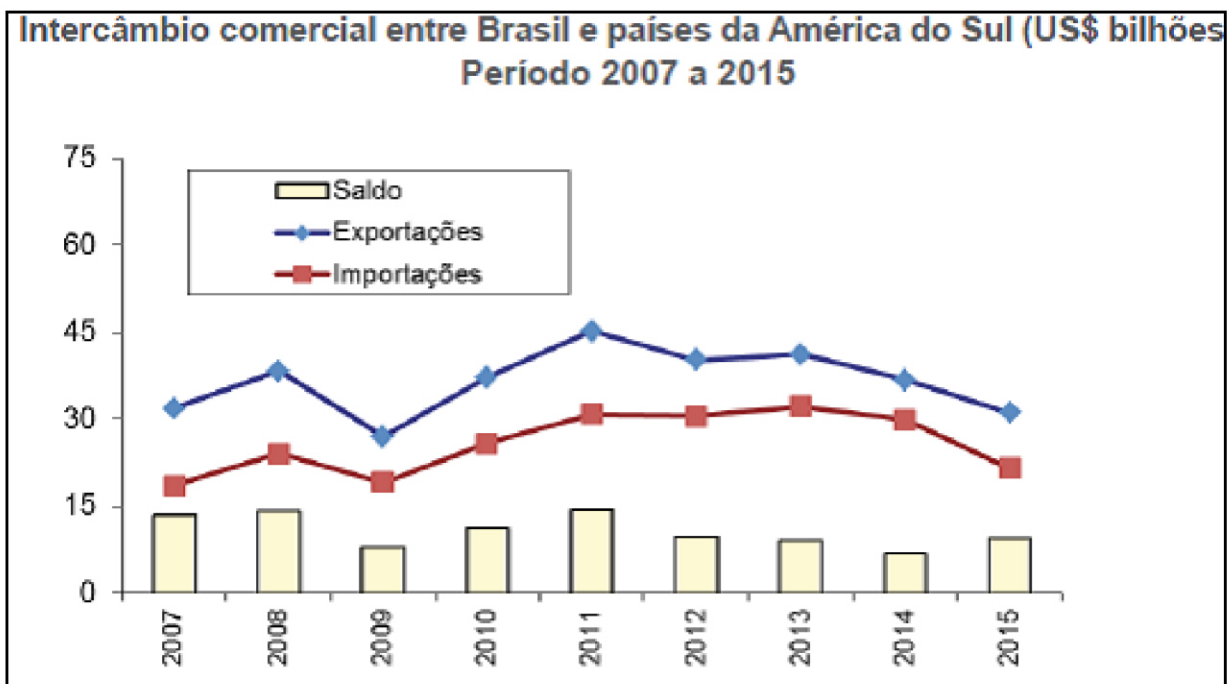
No Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil é membro fundador, possui 2,32% do poder de voto do organismo e constitui-se no décimo maior cotista dessa instituição, após a conclusão do recente processo de integralização de cotas no âmbito da 14ª Revisão Geral de Cotas. De outro lado, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o país possui 11,19% do capital ordinário e do poder de voto, sendo um dos seus maiores tomadores de recursos. Já no Banco Mundial, após a recente reforma que aumentou o poder de voto dos países emergentes e em desenvolvimento na instituição, o Brasil passará a deter 2,24% do poder de voto (MRE, 2016, p. 22).

Para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2016), o país possui um comércio exterior que pode ser considerado bastante diversificado sob o ponto de vista geográfico de seus fluxos, atingindo mercados em todos os pontos do globo. “O Brasil sempre se caracterizou por ser um *global tradere* detém, de fato, vínculos comerciais com os principais centros econômicos globais” (MRE, 2016, p. 40).

A China, é considerada o principal parceiro asiático resultado do grande volume de exportações brasileiras e também por ser principal fornecedor de nossas importações (MDIC, 2017).

A Figura 3 que segue, apresenta graficamente o intercâmbio comercial do Brasil com os países da América do Sul, em relação às exportações brasileiras.

Figura 3 - Intercâmbio comercial entre Brasil e países da América do Sul.



Fonte: MRE (2016, p. 42).

O intercâmbio com os países da América do Sul, em relação às exportações brasileiras teve alto crescimento entre 2002 e 2008, recuaram em 2009 em virtude da crise internacional,

mas retomaram rapidamente sua trajetória ascendente até atingir um pico em 2011 (US\$ 45 bilhões). No triênio 2013/2015, contudo, caem acentuadamente, encerrando o ano de 2015 com valor similar ao registrado em 2007 (US\$ 31 bilhões) (MRE, 2016).

O mercado regional é importante para o Brasil, pois ele detém participação relevante nas vendas externas de produtos industriais do país. A participação dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras para os países da América do Sul atinge percentuais acima de 85% do fluxo do país. Este percentual não é alcançado por nenhum outro mercado (MRE, 2016).

2.3 BARREIRAS AO COMÉRCIO

O Brasil é um mercado de grandes dimensões e que oferece um infinito número de oportunidades de negócios. O sucesso das iniciativas exige, contudo, que o importador brasileiro conheça os procedimentos que devem ser cumpridos para que o produto possa ser nacionalizado e introduzido no mercado de acordo com as exigências e normas administrativas, aduaneiras e cambiais vigentes no País (MRE, 2016).

O nível de exigência e complexidade é similar aos demais países do mundo. Todos os procedimentos para importação e exportação de bens tangíveis ao Brasil, estão informatizados em um sistema da Secretaria da Receita Federal do Brasil denominado SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior) no qual os órgãos governamentais estão interligados a todos os agentes que, de alguma forma, têm participação ativa nos processos de exportação e importação (SISCOMEX, 2017). Para bens intangíveis existe o SISCOSERV (Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis) e outras operações que produzam variações no patrimônio (SISCOSERV, 2017).

Em si só os procedimentos aduaneiros já se caracterizam por barreiras às importações e exportações, dificultando e em alguns casos impedindo o acesso a mercados, por isso a necessidade do profundo conhecimento da metodologia aplicada ao intercâmbio comercial de bens.

Significativas reduções tarifárias e outras reduções quantitativas ocorreram após a criação do GATT em 1947 e da OMC em 1995. Em contrapartida outras formas de protecionismo tornaram-se evidentes, como as normativas (regulamentações) técnicas, nesse caso cada país tem as suas regras. Adotar ou não medidas protecionistas por parte dos governos podem visar à proteção de objetivos legítimos, como saúde, segurança e meio ambiente, ou seja, proteger os interesses internos. Nesse sentido, em diversos países existem muitos tipos de regulamentos em vigor, que estabelecem requisitos de qualidade, segurança, composição,

processo produtivo, embalagem, rotulagem, etc., para os produtos comercializados em seus territórios. A essas regulamentações denominam-se: barreiras técnicas ao comércio (MDIC, 2017).

Normalmente são consideradas barreiras não tarifárias as medidas e os instrumentos de política econômica que afetam o comércio entre dois ou mais países e que dispensam o uso de mecanismos tarifários e as barreiras tarifárias representam encargos tributários exigidos na importação de produtos em determinado país. Praticamente todas as nações do mundo adotam, em maior ou menor extensão, de acordo com as respectivas políticas de comércio exterior. Constitui-se na cobrança do imposto de importação (tarifa *ad valorem* ou específica) cobrado quando da entrada de mercadoria estrangeira no país. As barreiras tarifárias são de ampla divulgação, visto que constam dos compromissos assumidos em foros internacionais (CAPARROZ, 2012).

Mesmo não havendo evidente intenção protecionista por parte dos governos, divergências quanto aos regimes regulatórios ou a falta de coordenação entre os diferentes órgãos governamentais envolvidos nos processos comerciais bilaterais podem restringir o comércio. Atualmente, distintos níveis de regulamentação nacional ainda representam grande desafio para o processo de liberalização comercial. Na medida em que um país adota normas mais exigentes em relação à proteção ao meio ambiente ou à segurança e à qualidade dos produtos, verifica-se diferencial no custo de produção, o qual induz as indústrias em países com legislação mais rigorosa a demandarem a proteção do Estado em relação a produtos importados mais baratos (MDIC, 2017).

As restrições podem ser de natureza tarifária e/ou não tarifária, sempre de modo a inibir, dificultar ou proibir a entrada ou saída de mercadorias. [...] “as restrições podem ser as mais diversas, dependendo da necessidade de controle dos órgãos nacionais” (KEEDI, 2004, p. 74-76).

[...] restrição tarifária é aquela cuja entrada ou saída de mercadoria não é restringida nem proibida, mas apenas dificultada ou encarecida. Isto é realizado pela incidência de impostos, cujos montantes são definidos visando maior ou menor dificuldade para a sua comercialização (KEEDI, 2012, p.52).

Keedi (2004) define restrições não tarifárias como mecanismos que agem com o objetivo de proteger o mercado interno podendo muitas vezes dificultar, restringir ou até proibir a entrada ou saída de mercadorias. Entre estas restrições a mais rigorosa é a proibição, sem possibilidade de negociação, de entrada ou saída de mercadorias; podem ser impostos limites

de quantidade relativa a um período de tempo; o controle de preços também que visa dificultar as operações de entrada e saída de mercadorias; a autorização é também muito utilizada de maneira a dificultar as importações ou exportações, considerando o aumento da burocracia.

Algumas nações, na intenção de diminuir as importações de produtos externos mais baratos e em alguns casos de melhor qualidade, utilizam regulamentos internos para bloquear esse mercado, nesse sentido o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (Acordo TBT da OMC) visa, justamente, a conter essa utilização indevida. O Acordo TBT, trata em particular de Regulamentos Técnicos; Normas; e Procedimentos de Avaliação da Conformidade.

Segundo documentos disponíveis no site do MDIC (2017), no ano de 1988, Argentina e Brasil assinam o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, que constituiria uma área de livre comércio em um prazo de dez anos:

Na oportunidade, foram assinados 24 Protocolos sobre diversos temas, tais como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo, transporte terrestre.

Etapa fundamental desse processo foi a assinatura, em julho de 1990, da “Ata de Buenos Aires” que reduziu o prazo em quatro anos e meio, até dezembro de 1994, e que o objetivo da integração passaria a ser a conformação de um mercado comum. Em dezembro de 1990, assinou-se o Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre os dois países, que incorporou os 24 Protocolos anteriormente acordados “e que se constituiu” o referencial adotado, posteriormente, no Tratado de Assunção (1991). O ACE 14 foi internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 60, de 15/03/1991. Com a assinatura do Tratado de Assunção e a criação do MERCOSUL, em 1991, o comércio entre o Brasil e a Argentina passou a ser realizado ao amparo do ACE 18.

Acordos são importantes por reduzir as barreiras e facilitar o fluxo do comércio entre os países signatários. As importações ou exportações de um país podem acontecer pela livre entrada e saída de mercadorias ou podem ser controladas por alguma barreira ou restrição.

O estatuto do MERCOSUL prevê a regra para adesão a acordos bilaterais chamada de quatro mais um (4+1), onde define que os países membros só poderão assinar acordos bilaterais com o consentimento de todos os países membros do bloco (MERCOSUL, 2017).

Segundo o MDIC (2017) atualmente o Brasil faz parte dos seguintes acordos:

1. Preferência Tarifária Regional entre países da ALADI (PTR-04)
2. Acordo de Sementes entre países da ALADI (AG-02)
3. Acordo de Bens Culturais entre países da ALADI (AR-07)
4. Brasil - Uruguai (ACE-02)
5. Brasil-Argentina (ACE-14)
6. MERCOSUL (ACE-18)
7. MERCOSUL - Chile (ACE-35)

8. MERCOSUL - Bolívia (ACE-36)
9. Brasil - México (ACE-53)
10. MERCOSUL - México (ACE-54)
11. Automotivo MERCOSUL - México (ACE-55)
12. MERCOSUL - Peru (ACE-58)
13. MERCOSUL - Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59)
14. Brasil/Guiana/São Cristóvão e Névis (AAP.A25TM 38)
15. Brasil - Suriname (ACE-41)
16. Brasil - Venezuela (ACE-69)
17. MERCOSUL - Cuba (ACE-62)
18. MERCOSUL/ Índia
19. MERCOSUL/ Israel
20. MERCOSUL/ SACU
21. MERCOSUL/Egito - AINDA SEM VIGÊNCIA
22. MERCOSUL/Palestina - AINDA SEM VIGÊNCIA
23. Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil – Peru

Os acordos MERCOSUL-Egito, MERCOSUL-Palestina e o Acordo de Ampliação Econômico – Comercial Brasil –Peru, encontram-se ainda sem vigência.

2.4 A AGROINDÚSTRIA E O INSUMO MILHO

O agronegócio brasileiro é considerado moderno, eficiente e competitivo e se caracteriza como uma atividade próspera, segura e rentável. O país possui clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante, além disso, 13% de toda água doce disponível no planeta está aqui, no Brasil. São 388 milhões de hectares de terras que podem ser agricultáveis férteis e de alta produtividade, e deste total 90 milhões de hectares ainda não foram explorados. Um a cada três reais gerados no Brasil, vem do agronegócio (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2017).

O agronegócio se configura como o setor mais importante da economia nacional brasileira (PACHECO, 2012). O agronegócio brasileiro já se destaca como o setor que mais contribui para o fortalecimento da economia do país, respondendo individualmente por 1/4 do Produto Interno Bruto. Compreende atividades econômicas ligadas basicamente a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados (MAPA, 2017).

O que anteriormente era visto como exploração econômica de propriedades rurais isoladas, hoje se percebe como complexo e diversificado. O agronegócio faz parte de um “amplo espectro de inter-relações e interdependências produtivas, tecnológicas e mercadológicas” (CALLADO; 2011, p. 1).

Segundo Bacha (2011) o agronegócio pode ser dividido em quatro segmentos:

- I - Empresas que fornecem insumos à agropecuária (chamadas empresas a montante);
- II - Agropecuária (fazendeiros pessoa física ou jurídica);
- III - Agroindústrias (empresas processadoras de produtos agropecuários);
- IV - Empresas distribuidoras (atendendo varejo ou atacado e mercado interno e externo)

A agropecuária tem cinco funções essenciais: alimentar a população, fornecer capital para a expansão agrícola, fornecer mão de obra para o crescimento e diversidade de atividades econômicas, fornecer divisas para compra de insumos e bens capitais necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas e por fim, ser consumidor para os produtos dos setores não agrícolas (BACHA, 2011).

Dentre os principais produtos agrícolas produzidos mundialmente estão os cereais. O milho é o segundo grão mais produzido no mundo, perdendo apenas para a soja.

O milho é um grão originário das Américas, foi base de alimentação de antigos povos indígenas e de milhões de consumidores ainda hoje (ABIMILHO, 2017).

O milho representa um dos principais cereais cultivados em todo o mundo, fornecendo produtos largamente utilizados para a alimentação humana, animal e matérias-primas para a indústria (FANCELLI; NETO, 2004, p. 9). Ocupam posições altamente significativas quanto ao valor da produção agropecuária, área e volume cultivados, com destaque às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (FANCELLI; NETO, 2004).

A importância do milho não está apenas na produção de uma cultura anual, mas sim na cadeia produtiva da agropecuária, especialmente em relação aos fatores econômicos e sociais. Além da sua importância econômica como principal componente na alimentação de aves, suínos e bovinos, o milho tem um papel importante para a rotação de culturas, em especial com a soja, minimizando os problemas existentes no solo (GREGORI, 2012).

O seu consumo ampliou-se de alimento humano e animal para matéria-prima da usina de geração de energia renovável. Recentemente foi inaugurada, no estado de Mato Grosso (Brasil) a primeira usina de etanol a base de milho, resultado da alta produtividade da safrinha de milho deste estado, que foi de aproximadamente 100 milhões de toneladas, segundo o jornal O Estadão (2017). O insumo que lá é excedente falta a outras regiões brasileiras.

O estado de Santa Catarina apresenta uma demanda interna de milho para a alimentação dos animais estimado em 6,5 milhões de toneladas/ano. Em 2015/2016 a produção interna chegou a 2,7 milhões de toneladas, sendo a previsão para 2016/2017, de 3,5 milhões de toneladas. Nesse caso estima-se que a demanda reprimida de milho, em Santa Catarina, gira em torno de 3 milhões de toneladas (MAPA, 2017).

Os estados do Sul iniciaram a produção de proteína animal há mais de 50 anos, atividade que continua em expansão (BRDE, 2017). Contudo o plantio de milho, principal insumo para a alimentação animal não acompanhou a produção na mesma velocidade onerando os custos de produção de proteína animal, cujo atributo está na lei da oferta e procura.

Com o status sanitário favorável os governos estaduais de Santa Catarina, de um lado, apoiam a produção de animais e a indústria frigorífica e de outro lado, ampliam os acordos sanitários de acesso a novos mercados para carnes e derivados produzidos em Santa Catarina (ACCS, 2017).

A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, reconhece os serviços veterinários como “um bem público mundial, o serviço veterinário brasileiro, responsável pela condução da política de saúde animal, compartilha com o setor privado as responsabilidades para aplicação das medidas que objetivam a melhoria da saúde animal” MAPA (2017).

Em nota divulgada no site da ACCS (2017) a explicação para a falta do milho na região oeste catarinense, principal insumo do agronegócio se dá em razão da valorização do dólar, pois o milho brasileiro se tornou mais competitivo no Exterior e estimulou as vendas externas do cereal. Porém, o recorde de exportações enxugou os estoques nacionais e gerou uma severa crise de abastecimento. Ironicamente, agora o Brasil se vê obrigado a importar o cereal, para a Associação de Criadores de Suínos, que afirma que 70% da ração animal é composta por milho, a produção de aves e suínos fica ameaçada, pois os preços dispararam no mercado doméstico, e muitos agricultores ameaçam abandonar a atividade.

O Brasil importou 378,26 mil toneladas de milho em 2015. O volume registrado nos primeiros cinco meses do ano de 2016 superou as importações totais de 2015, que foram de 369,53 mil toneladas. As importações cresceram mais de 170%, em comparação com o período de janeiro de 2015, quando o Brasil importou 139,88 mil toneladas do cereal. O registro das exportações de janeiro a maio de 2017, foi de 12,2 milhões de toneladas, um crescimento de 139% em comparação com as 5,1 milhões de toneladas embarcadas no mesmo período de 2015. O milho faz parte da cadeia produtiva de vários setores do agronegócio brasileiro, principalmente na produção de proteína animal (SANTIAGO, 2016).

Tabela 3 - Consumo de milho no Brasil por segmento no período de 2001/02 a 2012/13 (em mil toneladas)

Segmento	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
Aves	13.479	14.500	15.427	16.162	20.022	17.981	19.085	19.077	19.979	22.402	23.186	25.140
Suínos	8.587	8.930	8.471	8.852	11.097	9.700	10.394	10.400	10.902	10.670	10.937	11.648
Bovinos	2.772	2.841	1.911	2.198	2.479	3.500	3.872	3.876	4.033	3.188	3.427	3.684
Outros animais	1.528	1.543	1.550	1.581	660	1.763	1.885	1.878	1.954	2.568	2.748	2.981
Consumo industrial	4.050	4.090	4.152	4.256	4.159	4.250	4.350	4.350	4.415	4.636	4.868	5.209
Consumo humano	1.505	1.514	1.530	1.568	700	1.709	1.800	1.827	1.854	1.873	1.892	1.882
Outros usos	998	913	1.660	1.429	310	3.195	3.029	3.001	2.986	2.849	3.545	4.257
Perdas e sementes	2.550	1.583	3.988	5.000	4.327	1.258	1.482	1.362	1.377	1.468	1.822	2.094
Exportação	3.622	3.550	4.809	4.132	-	10.920	6.380	7.782	10.819	9.486	19.802	26.625
Demanda total	39.091	39.464	43.498	45.178	43.754	54.275	52.278	53.553	58.320	59.139	72.226	83.519

Fonte: Favro, Caldarelli e Camara (2012, p. 458)

O Brasil está entre os maiores produtores de milho (safra 2016/17), ocupando a terceira posição no ranking mundial. Em primeiro lugar está os EUA, com 37% da produção total, a China ocupa segunda posição com 21% e o Brasil em terceiro, produz o equivalente a 8% da produção mundial do grão, segundo (FARMNEWS, 2017).

Os levantamentos oficiais e periódicos das safras de grãos no Brasil são realizados por órgãos oficiais e amplamente divulgados pela CONAB. A síntese dos dados da safra de grãos, 2016/2017, publicados pela CONAB (2017), no segundo levantamento realizado em novembro 2016, divulgou os seguintes dados:

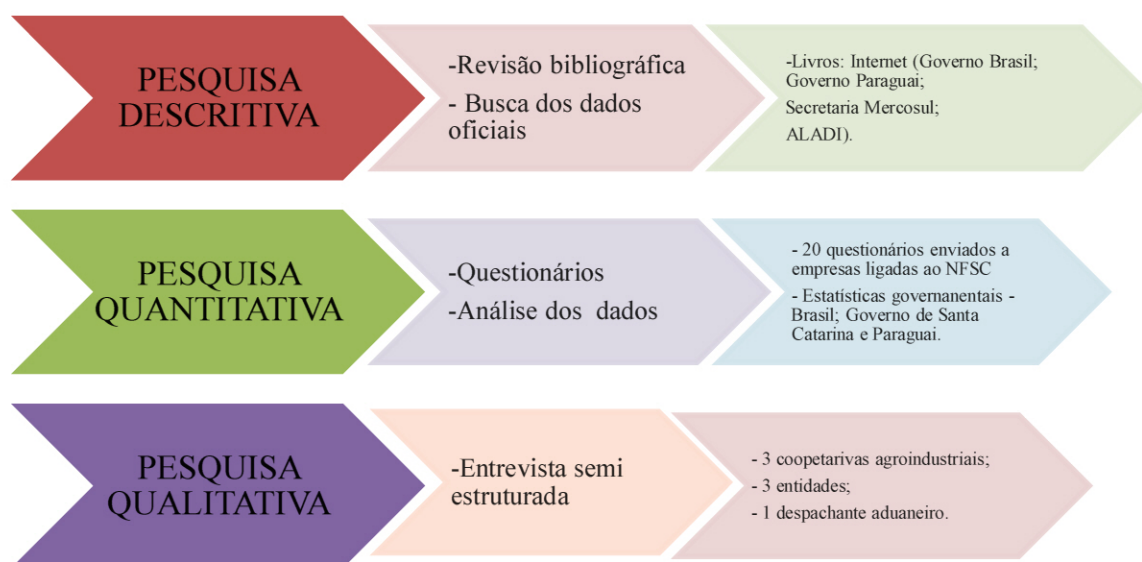
A estimativa da produção de grãos, para a safra 2016/17, poderá ficar entre 210,9 e 215,1 milhões de toneladas. O crescimento poderá ser de até 15,6% em relação à safra anterior. A área plantada está prevista se situar entre 58,5 e 59,7 milhões de hectares. O crescimento previsto poderá ser de até 2,3% se comparada com a safra 2015/16. [...] Milho primeira safra: após três anos consecutivos de queda, a safra deverá ser de 4,7 a 10,4% superior à anterior.

“A produção total de grãos está estimada entre 223,29 e 227,54 milhões de toneladas para a safra 2017/18. Redução de 6,2 e 4,4%, respectivamente, em relação à safra anterior que foi de 238 milhões de toneladas” (CONAB, 2017, p.8).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia aplicada para realização deste estudo, desde a caracterização da pesquisa até o método de trabalho, em que se descrevem as etapas percorridas para a coleta, análise e interpretação dos dados.

Figura 4 - Resumo do Método



Fonte: Autora, (2017).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delineamento da pesquisa é tratado como o *design* da pesquisa e envolve os meios técnicos da investigação, [...] “corresponde ao planejamento e estruturação da pesquisa em sua dimensão mais ampla” (MARTINS; THEÓFILO 2016, p. 51).

O escopo desta pesquisa possibilita que seu delineamento se caracterize da seguinte forma: para atendimento dos objetivos como pesquisa descritiva; para Figueiredo et. al. (2008, p. 16) “Tem objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Constitui importância significativa no desenvolvimento de pesquisa qualitativa” e Gil (2008) corrobora, afirmando que este tipo de pesquisa tem como objetivo descrever as características de determinadas

populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e as observações sistemáticas; quanto aos procedimentos como exploratória e documental. O problema de pesquisa e os instrumentos definidos para a coleta, análise e interpretação dos dados a definem como qualitativa e quantitativa.

O método quantitativo foi utilizado para definição de valores praticados no comércio brasileiro e paraguaio, quantidades produzidas e colhidas, volumes de exportação e importação de milho nos países objeto de estudo, confrontados com dados coletados pela aplicação de questionário via Google Formulários e entrevistas realizadas com três cooperativas agroindustriais, e outras três entidades relacionadas ao tema.

Análise qualitativa foi utilizada para descrever os fatores que influenciam nas relações comerciais entre o Paraguai e Brasil e a análise dos entraves comerciais existentes no Bloco Econômico MERCOSUL, a partir de documentos oficiais sobre o bloco em estudo e pela participação *in loco* de eventos relacionados ao Núcleo de Faixa de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), em âmbito nacional e internacional e análise de documentos oficiais gerados nestes encontros.

A Pesquisa bibliográfica buscou dar embasamento teórico sobre os temas relacionados ao estudo: comércio exterior, MERCOSUL (globalização e política, composição e estruturação de blocos econômicos, relações bilaterais e multilaterais), características dos países membros efetivos do MERCOSUL: Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil; Barreiras ao comércio; Agroindústria e sobre o insumo Milho.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA (AMBIENTE DE ESTUDO)

A população-alvo de uma pesquisa corresponde à coleção de elementos que possuem a informação procurada pelo pesquisador e sobre os quais devem ser feitas inferências (MALHOTRA, 2006).

A área de abrangência do estudo são os países em estudo, com olhar voltado à agroindústria localizada na região oeste do Estado de Santa Catarina - Brasil e o Paraguai.

Para buscar as informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo foi construída uma amostra intencional envolvendo atores que atuam de forma relevante nesta área. Assim, participaram as principais empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), cooperativas e outras entidades ligadas ao Setor num total de vinte questionários.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados é a fase da pesquisa em que se entra em contato com as informações para registrar os dados que a definirão (BARQUETTE; CHAOUBAH, 2007). Para atingimento dos objetivos desta dissertação foram necessárias as seguintes técnicas de coleta de dados que consistiu em duas etapas.

A primeira etapa da pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, através de embasamento teórico para compreensão dos países em estudo, membros do MERCOSUL e seu estágio constitutivo a partir de bibliografias específicas, documentos oficiais do bloco, dentre eles o GATT (1994) (*General Agreement on Tariffs and Trade*/Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), o Tratado de Assunção, o ACE (Acordo de Complementação Econômica) nº18, site oficial do MERCOSUL, da Secretaria do MERCOSUL, Parlamento do MERCOSUL, da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Estudos de países, desenvolvidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Tarifa Exterior Comum (TEC), Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça de Santa Catarina (PDIF).

A segunda etapa da pesquisa consistiu no levantamento de dados de importação e exportação em publicações dos governos Brasileiro e Paraguaio (Alice Web, MERCOSUL, *Invest Export* Brasil, Radar Comercial, CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), MAPA (Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária), Governo do Estado de Santa Catarina, publicações oficiais da Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas – CAPECO (*Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas*), Secretaria do Mercosul e ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), aplicação de vinte questionários no período de 06 a 17 de novembro de 2017, junto às principais empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), compreendendo representantes governamentais nas esferas municipais, estaduais e federal, federações de indústria e comércio, cooperativas agroindustriais de grande e médio porte, associações de municípios, associações comerciais, *trading company*, despachantes aduaneiros, serviço de apoio a pequenas e média empresas, federação de cooperativas, universidades, empresas de transporte e empresas privadas ligadas ao tema em estudo.

Também foram realizadas sete entrevistas, destas, três cooperativas agroindustriais – identificadas como Cooperativas A, B e C, todas da região oeste de Santa Catarina e mais três entidades e uma empresa ligadas ao tema, sendo identificadas por:

Cooperativa A: Formada por 13 cooperativas filiadas, mais de 72 mil famílias associadas, indústria de processamento de proteína animal de origem suína e de aves, lácteos e outros itens industrializados.

Cooperativa B: Possui mais de 17 mil famílias associadas, atua nos segmentos de: fomento e comercialização da produção agropecuária de seus associados: milho, soja, trigo, feijão, suinocultura, avicultura e leite; Produção de sementes, rações e suplementos; Industrialização de trigo, soja e milho; Rede de supermercados, lojas agropecuárias e postos de combustíveis.

Cooperativa C: Possui 55 associados. Produz 1.200.000 suínos por ano.

Despachante Aduaneiro: a empresa atua em inteligência comercial internacional com mais de 10 anos de existência.

Entidade 1 - Federação de Associações Empresariais Estadual: representada por seu Vice-presidente de Agronegócio que também ocupa cargos na Associação Comercial e Industrial de Chapecó junto ao fórum de competitividade e diretoria de agronegócios

Entidade 2-Agência de Desenvolvimento Regional do Município de Chapecó (SC).

Entidade 3 - Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas de Santa Catarina.

Para buscar informações necessárias ao desenvolvimento deste estudo foi contruída uma amostra intencional envolvendo atores que atuam de forma relevante nesta área. Assim participaram as principais empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), cooperativas e outras entidades ligadas ao Setor num total de vinte questionários.

A amostra construída intencionalmente, num total de vinte questionários, foi altamente siginificativa ao estudo, pois envolveu atores que atuam de forma relevante junto ao agronegócio e engajadas no Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), como as principais cooperativas do Estado e outras entidades ligadas ao Setor.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados coletados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva. A escolha desse método se deu pela necessidade de agregar os dados numéricos de natureza comum e averiguar o comportamento da amostra. A estatística descritiva consiste “na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos (REIS,1996, apud MORAIS 2005, p. 8) ”.

Quando da aplicação dos questionários, o envio foi realizado via Google Formulários, os dados coletados foram representados através de tabelas, quadros e gráficos, por meio de

estatística descritiva simples, “[...] estatísticas descritivas simples servem para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados” (REIS; REIS, 2002, p.6). Após a aplicação dos questionários se realizou o agrupamento dos dados com auxílio de planilhas eletrônicas.

3.5 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Este tópico apresenta a trajetória da pesquisa desenvolvida:

1. Definição do tema, problema e objetivos;
2. Revisão teórica para os temas: Comércio Exterior, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e seus países membros, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, Barreiras ao Comércio, a agroindústria e o insumo milho.
3. Delineamento da pesquisa, definição dos instrumentos empregados no estudo e estrutura metodológica;
4. Análise do Cenário do Agronegócio; Comércio bilateral entre Brasil e Paraguai; tratamento administrativo na importação e cenário logístico entre Paraguai e a agroindústria de Santa Catarina – Brasil.
5. Levantamento dos dados, com coleta em publicações sobre os dois países em estudo, Brasil e Paraguai. Envio dos questionários e entrevistas.
6. Apresentação e análise dos dados
7. Conclusões e recomendações do estudo.

A trajetória da pesquisa pode ser observada no Quadro 7 que segue:

Quadro 7 - Trajetória da pesquisa.

1ª ETAPA	Tema, Problema de Pesquisa e objetivo Geral e Específicos: Elaboração definição do tema, problemática de estudo e objetivos norteadores da pesquisa, apresentados no capítulo 1 desta dissertação.
2ª ETAPA	Revisão da Literatura: Comércio Exterior, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e seus países membros, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, Barreiras ao Comércio, Agroindústria e Milho.
3ª ETAPA	Delineamento da Pesquisa: Quanto aos procedimentos a pesquisa caracteriza-se como exploratória e documental. O problema de pesquisa e os instrumentos definidos para a coleta, análise e interpretação dos dados a definem como qualitativa e quantitativa. Abrangência do Estudo: Brasil mais especificamente com dados da Região Oeste de Santa Catarina e Paraguai. Amostra: Brasil -Região Oeste de Santa Catarina– vinte empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC).

	<p>Coleta de dados: Levantamento dos dados, com coleta em publicações sobre os dois países em estudo, Brasil e Paraguai. Envio dos questionários a 20 (vinte) empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC) e entrevistas com 7 (sete) gestores de instituições igualmente ligadas ao NFSC.</p> <p>Análise de dados: análise documental, das entrevistas e estatística descritiva simples.</p>
4ª ETAPA	Análise e Interpretação dos Resultados
5ª ETAPA	Conclusões e Recomendações

Fonte: Elaborado pela autora.

3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Toda pesquisa apresenta diversas possibilidades, mas também possui limitações. O excesso de publicações com divergência de números estatísticos disponíveis para consulta em âmbito do MERCOSUL, dificultaram a pesquisa. Outra observação é em relação à obtenção de dados sobre o NFSC (Núcleo da Faixa de Fronteira de Santa Catarina) que por estar em andamento não apresenta ainda resultados publicados, o que nos resultou em acompanhamento *in loco* dos encontros nacionais e internacionais, gerando demora na coleta de dados.

Este estudo não objetivou apresentar resultados de viabilidade econômica e financeira da importação do insumo milho do Paraguai para o Brasil, mas sim apontar as vantagens mercadológicas de se obter o insumo no país vizinho a fim de suprir a necessidade da agroindústria da região oeste de Santa Catarina.

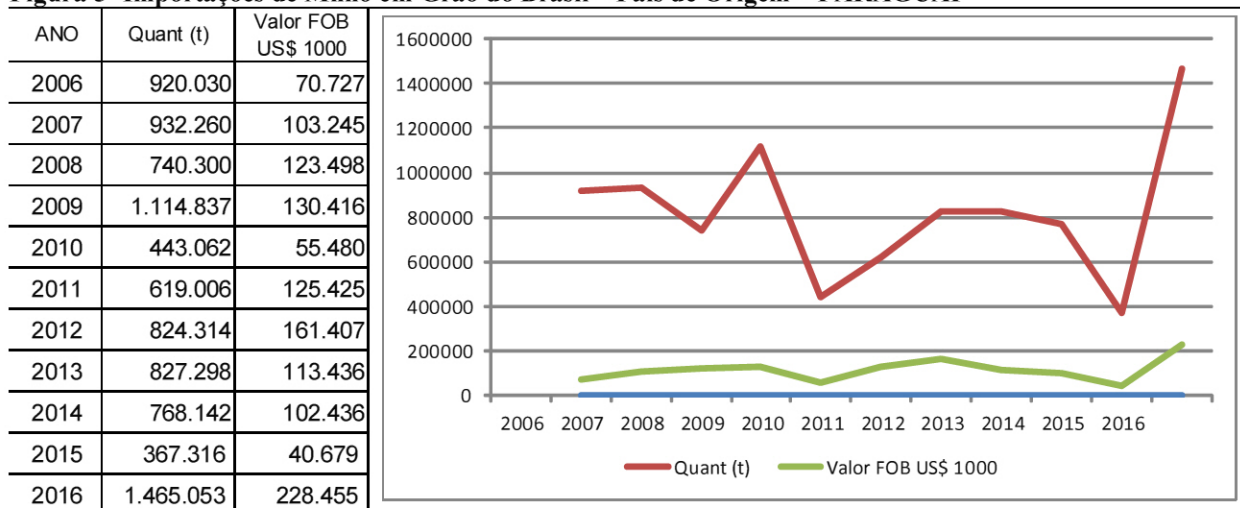
4ANÁLISE DO CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO

Apresenta-se neste capítulo uma análise do cenário do agronegócio do Brasil e Paraguai, aspectos logísticos para acesso ao insumo milho disponível no Paraguai pelas agroindústrias do Oeste de Santa Catarina e tratamento administrativo aplicado na importação.

4.1 CENÁRIO DO COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E PARAGUAI

A partir dos dados coletados na Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2017), as importações de milho do Paraguai ao Brasil, elevaram-se a partir de 2006, com média aproximada de 820 mil toneladas, atingindo volume superior a 1.000.000 toneladas nos anos de 2009 e 2016. O volume de importações milho em grão em 2009 foi de 1,1 milhão/t e, em 2016 de 1,4 milhão/t, sendo que os menores volumes de importação registrado em 2010 com 443.062t e em 2015 de 367,316t conforme pode ser observado na Figura 5:

Figura 5- Importações de Milho em Grão do Brasil – País de Origem – PARAGUAI



**Dados coletados em SECEX (2016)

FONTE: CONAB (2017)

Em período recente os baixos preços internacionais para o milho desestimularam a expansão da produção paraguaia e desviaram recursos para a produção de soja na “entressafra”, porém de acordo com a Câmara Paraguaia de Exportadores CAPECO (2017), conforme demonstrado no Quadro 8, de acordo com o MRE (2016), o volume de milho exportado pelo

país tem sido bastante significativo registrando um volume total para safra 2015/2016 de 3,3 milhões de toneladas.

Quadro 8 - Evolução das exportações – Paraguai (milho) – Safras 1997/98 até 2015/16.

MILHO				
SAFRA	TERRESTRE Toneladas	FLUVIAL Toneladas	FERROVIARIO Toneladas	EXPORTAÇÃO TOTAL
1997/1998	//	//	//	78.256
1998/1999	//	//	//	107.936
1999/2000	//	//	//	226.138
2000/2001	//	//	//	483.660
2001/2002	//	//	//	269.634
2002/2003	//	//	//	320.223
2003/2004	//	//	//	958.051
2004/2005	//	//	//	425.016
2005/2006	//	//	//	389.440
2006/2007	954.536	745.833	40.198	1.740.567
2007/2008	1.259.851	665.151	0	1.925.002
2008/2009	644.950	531.404	0	1.176.354
2009/2010	931.118	397.400	0	1.328.518
2010/2011	362.888	1.048.613	0	1.411.501
2011/2012	895.169	1.041.815	0	1.936.984
2012/2013	739.758	1.836.523	0	2.576.281
2013/2014	1.048.685	1.801.020	0	2.849.705
2014/2015	850.258	1.230.647	0	2.080.905
2015/2016	575.265	2.816.767	0	3.392.032
// valores não disponíveis				

Fonte: CAPECO, (2017).

Os bons resultados obtidos na produção agrícola refletem avanços obtidos na exploração produtiva do setor e a responsabilidade do país em relação aos investimentos e qualidade de seus grãos.

Em 2016 ocorreu uma crise de abastecimento no mercado interno Brasileiro, obrigando os produtores de aves e suínos a buscar o cereal em outros mercados. Com a valorização do dólar, o milho brasileiro ganhou competitividade no comércio internacional estimulando as vendas do grão em contrapartida deste resultado positivo das exportações, houve o enxugamento dos estoques nacionais gerando uma severa crise de abastecimento.

Ironicamente, o Brasil se viu obrigado a importar o cereal. Estas crises no abastecimento dificultam a vida dos agricultores que ameaçam a abandonar o agronegócio. Nesse período foi possível comprar milho a US\$ 160 por tonelada no Paraguai, o milho nacional no ano de 2016 estava cotado em US\$ 267 por tonelada. Em 2016 a média do dólar em janeiro foi de R\$ 4,054 fechando dezembro em R\$3,351 (BACEN, 2017).

Um estudo recentemente lançado com projeções do agronegócio de 2017 até 2027 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2017), apresenta o valor da saca de milho de 60kg em 2016 que chegou a ser vendida R\$ 44,06, muito superior à média histórica que foi de R\$23,69 a saca de 60kg, disposto no Quadro 9 conforme segue:

Quadro 9 - Brasil - Preços de produtos agrícolas

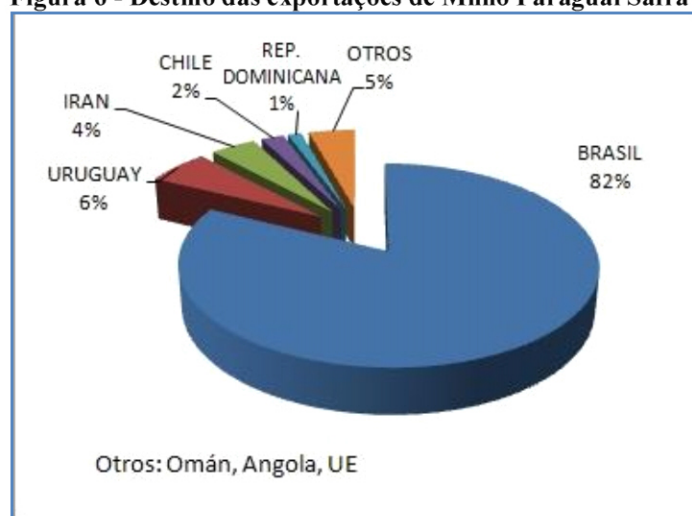
Produto	Unidade	Média histórica	2015	2016	2017
Trigo	R\$/ton	557,70	656,06	756,89	606,36
Milho	R\$/sc 60kg	23,69	28,58	44,06	32,50
Soja grão	R\$ sc 60kg	42,55	68,34	77,43	66,38
Algodão	libra peso de pluma	150,31	209,90	257,23	275,46
Arroz	R\$/sc 50kg	30,41	36,96	45,94	44,20
Boi	R\$/Arroba	76,58	145,42	152,90	142,76

Cepea/USP-Acesso 05/2017

Fonte: MAPA (2017)

Segundo a CAPECO (2017) no ano de 2016 o Brasil foi o principal destino das exportações de milho do Paraguai, totalizando 82% do volume total, como apresentado na Figura nº 6 a seguir:

Figura 6 - Destino das exportações de Milho Paraguai Safra 2016



Fonte: CAPECO (2017).

Isso representa 1,6 bilhões de kg de milho destinados ao Brasil segundo Alice Web Mercosul (2017), disponível na Tabela 4:

Tabela 4 - Volume de milho em grão exportado do Paraguai parao Brasil período: jan/2014 até Jan/2017

Posição - SH 8 dígitos: 1005.90.10– Milho em grão, exceto para sementeira		
Exportação para País:BrasilPeríodo P1: 01/2014 até 01/2017		
Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
1/2014 até 12/2014	109.575.029	817.946.300
1/2015 até 12/2015	35.352.321	333.855.140
1/2016 até 12/2016	259.045.878	1.651.043.910
1/2011 até 1/2017	823.882.982	5.196.217.388

Fonte: Alice Web Mercosul (2017)

De acordo com Tabela 5, o estado de Santa Catarina foi destino de parte destas exportações, em 10 anos, registrou-seo total de 2,3 bilhões de kg de milho importado (RADAR COMERCIAL, 2017).

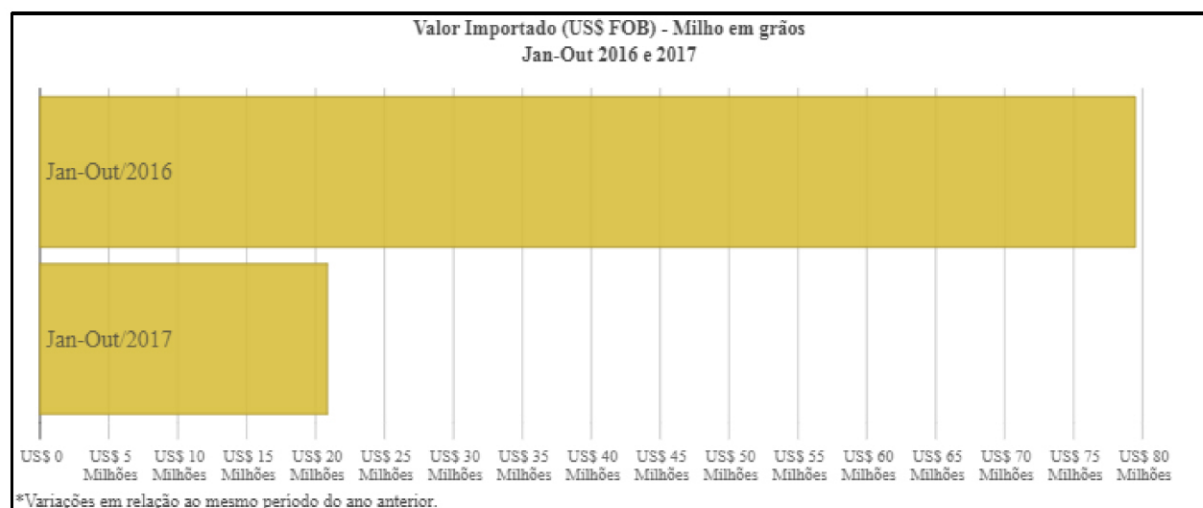
Tabela 5 - Importação de Milho – Origem Paraguai, destino Estado de Santa Catarina (Brasil) – Período : 01/2006 até 12/2016

Posição - SH 4 dígitos:1005 – Milho		
País:586 - Paraguai UF:44 - SANTA CATARINA Período P1: 01/2006 até 12/2016		
Período	US\$ FOB	Peso Líquido (kg)
01/2006 até 12/2016	313.116.286	2.378.268.482

Fonte: Radar Comercial (2017)

O volume é explicado pela demanda interna do país e a consequente falta do insumo milho, sendo que foi um dos piores períodos enfrentados pela agroindústria catarinense.

Figura 7 - Importação de milho em grãos 2016 e 2017 em milhões de US\$



Fonte: MDIC, 2017

A balança comercial de importações do estado de Santa Catarina para o ano de 2016, o registrou o total de US\$ 102,85 milhões (FOB) de importação de milho em grãos, e em 2017 no período de janeiro até outubro o volume registrado foi de US\$ 20,85 milhões (FOB) (MDIC,

2017) conforme pode ser observado na Figura 7, Santa Catarina obteve um volume de importação de milho em 2016, muito superior ao ano de 2017.

Em relação à capacidade produtiva do Paraguai, na safra de 2015/2016 o Paraguai plantou o equivalente a 838.786 hectares de milho e colheu 4 milhões de toneladas, sendo que a estimativa para a safra 2016/2017 é 13,5% a mais que a anterior, conforme dados da CAPECO (2017), apresentada no quadro nº 10 abaixo:

Quadro 10 - Safras de milho do Paraguai 1997/1998 até 2016/2017.

Safra	Área de Semeadura	Produção	Rendimento
	(Hec)	Comercial- Ton	(Kgs/Hec)
1997-1998	335.600	873.900	2.604
1998-1999	356.602	817.233	2.292
1999-2000	331.725	647.270	1.951
2000-2001	406.365	947.167	2.331
2001-2002	369.960	867.270	2.344
2002-2003	442.600	1.055.536	2.385
2003-2004	440.000	1.120.000	2.545
2004-2005	400.000	830.000	2.075
2005-2006	410.000	1.100.000	2.683
2006-2007	430.000	2.000.000	4.651
2007-2008	658.201	2.632.396	3.999
2008-2009	774.100	1.857.840	2.400
2009-2010	545.899	1.844.684	3.379
2010-2011	647.042	3.071.033	4.746
2011-2012	736.691	3.126.497	4.244
2012-2013	876.369	3.461.658	3.950
2013-2014	983.899	3.935.596	4.000
2014-2015	649.733	3.218.777	4.954
2015-2016	838.768	4.000.000	4.768
2016-2017	1.009.226	(*)4.541.517	(*)4.500

(*) Estimativas sujeitas a variação +/- 5%

Fonte: CAPECO (2017)

No Brasil, o Quadro 11 a seguir, resultante de dados coletados na CONAB (2017), apresenta uma série histórica de área plantada no Brasil referente a cultura do milho, tanto da 1ª safra quanto da 2ª (safrinha), a região Sul tradicionalmente a maior produtora de milho, começou a perder espaço para a região Centro-Oeste, a partir de 2008/2009. A partir de 2011/2012 a região Centro-Oeste passou de uma área plantada média de 3.700 mil hectares para uma área superior a 7.000 mil hectares de plantio. Nesse mesmo período a região Sul manteve a média de 4.000 mil hectares, passando para a segunda colocação por região. Observa-se, ainda, que o estado com maior crescimento de área plantada na região Centro-Oeste é o estado do Mato Grosso, na 2ª safra, seguidos dos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás. Na região Sul destaca-se como maior área de plantio o estado do Paraná, com preferência para a 2ª safra, seguido do estado do Rio Grande do Sul, com maior área de plantio na 1ª safra.

Quadro 11 - ÁREA PLANTADA – BRASIL – Milho em Grãos – 1ª E 2ª SAFRAS 2001/02 a 2016/17 - (em mil hectares)

REGIÃO/UF	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 Previsão (*)
NORTE	491,3	517,7	21,3	567,3	556,6	564,5	572,3	521,4	514,0	521,7	569,5	528,3	551,2	667,3	573,2	669,1
1ª SAFRA	491,3	517,7	3,8	553,2	538,4	535,3	537,0	481,4	441,4	437,0	456,7	397,8	361,9	393,8	358,1	324,5
2ª SAFRA	-	-	17,5	14,1	18,2	29,2	35,3	40,0	72,6	84,7	112,8	130,5	189,3	273,5	215,1	344,6
NORDESTE	2.680,6	2.894,9	2.887,0	2.749,6	2.850,9	2.961,6	2.981,6	3.030,0	2.648,7	3.147,7	2.421,5	2.325,5	2.899,7	2.675,4	2.425,2	2.518,4
1ª SAFRA	2.358,0	2.577,1	2.588,4	2.362,9	2.468,1	2.575,0	2.628,0	2.724,1	2.293,7	2.504,2	1.917,3	1.695,7	2.113,3	2.056,5	1.865,2	1.835,3
2ª SAFRA	322,6	317,8	298,6	386,7	382,8	386,6	353,6	305,9	355,0	643,5	504,2	629,8	786,4	618,9	560,0	683,1
CENTRO-OESTE	1.994,3	2.327,8	2.308,9	2.264,8	2.372,5	3.259,7	3.774,7	3.528,1	3.723,3	3.857,5	5.291,8	6.202,9	6.202,2	6.480,2	7.067,4	7.472,8
1ª SAFRA	803,2	796,6	757,6	669,9	731,7	845,8	948,8	788,8	546,0	530,2	743,6	535,8	422,2	361,6	320,3	350,4
2ª SAFRA	1.191,1	1.531,2	1.551,3	1.594,9	1.640,8	2.413,9	2.825,9	2.739,3	3.177,3	3.327,3	4.548,2	5.667,1	5.780,0	6.118,6	6.747,1	7.122,4
MT - 1ª SAFRA	180,0	175,5	161,5	133,7	135,7	171,0	178,6	131,3	85,2	62,1	94,5	75,6	68,0	63,6	31,1	33,8
MT - 2ª SAFRA	558,6	703,8	809,4	925,0	911,1	1.421,3	1.656,0	1.509,3	1.904,9	1.836,3	2.645,4	3.349,1	3.230,2	3.352,9	3.769,0	4.123,3
MS - 1ª SAFRA	119,4	119,4	97,9	81,7	102,1	98,0	98,0	84,7	57,5	46,0	68,2	48,0	27,0	20,5	16,0	28,0
MS - 2ª SAFRA	361,8	582,5	530,4	482,7	521,3	740,2	890,3	853,8	830,0	946,8	1.199,5	1.461,0	1.547,5	1.615,0	1.665,0	1.700,0
GO - 1ª SAFRA	481,3	476,5	471,7	424,5	460,6	540,3	632,2	538,6	377,6	394,6	547,3	377,2	288,2	250,7	246,4	260,0
GO - 2ª SAFRA	265,0	238,5	205,1	180,5	202,2	244,7	271,3	371,4	434,9	539,3	694,6	838,6	952,3	1.112,3	1.274,7	1.260,7
DF - 1ª SAFRA	22,5	25,2	26,5	30,0	33,3	36,5	40,0	34,2	25,7	27,5	33,6	35,0	39,0	26,8	26,8	28,6
DF - 2ª SAFRA	5,7	6,4	6,4	6,7	6,2	7,7	8,3	4,8	7,5	4,9	8,7	18,4	50,0	38,4	38,4	38,4
SUDESTE	2.347,1	2.422,5	2.465,5	2.484,1	2.472,0	2.404,6	2.350,9	2.253,7	2.113,3	2.146,0	2.242,3	2.203,0	2.106,5	2.060,7	2.051,3	2.124,1
1ª SAFRA	1.977,4	2.061,0	2.110,5	2.142,3	2.178,9	2.127,8	2.040,2	1.951,7	1.804,3	1.750,9	1.813,0	1.753,4	1.552,0	1.435,4	1.237,0	1.304,0
2ª SAFRA	369,7	361,5	355,0	341,8	293,1	276,8	310,7	302,0	309,0	395,1	429,3	449,6	554,5	625,3	814,3	820,1
MG - 1ª SAFRA	1.164,2	1.239,9	1.320,5	1.333,7	1.347,0	1.368,6	1.299,7	1.259,4	1.164,9	1.148,0	1.218,5	1.149,8	1.098,0	1.022,4	837,4	909,4
MG - 2ª SAFRA	37,4	29,2	26,0	26,0	24,7	29,9	39,7	31,0	27,4	57,4	94,3	118,8	228,0	255,2	371,0	375,5
ES - 1ª SAFRA	50,2	52,7	49,5	46,0	39,8	37,8	37,4	37,6	34,5	34,3	31,5	24,1	22,3	17,8	13,6	12,5
ES - 2ª SAFRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ - 1ª SAFRA	11,8	9,7	11,4	11,6	11,1	10,7	8,1	8,3	7,0	7,2	6,1	5,9	4,4	2,6	2,0	2,7
RJ - 2ª SAFRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP - 1ª SAFRA	751,2	758,7	729,1	751,0	781,0	710,7	695,0	646,4	597,9	561,4	556,9	573,6	427,3	392,6	384,0	379,4
SP - 2ª SAFRA	332,3	332,3	329,0	315,8	268,4	246,9	271,0	271,0	281,6	337,7	335,0	330,8	326,5	370,1	443,3	444,6
SUL	4.784,5	5.063,3	4.558,0	4.142,4	4.711,9	4.864,5	5.086,2	4.838,6	3.994,6	4.133,2	4.653,0	4.569,6	4.069,3	3.809,3	3.805,4	3.987,6
1ª SAFRA	3.782,9	3.711,1	3.462,7	3.293,5	3.735,7	3.410,0	3.481,6	3.324,5	2.638,6	2.415,4	2.627,9	2.400,4	2.168,3	1.895,0	1.607,1	1.705,8
2ª SAFRA	1.001,6	1.352,2	1.095,3	848,9	976,2	1.454,5	1.604,6	1.514,1	1.356,0	1.717,8	2.025,1	2.169,2	1.901,0	1.914,3	2.198,3	2.281,8
PR - 1ª SAFRA	1.490,9	1.453,6	1.351,8	1.257,2	1.514,9	1.318,0	1.374,8	1.268,9	894,1	768,0	977,7	878,1	665,2	542,5	414,1	500,6
PR - 2ª SAFRA	1.001,6	1.352,2	1.095,3	848,9	976,2	1.454,5	1.604,6	1.514,1	1.356,0	1.717,8	2.025,1	2.169,2	1.901,0	1.914,3	2.198,3	2.281,8
SC - 1ª SAFRA	832,0	848,6	814,7	798,4	784,8	706,3	715,8	667,1	593,5	548,2	536,7	489,0	471,9	411,5	370,0	400,3
SC - 2ª SAFRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS - 1ª SAFRA	1.460,0	1.408,9	1.296,2	1.237,9	1.436,0	1.385,7	1.391,0	1.388,5	1.151,0	1.099,2	1.113,5	1.033,3	1.031,2	941,0	823,0	804,9
RS - 2ª SAFRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORTENORDESTE	3.171,9	3.412,6	3.450,6	3.316,9	3.407,5	3.526,1	3.553,9	3.551,4	3.162,7	3.669,4	2.991,0	2.853,8	3.450,9	3.342,7	2.998,4	3.187,5
CENTRO-SUL	9.125,9	9.813,6	9.332,4	8.891,3	9.556,4	10.528,8	11.211,8	10.620,4	9.831,2	10.136,7	12.187,1	12.975,5	12.378,0	12.350,2	12.924,1	13.584,5
BRASIL	12.297,8	13.226,2	12.783,0	12.208,2	12.963,9	14.054,9	14.765,7	14.171,8	12.993,9	13.806,1	15.178,1	15.829,3	15.828,9	15.692,9	15.922,5	16.772,0

Legenda: (*) Estimativa em março/2017

Fonte: Conab

Fonte: CONAB, 2017

Quadro 12 - Produção – BRASIL – Milho em grãos – 1ª e 2ª SAFRAS 2001/02 A 2016/17 - (Em mil toneladas)

REGIÃO/UF	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 Previsão (*)
NORTE	855,1	979,2	1.089,7	1.107,8	1.129,2	1.243,0	1.372,8	1.247,5	1.286,5	1.415,5	1.652,4	1.672,3	1.821,2	2.561,0	1.966,8	2.594,2
RR	34,2	42,7	43,3	26,0	24,4	24,4	12,8	12,8	12,8	13,0	13,0	13,0	5,7	15,4	14,0	15,5
RO	178,4	184,0	275,4	267,8	286,2	302,4	383,9	327,4	374,2	350,9	453,7	501,6	455,5	651,3	653,8	756,7
AC	51,2	49,5	52,0	63,3	53,4	56,2	42,0	44,2	57,8	83,7	100,3	111,6	108,8	96,3	96,7	83,1
AM	14,7	15,7	15,7	25,0	23,2	44,3	35,2	30,0	31,9	35,0	36,0	30,8	28,9	39,4	13,6	23,2
AP	1,5	1,2	1,2	1,3	1,2	1,8	2,4	3,0	3,3	2,9	2,1	1,9	2,0	1,6	1,6	1,7
PA	451,0	528,1	522,9	566,0	572,9	532,3	622,8	565,2	540,6	544,7	599,7	565,6	536,8	706,8	646,9	805,7
TO	124,1	158,0	179,2	158,4	167,9	281,6	273,7	264,9	265,9	385,3	447,6	447,8	683,5	1.050,2	540,2	908,3
NORDESTE	2.054,5	3.277,5	3.002,6	2.969,4	3.242,4	3.106,2	4.396,0	4.642,4	4.273,6	6.128,0	4.364,0	4.859,8	7.574,5	6.243,1	3.598,8	6.038,3
MA	324,5	414,2	430,4	405,1	424,4	447,1	490,4	504,1	562,1	879,7	731,6	1.309,4	1.725,9	1.469,2	874,4	1.555,6
PI	83,7	287,3	134,0	195,5	233,2	179,0	322,9	495,4	353,6	705,1	787,2	542,8	1.029,4	1.064,3	739,5	1.222,0
CE	622,6	749,4	372,8	257,1	740,4	335,6	752,5	554,9	175,1	949,3	73,9	98,1	401,3	151,4	163,8	424,1
RN	69,6	71,0	58,3	29,4	52,5	37,9	53,8	43,0	9,2	49,4	2,6	4,7	20,5	7,5	7,7	11,2
PB	74,4	123,2	135,3	90,2	168,8	70,8	128,5	166,3	6,3	97,0	4,2	26,3	35,4	20,3	20,1	41,8
PE	78,7	82,1	67,1	141,7	221,1	95,6	185,6	212,1	125,6	190,9	24,1	15,8	94,0	58,2	22,2	66,3
AL	37,8	18,0	21,7	48,6	52,7	46,0	44,4	46,6	41,8	51,1	22,4	21,9	27,5	30,3	19,1	17,8
SE	48,2	133,1	126,2	165,6	189,8	197,5	451,3	614,8	722,8	928,1	543,7	941,5	1.058,2	668,5	304,1	777,0
BA	715,0	1.399,2	1.656,8	1.636,2	1.159,5	1.696,7	1.966,6	2.005,2	2.277,1	2.277,4	2.174,3	1.899,3	3.182,3	2.773,4	1.447,9	1.922,5
CENTRO-OESTE	7.088,2	9.931,4	9.355,0	7.823,1	9.592,2	12.994,0	16.686,2	15.564,1	16.906,8	17.315,6	31.116,3	35.910,6	35.053,8	39.582,1	28.244,4	42.475,3
MT	2.199,8	3.227,8	3.446,4	3.384,4	4.028,3	5.864,9	7.806,8	8.081,7	8.118,1	7.619,7	15.610,4	19.893,0	18.049,4	20.763,4	15.271,6	23.663,0
MS	1.345,6	3.039,7	2.353,0	1.396,9	2.241,0	2.951,4	3.524,3	2.311,9	3.737,3	3.423,2	6.576,4	7.820,7	8.179,6	9.282,9	6.269,5	8.977,6
GO	3.394,7	3.484,3	3.372,3	2.814,8	3.088,8	3.887,5	5.031,1	4.898,9	4.796,0	6.009,8	8.575,9	7.696,1	7.999,1	8.993,9	6.430,5	9.266,0
DF	148,1	179,6	183,3	227,0	234,1	290,2	324,0	271,6	255,4	262,9	353,6	500,8	825,7	541,9	272,8	568,7
SUDESTE	8.894,4	10.047,7	10.649,1	10.302,8	9.651,9	10.353,2	11.417,6	10.935,0	10.715,6	10.952,3	12.800,0	12.677,7	10.728,4	11.061,2	9.794,3	12.259,1
MG	4.787,7	5.327,3	6.000,4	6.172,3	5.280,8	6.256,8	6.629,1	6.543,5	6.083,6	6.526,7	7.807,4	7.452,2	6.943,0	6.864,5	5.921,0	7.850,2
ES	138,1	144,9	125,2	119,6	83,6	90,7	95,3	96,9	74,2	81,7	76,5	61,4	60,5	24,3	39,6	34,0
RJ	26,9	22,1	23,9	26,4	26,6	23,5	19,8	20,4	17,5	16,9	14,9	13,3	10,3	6,2	5,2	6,3
SP	3.941,7	4.553,4	4.499,6	3.984,5	4.260,9	3.982,2	4.673,4	4.274,2	4.540,3	4.327,0	4.901,2	5.150,8	3.714,6	4.166,2	3.828,5	4.368,6
SUL	16.374,6	23.175,1	18.032,1	12.803,6	18.899,2	23.673,3	24.779,7	18.614,8	22.835,6	21.595,5	23.046,8	26.385,3	24.873,8	25.225,0	23.089,7	25.602,5
PR	9.363,2	13.657,2	11.192,1	8.414,3	11.173,0	13.851,3	15.368,3	11.100,8	13.443,3	12.247,7	16.757,1	17.642,4	15.671,8	15.862,9	14.484,9	16.564,3
SC	3.105,9	4.234,5	3.340,3	2.818,4	3.178,4	3.863,5	4.089,4	3.265,2	3.798,4	3.571,5	2.947,0	3.359,4	3.485,0	3.189,1	2.712,1	3.162,4
RS	3.905,5	5.283,4	3.499,7	1.570,9	4.547,8	5.958,5	5.322,0	4.248,8	5.593,9	5.776,3	3.342,7	5.383,5	5.717,0	6.173,0	5.892,7	5.875,8
NORTE/NORDESTE	2.909,6	4.256,7	4.092,3	4.077,2	4.371,6	4.349,2	5.768,8	5.889,9	5.560,1	7.543,5	6.016,4	6.532,1	9.395,7	8.804,1	5.565,6	8.632,5
CENTRO-SUL	32.357,2	43.154,2	38.036,2	30.929,5	38.143,3	47.020,7	52.883,5	45.113,9	50.458,0	49.863,4	66.963,1	74.973,6	70.656,0	75.868,3	61.128,4	80.336,9
BRASIL	35.266,8	47.410,9	42.128,5	35.006,7	42.514,9	51.369,9	58.652,3	51.003,8	56.018,1	57.406,9	72.979,5	81.505,7	80.051,7	84.672,4	66.694,0	88.969,4

Legenda: (*) Estimativa em março/2017

Fonte: Conab

Fonte: CONAB, (2016).

A nível nacional a previsão de área plantada 2016/17 (estimativa em março/2017), é de 16.772 mil hectares de plantio do cereal e, destes, estima-se 7.472 mil hectares na região Centro-Oeste, 3.987 mil hectares para a região Sul e 2.518 mil hectares para a região Nordeste.

Quanto à preferência de plantio na 1ª e 2ª safra, as regiões Nordeste, Sudeste e Norte tem maior área plantada na 1ª safra, enquanto que as regiões Centro-Oeste e Sul tem maior área plantada na 2ª safra.

E os dados que demonstrados no Quadro 12, apresentam a produção nacional de milho, em mil toneladas, da 1ª e 2ª safras, separadas por região. Da mesma forma que a área plantada, a região Sul despontava como maior produtor de milho até a safra de 2010/11, perdendo espaço para a região Centro-Oeste a partir desse período.

A safra 2016/17 (previsão março/2017) estima safra de 42.475 mil toneladas para a região Centro-Oeste, enquanto que a região Sul tem estimativa de 25.602 mil toneladas. No volume de produção da região Centro-Oeste destacam-se os estados do Mato Grosso, com 23.663 mil toneladas, seguido dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com 9.266 e 8.977 mil toneladas, respectivamente, para a safra 2016/17. No mesmo período a região Sul, hoje segunda maior produtora de milho, tem como destaque o Estado do Paraná, com produção de 16.564 mil toneladas, seguido do estado do Rio Grande do Sul, com 5.875 mil toneladas.

A região Sudeste é a terceira maior produtora de milho, com previsão de safra 2016/17 de 12.259 mil toneladas e, a região Norte é a de menor produção do cereal, com previsão de apenas 2.594 mil toneladas.

A partir da safra 2012/2013 o Brasil tem produzido um volume superior a 80 milhões de toneladas de milho, ainda insuficiente para atender a demanda do mercado interno, tanto para produção de alimentos quanto para produção de ração animal.

A solução para tal situação é o mercado internacional. Embora se encontre milho em diversos lugares no mundo o ideal é utilizar-se de países limítrofes a fim de encurtar distâncias e reduzir custos, aumentando a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado global, neste sentido apresenta-se a seguir um estudo logístico para acesso ao milho do Paraguai por uma rota alternativa.

4.1.2 Cenário logístico entre Paraguai e a agroindústria de Santa Catarina – Brasil

O município de Chapecó (SC) é reconhecido por sua forte agroindústria no segmento de proteína animal, e está localizado na região oeste de Santa Catarina, conhecido como capital do Oeste.

A região é o berço do sistema de frigoríficos no Brasil, sendo: Aurora Alimentos que, continua com sede em Chapecó; o frigorífico Seara começou em Seara (SC), a 40 km de Chapecó; o frigorífico Sadia iniciou em Concórdia (SC) a 80 km de Chapecó; o frigorífico Perdigão iniciou em Videira (SC) a 220 km de Chapecó. Na região prospera um *cluster*, ou seja, um grupo importante de pequenos frigoríficos que aproveitam o conhecimento das comunidades e os nichos de mercados. A continuidade do crescimento da cadeia produtiva de carnes e derivados depende do acesso competitivo do principal insumo: milho e outros cereais. A importação do milho do Paraguai é permitida, com fácil acesso rodoviário ao maior centro regional de consumo do Estado de Santa Catarina: Chapecó e região.

O acesso aos pontos de fronteira e áreas de aduana em Santa Catarina pode ser realizado, segundo dados disponibilizados pelo Despachante Aduaneiro (2017) apresentados no Quadro nº 13 a seguir:

Quadro 13 - Acessos a Portos Marítimos, Aeroportos e Pontos de Fronteira em Santa Catarina - Brasil.

Portos Marítimos	05 (cinco) Aduanas em Portos Marítimos: Porto Itajaí e Porto Navegantes; Ao Sul o Porto de Imbituba; Ao Norte o Porto de Itapoá e Porto de São Francisco do Sul.
Aeroportos Internacionais	Os aeroportos internacionais com estrutura adequada para desembarço de mercadorias de exportação e importação são Florianópolis, Joinville e Navegantes. O Aeroporto de Chapecó SerafinEnossBertaso deverá ser habilitado como aeroporto internacional, no médio ou longo prazo.
Pontos de Fronteira com Argentina	02 (duas) Aduanas Terrestres, sendo: Aduana Integrada (Dionísio Cerqueira – SC - Brasil / <i>Bernado de Irigoyen – Misiones- Argentina</i>), em plena operação e atendendo as demandas atuais e a Ponte Internacional Paraje Rosales (Paraíso – SC - Brasil / <i>San Pedro - Misiones – Argentina</i> (em processo de implantação a médio e longo prazo));

Fonte: Despachante Aduaneiro, adaptado pela autora.

E os principais acessos aduaneiros de Mercadorias oriundas do Paraguai com destino a ao município de Chapecó, capital do oeste catarinense, pode ser realizado, ainda segundo o Despachante Aduaneiro Safetrading (2017), de quatro formas diferentes, atendendo as necessidades individuais de cada processo de importação, como apresentado no quadro nº 14 a seguir:

Quadro 14 - Acessos Aduaneiros de Mercadorias Paraguias a Chapecó.

1ª Opção – Disponível em Pleno Funcionamento:	Ponte internacional <i>San Roque González</i> (<i>Encarnación e Posadas</i>), atravessando a Argentina pelas <i>Rutas RN12 e RP17</i> , entrando no Brasil pela aduana de Dionísio Cerqueira (Distância <i>Encarnación</i> até Dionísio Cerqueira 352 km).
2ª Opção – Opção disponível a médio e longo prazo:	Ponte internacional <i>San Roque González</i> (<i>Encarnación - Paraguay e Posadas - Misiones - Argentina</i>), atravessando a Argentina pelas <i>Rutas RN12 e RN14</i> entrando no Brasil pela ponte internacional <i>Paraje Rosales</i> (<i>Via San Pedro - Misiones - Argentina e Paraíso - Santa Catarina - Brasil</i> (Distância <i>Encarnación</i> até ponte <i>Paraje Rosales</i> 328 km).
3ª Opção – Opção disponível a médio e longo prazo:	Puerto Eldorado: travessia fluvial ou ponte a ser construída (<i>Mayor Otaño - Paraguay e Eldorado - Misiones - Argentina</i>), atravessando a Argentina pela <i>Ruta RP17</i> entrando no Brasil pela aduana de Dionísio Cerqueira (Distância Eldorado até Dionísio Cerqueira 132 km)
4ª Opção – Opção disponível a médio e longo prazo	Porto Fluvial de Eldorado: travessia fluvial ou ponte a ser construída (<i>Mayor Otaño - Paraguay e Eldorado - Misiones - Argentina</i>), atravessando a Argentina pelas <i>Rutas RP17, RP20 e RN14</i> entrando no Brasil pela futura aduana de Paraíso - SC (Distância Eldorado até Paraíso 145 km).

Fonte: Despachante Aduaneiro, adaptado pela autora.

O Paraguai está situado no centro da América do Sul, o país tem limite ao norte e oeste pela Bolívia, a nordeste e leste pelo Brasil e a sul e oeste pela Argentina. O Paraguai é um dos dois países da América do Sul que não possuem uma saída para o mar. Utiliza o Porto de Assunção, maior porto do país, na hidrovia Paraguai – Paraná – Prata, como corredor de escoamento da produção de milho, soja e outros produtos.

O acesso Paraguaio ao oceano atlântico ocorre através dos portos de Buenos Aires e Montevideú. O tempo para realização do percurso demora semanas, e no percurso há diversas eclusas e riscos, especialmente, com as mudanças dos níveis dos rios em períodos de secas.

Segundo a ANTAQ (2017), o Brasil acessa o oceano atlântico através dos seguintes portos: pelo Paraná (Paranaguá), por Santa Catarina (Itapoá, São Francisco do Sul, Navegantes, Itajaí e Imbituba) e pelo Rio Grande do Sul (Rio Grande). São 07 (sete) portos que disputam as cargas das empresas de Santa Catarina e oferecem como opções as melhores rotas de navios para o mundo.

- a) Portos Privados: Navegantes e Itapoá (ambos em SC)
- b) Porto Municipal: Itajaí (SC)
- c) Portos Estaduais: Rio Grande (RS), Imbituba(SC), São Francisco do Sul (SC) e Paranaguá⁵(PR).

⁵ Este porto possui um acordo comercial com o Paraguai pelo DECRETO Nº 42.920, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1957, que Promulga os Convênios para o estabelecimento, em Paranaguá e Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Os dados citados apresentam o Estado brasileiro de Santa Catarina como um diferencial em relação aos demais estados brasileiros, especialmente, em virtude da logística portuária para entrada de matérias-primas e o escoamento da produção, possui cinco portos marítimos e um ponto de fronteira terrestre com Argentina, em plena operação. As condições de saúde animal, para carnes e derivados produzidos em Santa Catarina atendem os mais exigentes mercados internacionais.

Segundo o Governo do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2017), o estado comemorou dez anos da entrega do certificado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) que aconteceu em dia 25 de maio de 2007 e, desde então, o estado se consolidou como referência em sanidade e defesa agropecuária, conquistando os mercados mais competitivos do mundo. A febre aftosa foi completamente erradicada e o estado comemora dez anos do reconhecimento internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação.

O acesso aos mercados mundiais tradicionais já é consolidado e o acesso aos mercados não tradicionais é viabilizado através de novos acordos sanitários bilaterais, e ajustes na legislação aduaneira dos acordos já existentes.

Neste sentido, o Governo Estadual de Santa Catarina em parceria com o Governo Federal tem desenvolvidas ações para acelerar o comércio bilateral transfronteiriço, a exemplo da constituição do Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC), que cria a rota do milho entre Brasil, Argentina e Paraguai e busca outras providências.

Constituiu-se a partir do Decreto nº 1.121, de 2012, Estado de Santa Catarina, o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC) com objetivo de coordenar ações e propor medidas que visem ao desenvolvimento de iniciativas e a implementação de políticas públicas para a região fronteiriça. Esse núcleo é coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento.

De acordo com a SPG-SC (2017), o NFSC conta com o assessoramento técnico de oito Câmaras Temáticas (nas áreas da Educação, Saúde, Infraestrutura e Logística, Controle e Segurança, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Socioambiental, Agricultura, Pecuária e Pesca e Turismo, Cultura e Esporte), cujos focos de atuação correspondem às prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina (PDIF/SC). Ainda segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento (SPG-SC 2016), a faixa de fronteira Catarinense abrange 82 municípios dentro do espaço territorial de 150 km que adentra ao interior do Estado, à partir da linha limítrofe entre o Brasil/Santa Catarina e a Argentina.

Em 9 de agosto de 2016, a Presidência da República do Brasil, encaminhou um Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo

da República Argentina para a criação do mecanismo de coordenação política Brasil – Argentina, entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Argentina publicado no Diário Oficial da União (Nº 152, p.35).

Em 15 de setembro de 2016, durante a feira do agronegócio Mercoagro, no município de Chapecó-SC, aconteceu a reunião com o tema “aumento da competitividade do agronegócio na região do grande Oeste Catarinense por meio de integração fronteiriça, no âmbito dos trabalhos do Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira, (SPG-SC, 2016).

A Associação Catarinense de Criadores de Suínos (2017), aponta que plano foi elaborado por cerca de 300 representantes de 60 instituições dos setores público e privado, é coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e conta com o apoio do SEBRAE/SC. A integração fronteiriça permitirá melhorar a logística com soluções integradas, aperfeiçoar a defesa sanitária animal e vegetal, aumentar a escala, a eficiência e a competitividade para conquistar e manter mercados globais, agilizando o comércio bilateral entre os países membros do Mercosul próximos a Santa Catarina, nesse caso Argentina e Paraguai.

Este projeto faz parte do PDIF (2012), que contempla 40 objetivos estratégicos para a região da faixa de fronteira catarinense, dos quais três objetivos foram ressaltados: (I) Trâmites alfandegários de cargas agilizadas; (II) Agregação de valor aos produtos rurais e (III) Encadeamento Produtivo Assegurado.

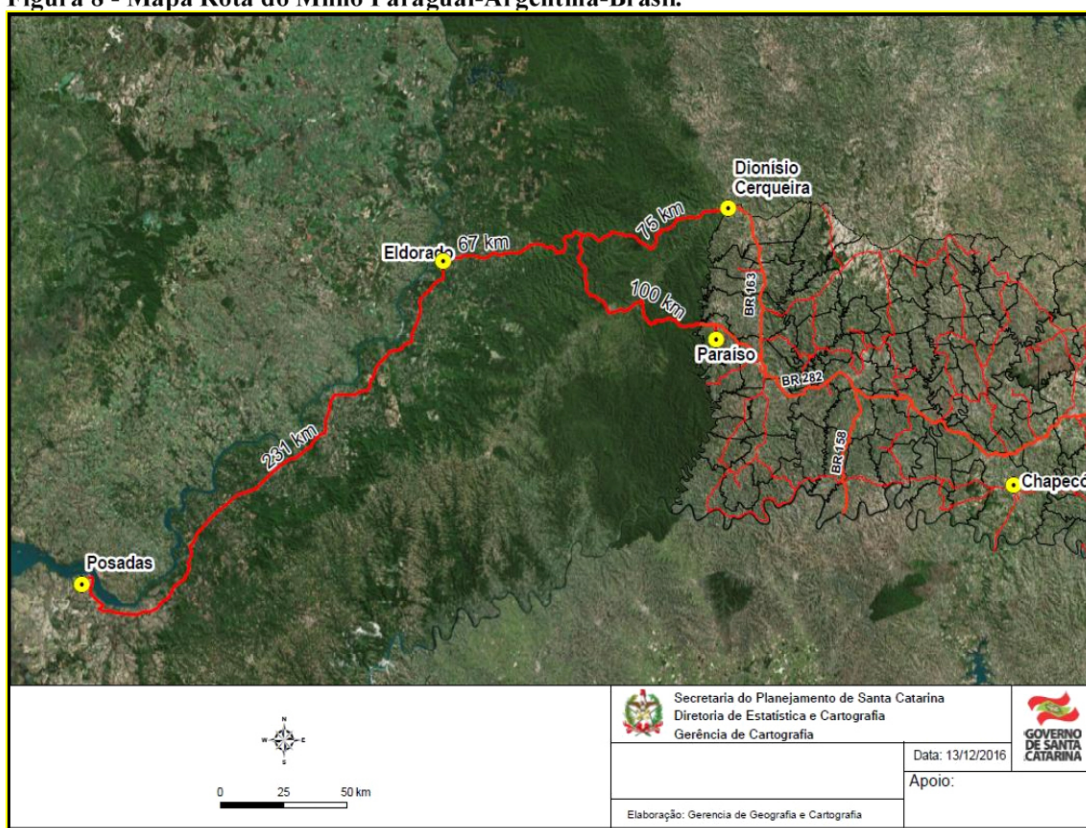
O tema logística de transporte de insumos, que deste evento em diante passou a ser um novo objetivo do PDIF, teve sua inclusão justificada em razão do estado ser o nono produtor e o segundo maior consumidor de milho no Brasil (IBGE, 2017) e como a demanda do agronegócio em Santa Catarina é superior a produção doméstica, a agroindústria precisa importar de outros estados até 3,5 milhões de toneladas de grãos de milho anualmente. Este insumo vem das regiões produtivas brasileiras, em alguns casos posicionados a uma distância superior a 2 mil/km. Santa Catarina produz aproximadamente 3 milhões/toneladas e consome volumes superiores a 6 milhões de toneladas por ano (SEBRAE, 2017).

Se de fato as ações de integração fronteiriças forem implementadas o milho utilizado como insumo pode ser obtido no Paraguai (SPG-SC, 2016), utilizando-se de rota alternativa pela aduana brasileira em Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen –Argentina em efetivo funcionamento, ou ainda utilizando-se de uma ponte que liga o município de Paraíso-Santa Catarina Brasil com *San Pedro - Misiones* – Argentina (ver Figura 8) já existente e em fase de liberação pelos órgãos governamentais competentes brasileiros e argentinos e com necessidade de regulamentação e implantação do entreposto fiscal.

Para a rota via Paraíso (SC), o NFSC propôs como alternativa a instalação de aduana e toda a infraestrutura alfandegária para liberação da ponte sobre o rio Peperi-Guaçu na fronteira, otimizando o comércio internacional Brasil/Argentina. Por parte das autoridades argentinas já foi instalada infraestrutura aduaneira. Outra reivindicação é a construção da nova ponte, já autorizada pelo Decreto Federal 8699/2016 (SPG-SC,2017).

Importante lembrar que o milho importado pelo Brasil da República do Paraguai em sua maioria, chega ao Brasil via fronteira na cidade de Foz do Iguaçu com *Ciudad del Leste-Paraguai*.

Figura 8 - Mapa Rota do Milho Paraguai-Argentina-Brasil.



Fonte: SPG –SC (2016)

Segundo a CAPECO (2016), o Paraguai já possui 11 portos fluviais (ver Figura 9), no rio Paraná:

Figura 9 - Portos Paraguai



Fonte: CAPECO (2016)

A *Provincia de Misiones* (Argentina) estrutura a implantação efetiva de um porto na capital da província de *Posadas* e uma ponte em *Eldorado* na divisa Argentina/Paraguai, atualmente a alternativa seria a utilização de balsa para transportar os caminhões carregados no ponto entre *Mayor Julio Don Otaño* (Paraguai) até *Eldorado* (Argentina) (SPG-SC, 2017).

Figura 10 - Rota do milho - futuro porto fluvial de *Mayor Julio Dom Otaño*.



Fonte : G1(2017)

Quanto aos serviços de balsa, o mesmo se encontra em fase negocial, uma vez que a concessão para a prestação do serviço de travessia está sob concessão de empresa privada Argentina, mais precisamente da cidade de Buenos Aires. Segundo os estudos do NFSC (2017), esta empresa possui condições de fazer a passagem aquaviária de comboios de 16 até 20

caminhões de uma única vez. Na atualidade, a balsa disponível para travessia é pequena, de origem Paraguaia e não está legalmente autorizada a fazer o trajeto.

O melhor resultado disso é que do porto seco de Dionísio Cerqueira até a cidade polo agroindustrial da região Oeste de Santa Catarina, cidade de Chapecó, a distância terrestre percorrida são exatos 195km (G1, 2017), o que resultará em aumento do grau de competitividade dos territórios envolvidos, em especial aos Estados de Santa Catarina (Brasil) e Província de Misiones (Argentina), que ganharão força pelo trânsito e conexão com os modais (aquaviário e rodoviário), beneficiando ainda os mercados que envolvem os portos litorâneos de Santa Catarina (SPG-SC, 2016).

A rota do milho terá que enfrentar ainda alguns gargalos que na atualidade dificultam a logística de transporte dos grãos e ameaçam a viabilidade dos negócios na região, como a integração das aduanas dos três países (ACCS, 2017).

Em encontro internacional da *Conexión Transfonteiriza* (Conexão Transfronteiriça), BRIPAM (*Bloque Regional de Intendentes, Prefeitos y Alcaldes del Mercosur*) e *Rota del Maíz* (Rota do Milho), realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2017, na cidade de *Encarnación-PY*, onde estiveram reunidas mais de 200 autoridades dos três países envolvidos com a Rota do Milho do Brasil, Argentina e Paraguai, sob coordenação do NFSC e SEBRAE-Chapecó-SC-Brasil, o evento discutiu em grupos focais os principais gargalos existentes ao comércio entre os três países, e foram identificadas as seguintes preocupações pelo grupo participante do evento, em oficinas dirigidas pelo SEBRAE(SC-Brasil):

I - Trânsito internacional via Dionísio Cerqueira (SC):

Situação da Aduana de Cargas Integradas (ACI): a aduana argentina solicita que a Receita Federal do Brasil respeite o horário de funcionamento acordado pelo MERCOSUL;

-A Argentina solicita que seja aumentada a área do estacionamento para carretas no lado brasileiro objetivando reduzir o tempo gasto com os serviços de liberação;

-O Núcleo Estadual de Faixa de Fronteira (NFSC) solicitou a implantação de sistema similar ao existente no Passo Internacional *Santo Tomé/São Borja* (RS) e que a Polícia Federal efetue os controles na ACI, assim como relata Melo (2005, p. 1):

Todos os organismos argentinos e brasileiros, estatais e privados responsáveis pelo trânsito de cargas, pessoas e meios de transporte em um passo de fronteira entre dois países, trabalham harmonicamente neste Centro Unificado de 90.000 m². Tanto quanto possível, as operações ocorrem de forma integrada, simultâneas e seqüenciais. Nele foram construídas duas guaritas munidas de controle eletrônico, instalações para o controle zoofitosanitários integrados, área para inspeção física e depósitos de cargas, 350 boxes para estacionamento de caminhões, balança digital, área isolada para cargas perigosas e para fumigação, fosso de incineração, instalações para segurança de cargas e caminhões, restaurante, banheiros e lavanderia, enfermaria, edifício de

administração do pátio aduaneiro e o edifício de administração do centro de fronteira e controle de passageiros.

II - Implantação de estrutura aduaneira no município de Paraíso (SC) e São Pedro (Misiones):

-Liberação da ponte atual sobre o Rio Peperi-Guaçu ligando as cidades de Paraíso (Santa Catarina- BR) e São Pedro (Misiones-AR);

-Construir obras complementares para o estabelecimento da aduana com postos da Polícia Federal e da Receita Federal de inspeção e segurança sanitária.

-Instalação de estrutura aduaneira, disponibilidade de efetivo operacional e integração de processos, tal como o existente em São Borja (RS) e Santo Tomé (Argentina).

III- Construir a ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso e São Pedro, em concordância com o Decreto nº 8.699/2016. (DOU 29 mar. 2016. Seção 1, p. 03).

IV-As entidades e cooperativas demandaram a urgência por ações que agilizem os processos de desembaraço aduaneiro:

- Redução dos entraves nas três aduanas- Brasil, Argentina e Paraguai;

A burocracia aduaneira excessiva no Porto Seco de Dionísio Cerqueira atrasa e em alguns casos inviabiliza a importação de grãos produzidos pelo Paraguai (SPG-SC, 2016).

Articulação junto ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Agropecuária (MAPA) em busca de soluções para agilizar os processos aduaneiros entre as três fronteiras;

- Implantação de OEA –Certificação de Operador Econômico Autorizado - articular junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para que se defina e autorize entidade ou entidade (s) autorizada (s) a emitir certificado OEA especial Mercosul;

V- Promoção de atividades de complementariedade de negócios entre os três países:

- Proposta para substituir o nome Rota do Milho por Rota da Integração, a fim de fomentar as relações comerciais entre os países envolvidos.

-Que sejam desenvolvidas ações como feiras, eventos internacionais e rodadas de negócios entre os países a fim de melhorar o volume de exportações e importações dos mais variados produtos e insumos da indústria Brasileira, Argentina e Paraguai. Na ocasião foi lançado o Evento III Seminário MERCOSUL Cidadão que aconteceu em Chapecó-Santa Catarina – Brasil, nos dias 29 e 30 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

No evento III Seminário Mercosul Cidadão, dentre muitos assuntos relacionados ao Mercosul, aconteceu o Fórum de Integração- Rota do Milho, que contou com a presença de

autoridades dos países membros do Mercosul, onde se reviu encaminhamentos do evento realizado em *Encarnación* e se instituiu Comissão de Governança Transfronteiriça, para seguir com o andamento das ações para efetiva implantação da rota do milho.

- Necessidade de liberação de voos regionais MERCOSUL e internacionalização do Aeroporto de Chapecó, assunto que deve ser encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

4.1.3 Tratamento Administrativo na Importação

O tratamento administrativo para importações e exportações é diferenciado, existe uma regra geral no comércio internacional, administrada pelo OMC, que define a não exportação de tributos, ou seja, quando da nacionalização de uma mercadoria no país de destino, ela receberá o tratamento administrativo de acordo com as regras e tributos daquele país.

A fim de demonstrar os impactos dos impostos na importação brasileira de mercadorias do Paraguai e a exportação das mercadorias brasileiras ou mesmo a reexportação de mercadorias já nacionalizadas de origem paraguaia, apresenta-se a seguir um resumo dos principais pontos a se observar:

- **O Tratado de Assunção (ACE18)**, assinado em 26 de março de 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, oferece como benefícios reais de 100% (cem por cento) de preferências tarifárias na importação de cereais pelo Brasil do Paraguai. Em outras palavras, um desconto no imposto de importação de 100% na alíquota normal do referido tributo, obtendo-se, portanto, a total isenção da sua cobrança.

- **Impostos Diretos - Exportações de mercadorias:** As exportações de mercadorias embarcadas em Portos de Santa Catarina com destino ao mercado mundial, para empresas optantes dos regimes fiscais de lucro presumido ou lucro real, beneficiam-se com impostos 100% (cem por cento) zerados na nota fiscal eletrônica de exportação, tanto dos impostos federais, como estaduais (SRFB,2017).

- **Impostos Indiretos – Exportações de mercadorias:** São os tributos que incidem habitualmente na importação de matérias-primas e insumos (exemplos: milho ou micronutrientes para a ração animal ao pagar os impostos de importação elevam o custo final das carnes exportadas). Igualmente, a aquisição do milho no mercado interno com tributos eleva o custo final das mercadorias exportadas. Assim, o Governo Federal oferece como possibilidade para reduzir o custo final do produto exportado ou a exportar: *Drawback* Integrado Suspensão,

Drawback Integrado Isenção e *Drawback* Restituição. Base Legal de acordo com a Portaria SECEX Nº23/2011:

Art. 71. O regime de *drawback* poderá ser concedido a operação que se caracterize como:

II - Beneficiamento – a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto;

V - Acondicionamento ou reacondicionamento– a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte de produto;

Art. 72. O regime de *drawback* poderá ser, ainda, concedido a:

I - Mercadoria para **beneficiamento** no País e posterior exportação (SECEX, 2011).

-Drawback Integrado Suspensão –De acordo com a Portaria SECEX Nº23/2011: “[...]a aquisição no mercado interno ou a importação, de forma combinada ou não, de mercadoria para emprego ou consumo na industrialização de produto a ser exportado [...],” sendo suspensos:

- Imposto de Importação;
- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante.
- Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

- Drawback Integrado Isenção – De acordo com Portaria SECEX Nº23/2011, trata-se de aquisição de produto no mercado internacional ou do mercado brasileiro, de forma combinada ou não, de mercadorias equivalentes à empregada ou consumida na industrialização de produto já exportado, sendo isentos:

- Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante.

- Drawback Restituição – Pedido de restituição de impostos, federal ou estadual, pagos ao fisco, indevidamente. Deve ser evitado tendo em vista a complexidade burocrática e da inexistência de prazo limite para a devolução dos recursos financeiros pelos governos.

O sucesso da empresa pode ser impulsionado com a utilização adequada de todos os estímulos tributários, Federal e Estadual.

O Estado de Santa Catarina apresenta a um ótimo resultado em relação de custos versus benefícios para sediar investimentos em agronegócios. A competitividade no mercado nacional

e internacional é resultado da qualidade do segmento agroindustrial levando-se em consideração a otimização da logística, dos tributos, em observância às legislações nacionais e internacionais.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

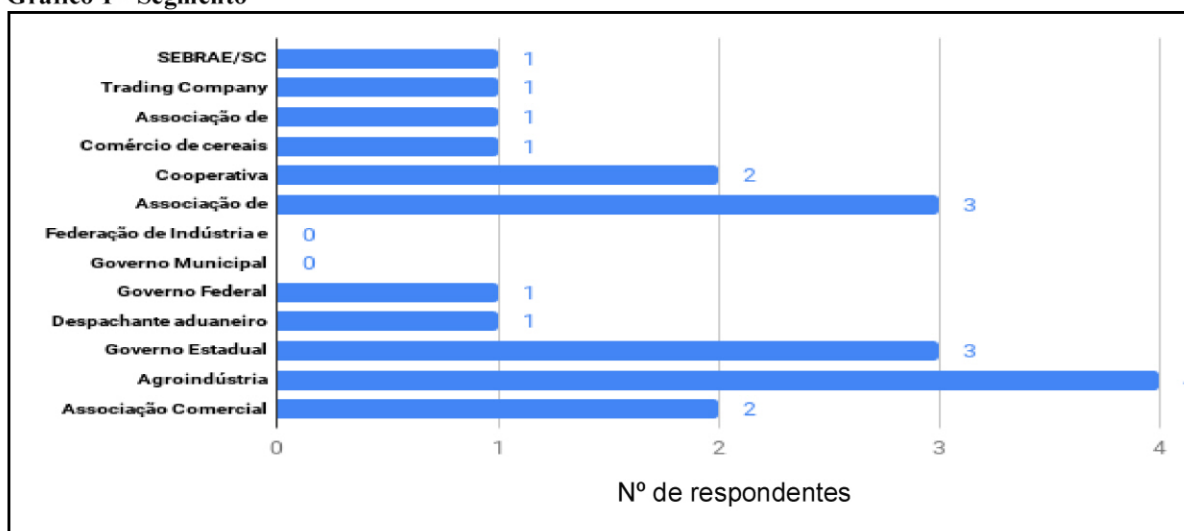
Apresenta-se neste capítulo, a análise e interpretação dos resultados do estudo desenvolvido.

5.1 QUESTIONÁRIO

Foram aplicados questionário em vinte empresas ligadas ao Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC) no período de 06 a 17 de novembro de 2017, cujos resultados dos dados obtidos serão apresentados a seguir. O questionário encontra-se disponível no “Apêndice A” ao final desta dissertação.

Pergunta nº 1: Informe a qual segmento você pertence.

Gráfico 1 - Segmento

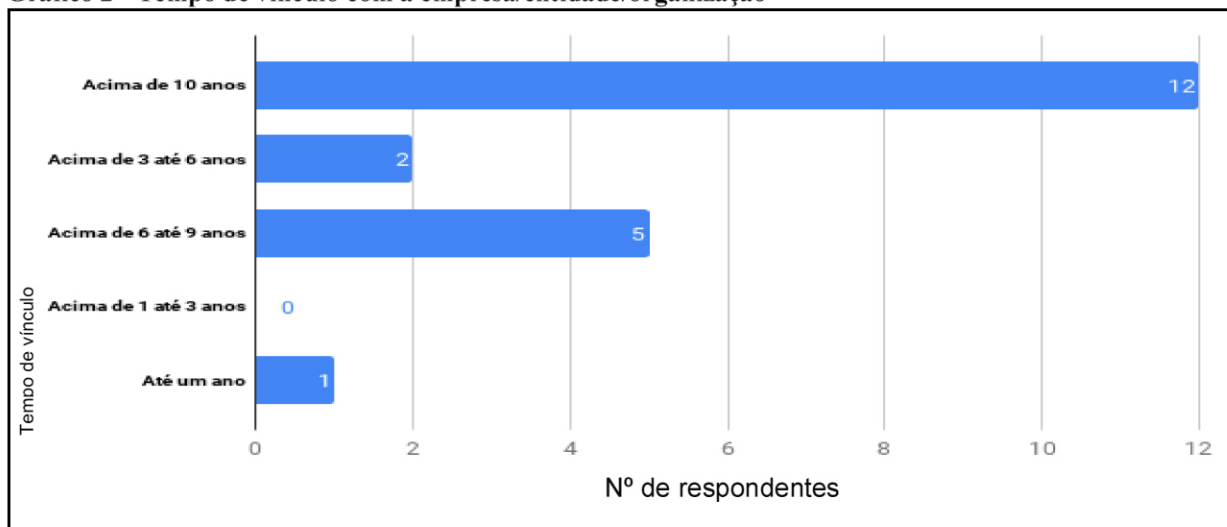


Fonte: Dados da Pesquisa - Autora (2017)

Com objetivo de identificar a relação efetiva dos entrevistados com o tema de pesquisa, solicitou-se identificação de segmento. Em análise ao Gráfico 1, observa-se que duas grandes cooperativas agroindustriais e quatro agroindústrias de grande e médio porte participaram da enquete, o equivalente a 30% da amostra, ou seja o setor de maior interesse nas questões voltadas ao insumo milho, além de representante do SEBRAE-SC (Serviço De Apoio Pequenas e Médias Empresas), Despachante Aduaneiro e uma empresa Trading Company, Associação de Municípios, Comércio de Cereais, Associação de produtores e pequenas agroindústrias, Governo Federal, Governo Estadual e Associação Comercial.

Pergunta n° 2: Informe o tempo em que você está na empresa/entidade/organização.

Gráfico 2 - Tempo de vínculo com a empresa/entidade/organização



Fonte: Dados da pesquisa-- Autora (2017)

A pergunta n° 2, buscava identificar há quanto tempo o respondente está ligado ao tema em estudo, conforme se pode observar no gráfico 2 acima, 60% estão vinculados a mais de 10 anos na empresa/entidade/organização, 25% estão com vínculo na empresa entre 6 até 9 anos, 10% num período de 3 até 6 anos e apenas um indivíduo o equivalente a 5% dos pesquisados está vinculado a organização em um período de até um ano, o que aumenta a confiabilidade dos dados, uma vez que o envolvimento dos respondentes ao tema em estudo é longo, denotando experiência, uma vez que 85% dos respondentes estão vinculados as empresas por mais de 6 anos.

Pergunta n° 3: Seu cargo na empresa/entidade/organização.

Tabela 6 - Cargo que ocupa na empresa/entidade/organização

CARGO	Nº	CARGO	Nº
Assessor Comercial	1	Diretor de Desenvolvimento Regional	1
Assessor Tributário	1	Executivo	1
Administrador	2	Gerente Comercial	1
Compras e Suprimentos	0	Gerente de Comércio Exterior	1
Consultor Regional	1	Gerente Geral	1
Coordenador Comercial	1	Presidente	5
Coordenador de Região	1	Sub Coordenador de Faixa de Fronteira	1
Coordenador Regional	1	Supervisor técnico	1

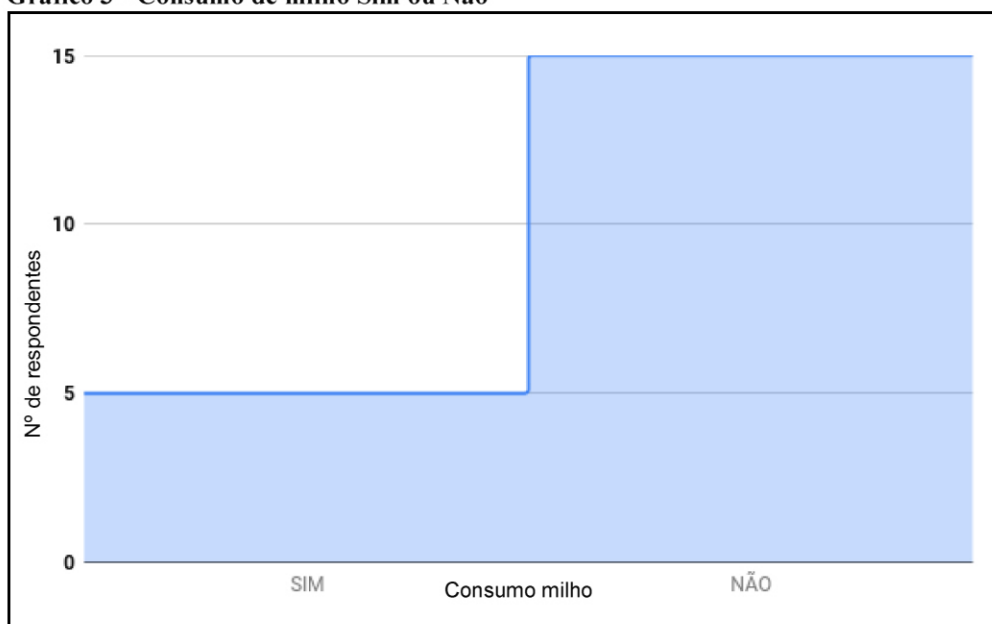
Fonte Dados da pesquisa.

Em relação ao questionamento sobre cargo ocupado na empresa; entidade; ou organização, conforme os resultados apresentados na tabela 6acima, cinco representantes que

ocupam cargo de presidência e dois de administrador, e um de gerente comercial o equivalente a 40% do total, seguidos de outros cargos que evidencia que os respondentes estão realmente estavam ao tema em estudo e aptos a contribuir com dados para ao estudo.

Pergunta n° 4: Sua empresa consome milho (como insumo)?

Gráfico 3 - Consumo de milho Sim ou Não

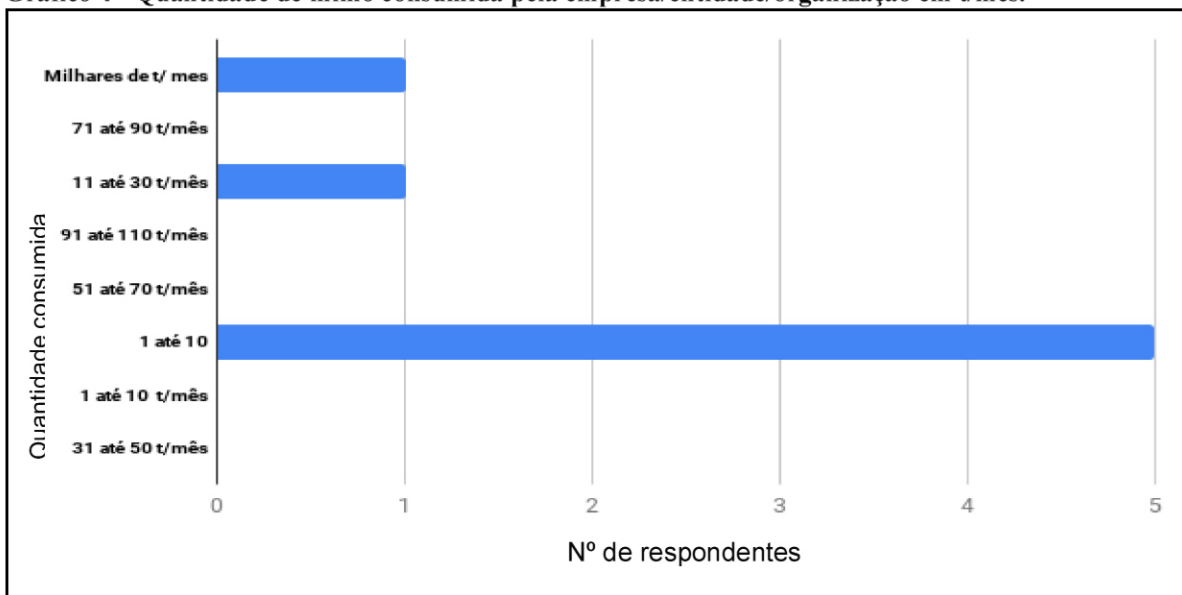


Fonte: Dados da pesquisa- Autora (2017)

Dos total dos respondentes, 25% afirmaram que sua empresa/entidade/organização consomem o insumo milho em suas atividades operacionais, o que demonstra um bom envolvimento com a cadeia produtivo do milho, no entanto, a grande maioria dos demais pesquisados tem um envolvimento indireto com o produto em estudo, citando-se como exemplo representantes de associações comerciais, serviço de apoio a pequenas e médias empresas, prestadores de serviço, representantes dos governos, etc. Dessa forma fica evidenciado a intrínseca ligação dos pesquisados à cadeia produtiva do agronegócio, especialmente o interesse no suprimento do insumo em estudo.

Pergunta n° 5: Qual quantidade de milho consumida por sua empresa/entidade/organização em toneladas por mês?

Gráfico 4 - Quantidade de milho consumida pela empresa/entidade/organização em t/mês.

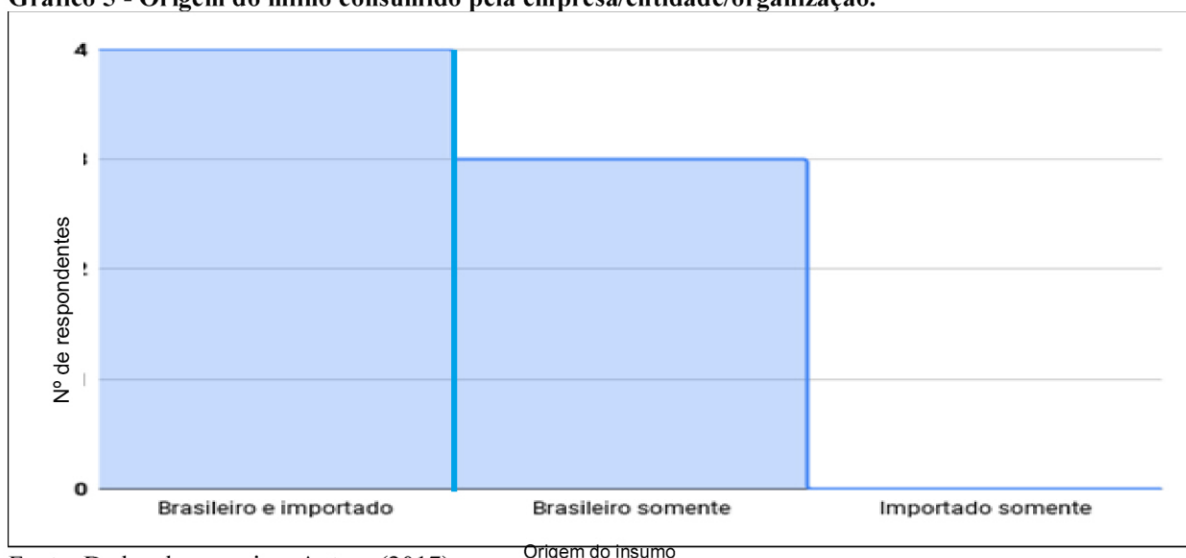


Fonte: Dados da pesquisa - Autora (2017)

Ao serem questionados sobre a quantidade de insumo consumido pelas empresas cinco respondentes afirmam ter um consumo de até 10 toneladas por mês, que resulta em um consumo de até 120 toneladas por ano; um respondente vinculado a Agroindústria afirma movimentar milhares de toneladas por mês, um dos respondentes cujo valor informado foi de 1.500 toneladas por mês, que totaliza 18 mil toneladas anuais justificou sua resposta se tratando de consumo entre os associados, “*não significa que este cereal será comprado efetivamente através desta rede de associados, ou comprados no Paraguai (respondente)*”. O que supõe-se ser o volume movimentado do insumo, do que efetivamente consumido pela empresa (associação de produtores e pequenas agroindústrias). Efetivamente juntas estas empresas consomem milhares de toneladas de milho por ano.

Pergunta nº 6: *O milho consumido por sua empresa/entidade/organização é oriundo de qual mercado?*

Gráfico 5 - Origem do milho consumido pela empresa/entidade/organização.

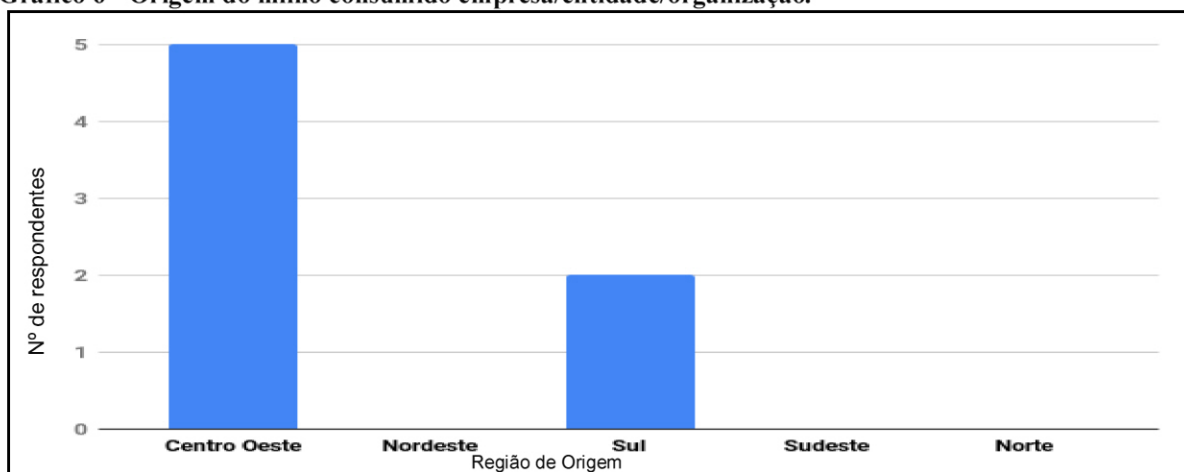


Fonte: Dados da pesquisa- Autora (2017)

Do total de respondentes que consomem milho em seu processo produtivo, 57,1% assinalaram que o milho consumido é originário do mercado interno e do mercado externo, sendo que os demais 42,9% assinalaram que tem origem no próprio território nacional. Portanto, a grande maioria dos pesquisados depende da importação, de forma complementar, para suprir suas necessidades de consumo do insumo milho.

Pergunta nº 7: O milho consumido por sua empresa/entidade/organização, se originário do Brasil, de qual região é comprado?

Gráfico 6 - Origem do milho consumido empresa/entidade/organização.



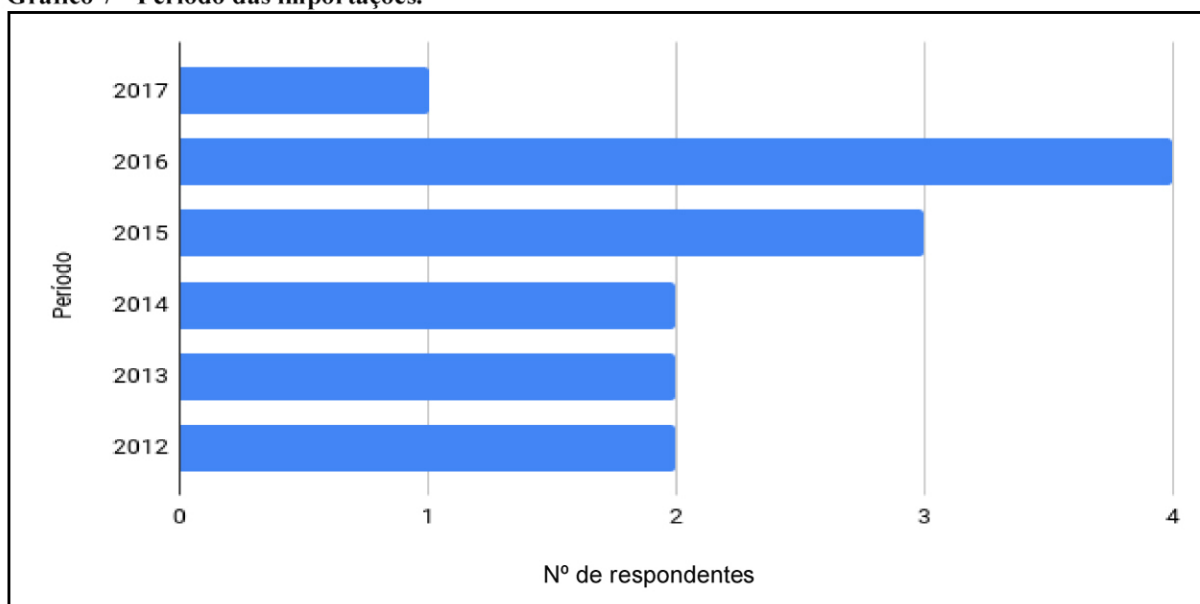
Fonte: Dados da pesquisa – Autora (2017)

Em análise ao Gráfico 6, faz-se necessário entender o cenário da produção de milho no Brasil cujos dados do IBGE (2017) apontam a região Centro Oeste, como uma das maiores produtoras de milho do Brasil. Como já relatado no capítulo 4 deste estudo (ver Quadros 11 e

12) a área de plantio e volume colhido de milho no Estado Catarinense é menor do que se observa nos outros estados do Sul como Rio Grande do Sul e Paraná, bem como em estados da região Centro Oeste do país, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Estes volumes explicam a necessidade da obtenção do insumo na região Centro Oeste do país, como apontado na análise deste questionamento, evidenciado no Gráfico 6.

Pergunta nº 8: *Para o caso de sua empresa/entidade/organização importar o insumo milho, informe o período (ano) da importação. Assinale as alternativas correspondentes.*

Gráfico 7 - Período das importações.

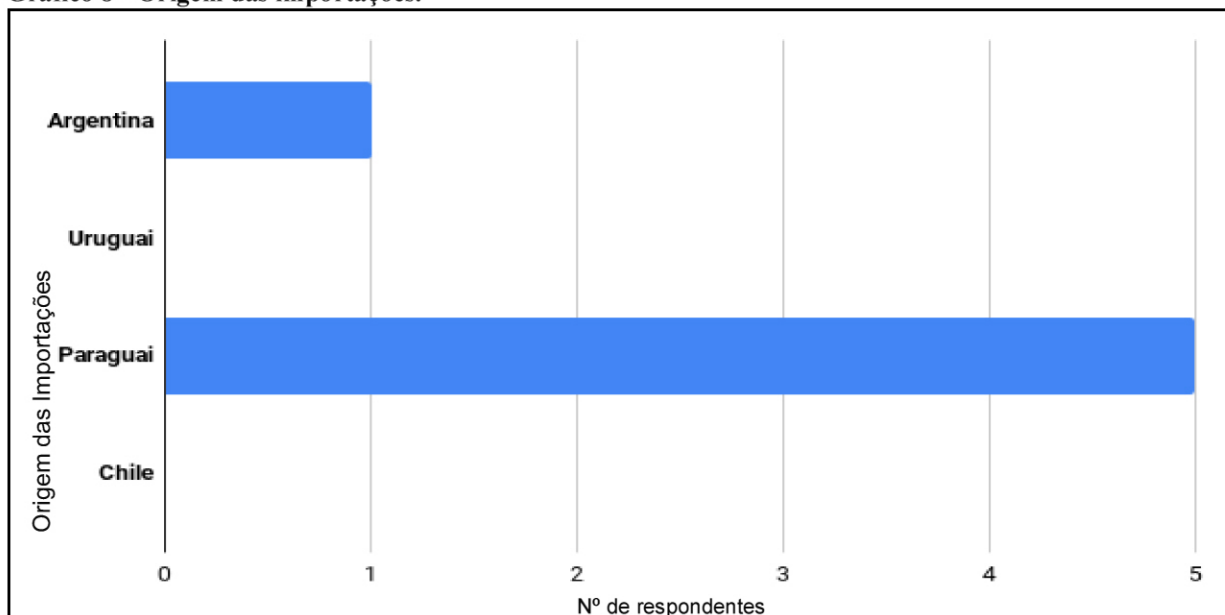


Fonte: Dados da Pesquisa- a autora (2017)

O Gráfico 7 apresenta um resultado maior nas importações de milho no ano de 2016 pelas empresas respondentes. O salto nas importações registradas no ano de 2016 tem explicação na balança comercial. O milho por se tratar de *commodities*, é controlado pelo dólar, em 2016 como já relatado no capítulo 4 desta dissertação, a saca de milho no Brasil chegou a custar R\$ 44,06, muito superior à média histórica que foi de R\$23,69 (MAPA, 2017).

Pergunta 9: *Informe o(os) país(es) originário(s) da importação de milho realizada por sua empresa.*

Gráfico 8 - Origem das importações.

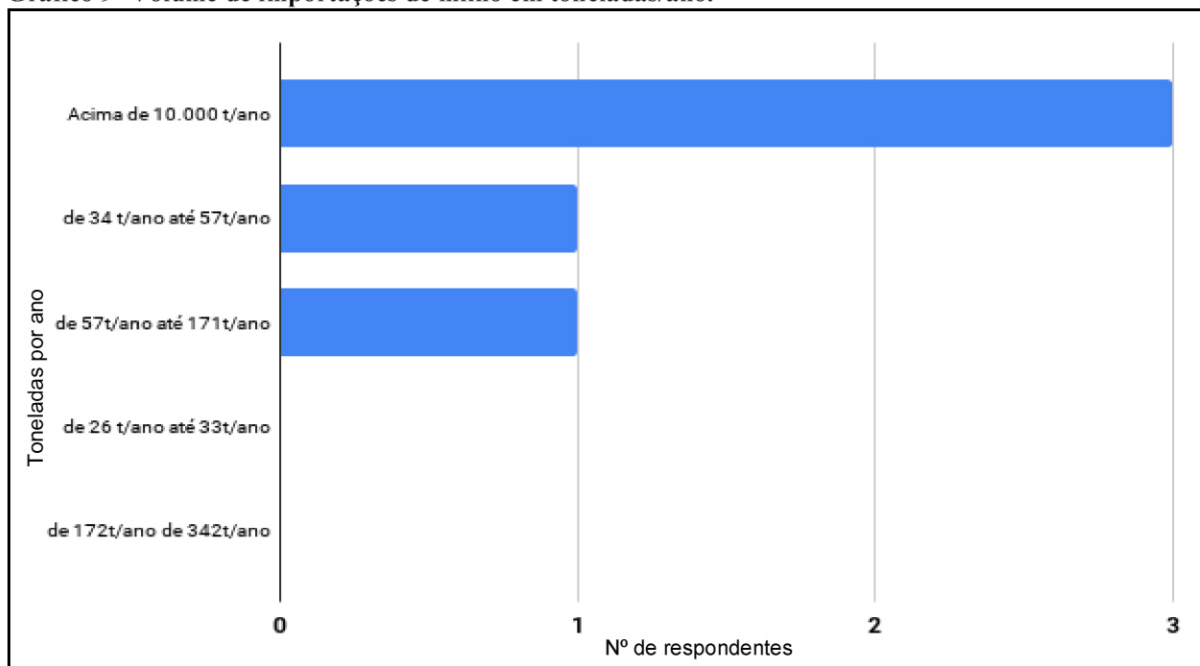


Fonte: Dados da pesquisa – a autora (2017)

De acordo com as empresas pesquisadas, dois países são apontados como origem das importações e conforme observado na análise do Gráfico 7 ocorreram entre 2012 até 2017, e se originaram no Paraguai e Argentina. Os dois países são grandes produtores de milho, ambos os países limítrofes do Estado de Santa Catarina e que se utilizam das fronteiras para escoar sua produção ao Brasil. A relação comercial entre os países membros do MERCOSUL se registra de longa data, como pode ser observado no Capítulo 2 desta dissertação, nas análises dos dois países. Corroborando com os dados da pesquisa, SEVERO (2016) aponta que no ano de 2016 a Argentina foi o maior fornecedor do grão para empresas brasileiras, em segundo lugar ficou o Paraguai. Estes dois países membros do Mercosul, juntos, responderam por 99,9% das importações brasileiras de milho em 2016.

Pergunta nº 10. *Sobre a importação do insumo milho, qual volume total importado por sua empresa/entidade/organização em toneladas (por ano).*

Gráfico 9 -Volume de importações de milho em toneladas/ano.

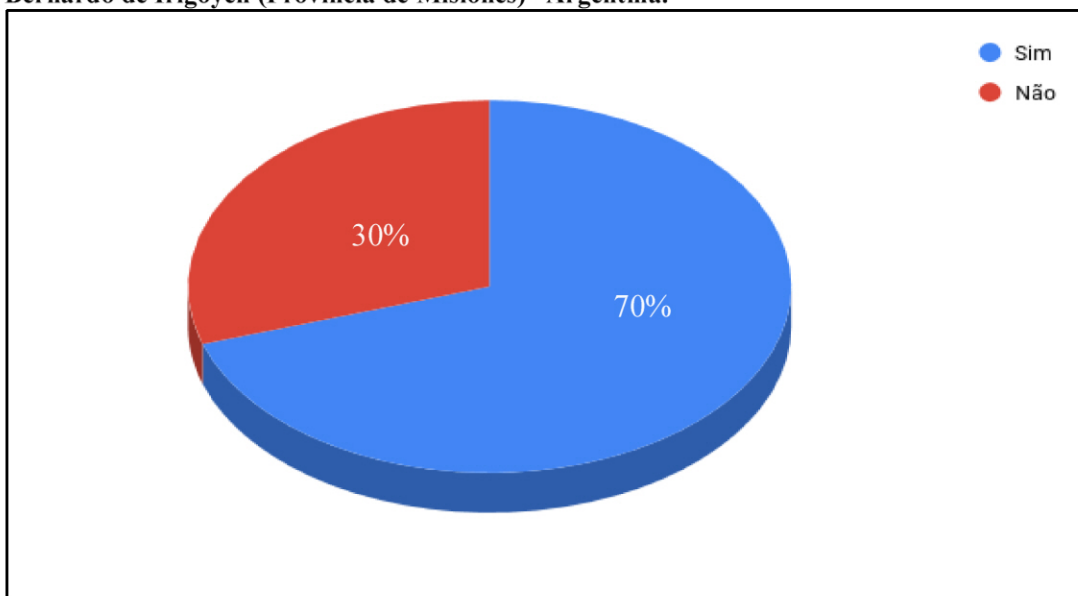


Fonte: Dados da pesquisa – a autora (2017)

Os volumes informados de importação pelos respondentes em sua maioria estão estabelecidos em valores acima de 10 mil toneladas por ano, porém 40% dos respondentes estimam volumes de importação superiores a 34 toneladas por ano e inferiores 171 toneladas por ano.

Pergunta nº 11: *O Núcleo Estadual da Faixa de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço (PDIF/SC), criou a câmara técnica de Assuntos Internacionais para o tratamento de questões transfronteiriças. Existe um projeto em andamento do NFSC chamado de "Rota do Milho" que visa melhorar o acesso ao insumo milho produzido no Paraguai, encurtando a distância entre importadores Brasileiros e exportadores Paraguaiois via fronteira entre a cidade de Dionísio Cerqueira (SC)-Brasil e a cidade de Bernardo de Irigoyen - Província de Misiones -Argentina (uma distância entre o produtor paraguaio até o município de Chapecó-SC- Brasil, realizada por caminhões graneleiros, inferior a 500km (aproximadamente 380 km). Existe interesse por parte de sua empresa na importação do insumo por esta rota?*

Gráfico 10 - Interesse pela Rota do Milho fronteira de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) – Brasil/ Bernardo de Irigoyen (Província de Misiones) –Argentina.



Fonte: Dados da pesquisa – a autora (2017)

Para algumas empresas não há viabilidade nas importações, em especial por não praticarem regimes aduaneiros especiais como o *Drawback*, que gera créditos fiscais para quem importa insumo e exporta produto acabado. A alta carga tributária no Brasil, por si só se caracteriza como barreira ao comércio. 30% dos respondentes negataram o interesse por importação do Paraguai utilizando-se da futura Rota do Milho, em contrapartida 70% responderam SIM, o que corrobora com o que foi apresentado no item anterior sobre o tema.

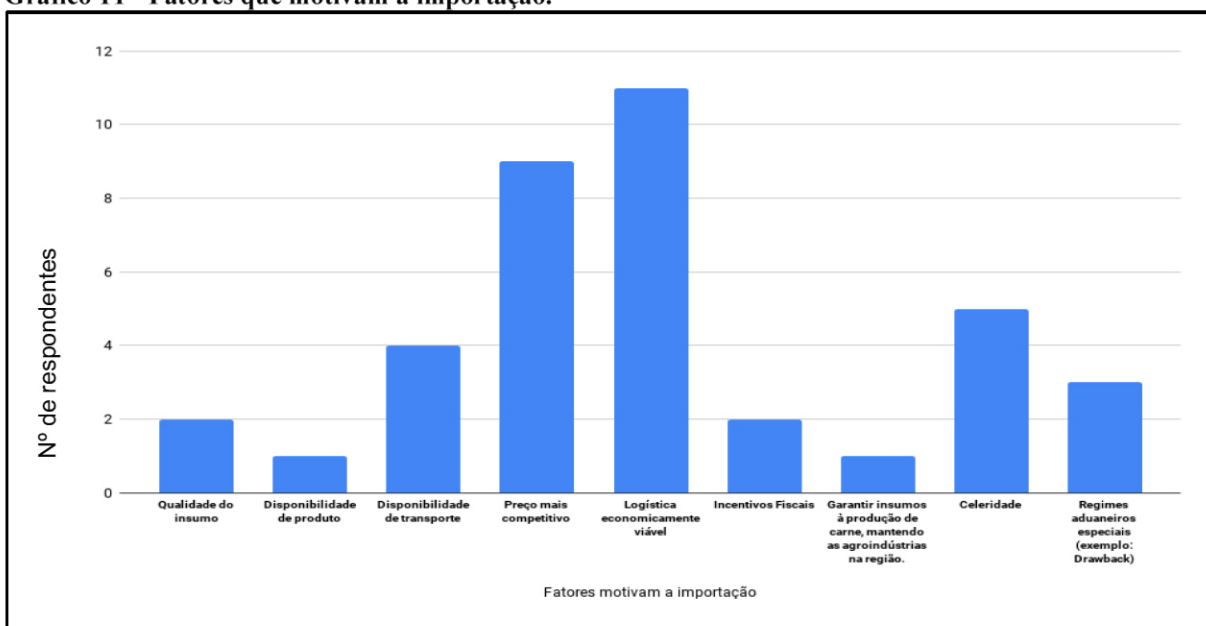
Observa-se que de acordo com a explanação do capítulo 4, item 4.1.3- Tratamento administrativo na importação, existem três modalidades de *Drawback* que podem ser utilizadas pelas empresas:

- *Drawback* Integrado Suspensão;
- *Drawback* Integrado Isenção;
- *Drawback* Restituição.

Devendo as empresas adotar aquilo que lhes for conveniente e permito de acordo com a legislação vigente.

Pergunta nº 12: Para resposta positiva de interesse na importação do milho do Paraguai pela Rota do Milho, quais fatores motivam a importação?

Gráfico 11 - Fatores que motivam a importação.



Fonte: Dados da pesquisa

Os 70 % dos respondentes que demonstram interesse por futuras importações pela Rota do Milho apontam principalmente os seguintes motivos que estimulam as importações:

- Logística economicamente viável (incluindo frete rodoviário e despesas decorrentes do transporte);
- Acesso ao insumo a preços mais competitivo (que se regula de acordo com a oferta e demanda, mesmo sendo controlado pelo mercado cambial);
- Celeridade no processo (necessidade de integração das aduanas);
- Qualidade do insumo (se considera o milho do Paraguai dentro dos padrões exigidos);
- Disponibilidade de transporte;
- Preço mais competitivo;
- Incentivos fiscais;
- Regimes aduaneiros especiais.

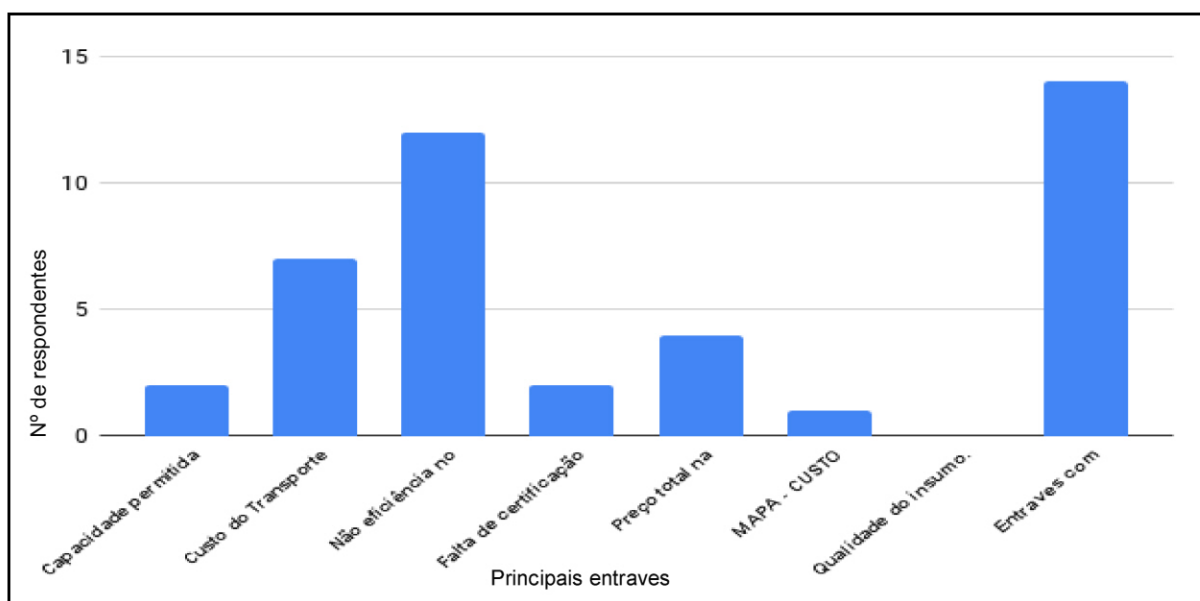
Pergunta nº 13: *Qual o valor considerado viável para importação do insumo milho do Paraguai até sua empresa/entidade/organização (entregue no destino), por tonelada? Por gentileza informe valor e moeda referente. (Exemplo: 100 dólares ou 100 reais a tonelada)*

Os valores apontados em dólar variaram entre US\$130 e US\$150 dólares a tonelada. Em reais entre R\$480,00 até R\$ 500,00 a tonelada, e para o preço da saca de 60 kg valores entre

R\$14,00 e R\$20,00. Um dos respondentes observou ser o preço “uma questão de momento” cujo cambio (valor do dólar) e demanda, aumentam ou diminuem o valor do insumo.

Pergunta nº 14: *Quanto aos entraves para acesso ao milho no país vizinho Paraguai, assinale os principais entraves à importação, percebido por sua empresa/entidade/organização?*

Gráfico 12 - Principais entraves apontados



Fonte: Dados da pesquisa – a autora (2017).

Quando questionados sobre os principais entraves percebidos à importação de milho do Paraguai os respondentes apontaram em maior número *os entraves com aduanas do Brasil, Argentina e Paraguai* e em segundo a *não eficiência no desembaraço aduaneiro nas fronteiras entre os países*. Como já citado no capítulo 4, item 4.2.1, existe a necessidade de melhorar os fluxos aduaneiros e a efetiva integração das Aduanas de Carga, especialmente na divisa entre *Bernardo de Irigoyen (Misiones) -Argentina* e *Dionísio Cerqueira (SC) - Brasil*, respeitando inclusive os horários de funcionamento firmados em âmbito de acordo do Mercosul. O modelo ideal a ser seguido é a implantação de sistema similar ao existente no Passo Internacional *Santo Tome/São Borja (RS)*.

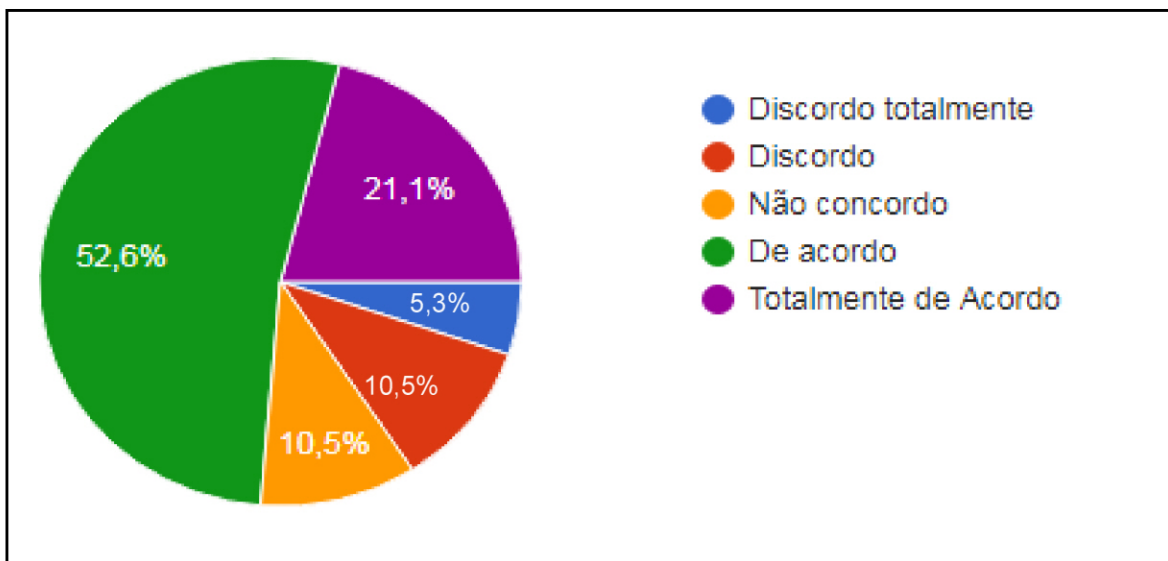
Custo do Transporte (incluindo o transporte aquaviário/balsas) e Preço total na importação aparecem em terceira e quarta posição. Os custos de logística, sendo necessário que se tenha uma logística economicamente viável, uma vez que isso incide diretamente sobre o valor da mercadoria. Segundo Ballou (2010, p. 163) “os preços que um operador logístico

precisa pagar pelo transporte estão ligados às particularidades dos custos de cada tipo de serviço”. Os custos fixos e variáveis são compostos por uma série de itens como, mão de obra, combustível, manutenção, terminais de carga, rodovias, administrativo e impostos. (BALLOU, 2010). A composição do preço total da importação depende da logística e dos custos de nacionalização do insumo (imposto de importação mais tributos e taxas).

Capacidade permitida no transporte rodoviário por carga (divergente entre os países do MERCOSUL); Falta de certificação para o insumo milho paraguaio, a exemplo do certificado OEA (Operador Econômico Autorizado) e Custos, aparecem em quinta e sexta posição entre os entraves citados. No MERCOSUL o volume permitido para movimentação de cargas entre os países é diferente (ANTT 2017), no Paraguai é permitido transitar as carretas tipo LS (conhecidas como trucadas), com capacidade para 32 toneladas. Quanto ao certificado especial como OEA, este facilitaria e agilizaria o fluxo aduaneiro do insumo e consequentemente resolveria o outro problema apontado, que são os custos com o MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que segundo dados fornecidos pelo Despachante Aduaneiro em entrevista, os custos com a inspeção exigidos pelo MAPA podem variar de R\$ 200,00 (duzentos reais) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Pergunta nº 15: *Em comparação aos valores praticados no mercado Brasileiro, torna-se viável financeiramente a importação do milho originário do Paraguai? Qual sua percepção sobre isso?*

Gráfico 13 - Percepção sobre a viabilidade de importação.



Fonte: Dados da pesquisa - a autora (2017)

A soma de Discordo Totalmente, Discordo, Não concordo é 26,3%, inferior à De acordo e Totalmente de acordo que totaliza, 73,70%. Em comparação os resultados obtidos na Pergunta 13, sobre o valor viável para importação de milho do Paraguai o preço não impede a importação e se torna viável mesmo quando o preço se equiparar ao mercado brasileiro, uma vez que se a importação se justificaria por facilitar a obtenção do grão para atender a demanda do agronegócio.

Pergunta nº 16: Considerações Gerais.

Os registros sobre o tema resultaram nos seguintes apontamentos:

- A nova rota de suporte ao fornecimento do milho é estratégica para a sustentabilidade das cadeias produtivas de suínos e aves da região Oeste de Santa Catarina e literalmente representa a preservação e surgimento de empregos e pequenos negócios dependentes do movimento econômico gerado pelas empresas âncoras de processamento de proteína animal.

- Faz-se necessário considerar como fator importante os avanços tratados pelo fortalecimento das instituições que tratam sobre os temas de integração transfronteiriça além da vontade política definida pelos governos para avanços nos processos de integração.

- Para a viabilização da rota do milho deverá ser viabilizado infraestrutura aduaneira tanto no Paraguai quanto na Argentina, e obter a informação se há real interesse por parte do Paraguai e Argentina.

- Para as agroindústrias do sul do país, o milho paraguaio pode ser uma das salvaçãoes, pois a dependência de trazer milho do Mato Grosso para Santa Catarina reduz a competitividade produtiva da agroindústria.

5.2 ENTREVISTAS

Para maior amplitude do entendimento sobre qual a vantagem competitiva da importação de milho na cadeia produtiva do agronegócio do oeste catarinense do Paraguai, foram realizadas sete entrevistas conforme denominadas a seguir:

Cooperativa A: participaram da entrevista o Gerente Comercial e um assistente comercial, esta cooperativa tem mais de 17mil famílias associadas, atua nos segmentos de: fomento e comercialização da produção agropecuária de seus associados: milho, soja, trigo, feijão, suinocultura, avicultura e leite; Produção de sementes, rações e suplementos;

Industrialização de trigo, soja e milho; Rede de supermercados, lojas agropecuárias e postos de combustíveis.

Cooperativa B: participaram da entrevista o Gerente Comercial de Suprimentos e o Comprador de matérias primas, essa cooperativa é formada por 13 (treze) cooperativas filiadas, mais de 72 mil famílias associadas, indústria de processamento de proteína animal de origem suína e de aves, lácteos e outros itens industrializados.

Cooperativa C: participou da entrevista o Presidente da cooperativa, que é formada por 55 (cinquenta e cinco) associados. Produz 1 milhão e 200 mil suínos por ano.

Despachante Aduaneiro: participou da entrevista o Administrador da empresa *Trading Company*, a empresa atua em inteligência comercial internacional e despachos aduaneiros com mais de 10 anos de existência.

Entidade 1 - Federação de Associações Empresariais Estadual, representada por seu Vice-presidente de Agronegócio que também ocupa cargos na associação comercial e industrial de Chapecó junto ao fórum de competitividade e diretoria de agronegócios

Entidade 2 - Representante do Governo Municipal da **Agência de Desenvolvimento Regional do Município de Chapecó (SC)**, o Gerente de Políticas Rurais e Urbanas, que compreende 9 municípios pertencentes a AMOSC.

Entidade 3 - Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas de Santa Catarina – o respondente ocupa função de analista técnico III, responsável por coordenar as atividades da região este catarinense, e representa como gestor o Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em 54 municípios da região oeste de Santa Catarina.

Para a entrevista semiestruturada a autora conduziu a conversa entre os interlocutores, a qual se encontra disponível no Apêndice B desta dissertação.

I - Consumo de milho pelas empresas entrevistadas em toneladas por mês e de onde vem o insumo consumido pelas empresas entrevistadas.

As **Cooperativas A, B e C** tem no insumo milho o principal ingrediente para sua sobrevivência. A Cooperativa A possui uma capacidade instalada de armazenagem de grãos para 8 milhões de sacas, o equivalente a 480 mil toneladas, anualmente suas fábricas consomem 300 mil toneladas e disponibilizam para o mercado e produtores associados 180 mil toneladas.

As 300 mil toneladas de milho armazenadas pela empresa são de origem catarinense, as outras 180 mil toneladas são adquiridas no Mato Grosso do Sul, esta cooperativa, além dos silos

na região Oeste de Santa Catarina, possui silos instalados junto à região Centro Oeste do Brasil, uma estratégia para adquirir o insumo diretamente do produtor evitando atravessadores e consequentemente reduzindo custos.

A **Cooperativa B** mensalmente consome 120 mil toneladas de milho, o que equivale a 1,4 milhões de toneladas por ano, segundo os entrevistados eles compram milho da Cooperativa A e de outras fontes disponíveis, tanto no mercado interno como no externo, a estratégia desta empresa é buscar o melhor preço, e estão sempre em observância às oscilações cambiais. No mercado interno as principais regiões de obtenção dos grãos de milho são: Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e em alguns casos chegam a adquirir insumo no Mato Grosso que logisticamente é o ponto de maior distância percorrida superior a 2.000 km às demais regiões de aquisição, segundo os entrevistados atingem “*um raio de 1.000, 1.200 km no máximo até Chapecó (SC)*”. A empresa admite importar milho se o preço for competitivo, e já realizou e realiza a prática de importações, inclusive do Paraguai.

A **Cooperativa C** industrializa mensalmente 100 mil suínos e utiliza o milho como principal insumo para a composição da ração, segundo o Presidente da cooperativa até 85% de milho compõe a ração:

[...] até 85% de milho compõe a ração. O volume de milho é de 70% a 85% dependendo a fase, sendo grande custo realmente milho, depois vem o farelo de soja, em torno de 5% a 15%, dependendo da fase do animal (na ração que vai ser consumida/produzida) e o restante são os pré-mix ou o núcleo como é conhecido para formular a ração.

A Cooperativa C consome mais de 11.800 toneladas de milho por mês, um total desuperior a 140 mil toneladas por ano, segundo o Presidente, a cooperativa produz uma grande quantidade, e o excedente à demanda é obtido no estado do Paraná e no Mato Grosso e importado do Paraguai, hoje se utilizando da rota pela fronteira de Foz do Iguaçu(PR) com *Ciudad del Leste* (PY) cuja distância se equipara ao Mato Grosso do Sul.

II - Qual o valor praticado na compra do insumo milho no mercado brasileiro e no mercado internacional.

O milho por se tratar de commodities é regulado diariamente pela variação cambial do dólar, o preço médio praticado por tonelada de insumo é entre US\$ 160 até US\$ 165.

A **Cooperativa A**, informou que está pagando valores entre R\$ 24,00 até R\$ 26,00 a saca de 60kg mais custos (impostos, transporte, armazenagem, etc) resultando em valores de até R\$ 30,00 a saca. Não informou valores de importação.

A **Cooperativa B**, informou estar pagando em Santa Catarina na faixa de R\$ 28,00 a R\$29,00 reais a saca de 60kg, e o valor praticado no mercado internacional (inclusive Paraguai) é de aproximadamente US\$ 165 por tonelada, em reais utilizando câmbio de R\$3,15 (dia da entrevista), o resultado é R\$ 0,51 centavos por kg ou R\$31,18 a saca.

A **Cooperativa C** informou estar pagando na origem algo em torno de R\$ 18,00 até R\$20,00 reais na origem (Região Centro Oeste), aqui se devem adicionar os custos logísticos. Essa cooperativa importa milho do Paraguai e na ocasião apresentou uma planilha de preços cuja tonelada foi importada a R\$ 214,00 (mais despesas aduaneiras e impostos), resultando num valor aproximado de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por quilo ou R\$ 30,00 a saca.

III – Prática de importação de milho pela empresa. O que motiva as importações. Períodos de importação e o que motivou a (as) importação (ões) e se houve registros pela empresa de importações do Paraguai.

De maneira geral, as três cooperativas afirmam que a necessidade de insumo é o que define se haverá ou não importação, se o mercado nacional não atender a demanda, ou o preço do insumo aqui praticado for maior do que no mercado externo se buscará a importar insumo.

O ano de 2016 foi atípico! A alta dos preços no Brasil e a falta de insumo estimulou a importação. O Paraguai foi o principal fornecedor para estas empresas entrevistadas.

Sobre o mercado de milho, se aplica a lei da oferta e demanda o Gerente Comercial da **Cooperativa A**, chamou atenção sobre este aspecto:

A necessidade do insumo por quem compra, regula o preço de quem vende. Todos pensam quer reduzindo o custo de transporte, o milho chega ao mercado consumidor mais barato. Falso. O mercado é soberano. O paraguaio sabendo que o preço do milho em Chapecó (SC) é R\$29,00 ele vai “pedir” R\$ 29,00(*valor fictício*) descontando os trâmites aduaneiros. Então é ilusão dizer que vai baratear o preço, vai colocar mais uma alternativa a disposição, mas não barateia o custo do milho.

Para as empresas entrevistadas as importações são sempre uma alternativa para acesso ao insumo, o Paraguai é um grande parceiro comercial das três.

IV – Conhecimento sobre o projeto de implantação da Rota do Milho coordenada pelo Núcleo de Fronteira de Santa Catarina – NFSC e percepção sobre essa possibilidade logística de acesso ao insumo milho no Paraguai.

Sobre importar milho pela Rota do Milho, as três empresas têm pontos de vista diferentes, aqui um fator deve ser levado em consideração entre as **Cooperativas A e B**, a **Cooperativa B** aplica *Drawback* nas suas movimentações internacionais, o que lhes dá uma margem de 9,25% em relação à **Cooperativa A**:

Vamos dizer que US\$165 é o valor que o vendedor pede, vamos supor que nós conseguíssemos “fechar” a US\$ 160 a tonelada, a R\$3,17 (câmbio na data da entrevista), ficaria R\$30,50 (reais) a saca de 60kg, sem as despesas. Isso aqui, esse R\$30,50 seria até um preço para importadores como a “nossa cooperativa” que tem incidência de *Drawback*, para quem não tem *Drawback*, tem incidência de imposto de importação de PIS e COFINS mais os 9,25%.

Drawback pode ser aplicado pela **Cooperativa B**, por que ela importa insumo e exporta produto acabado, a **Cooperativa A**, não, e esta empresa não apresenta uma forte apreciação por esta nova rota alternativa - devem-se levar em consideração suas características de mercado - mas não descartam a possibilidade de negócios com Paraguai, o que, aliás, já o fazem desde os anos 1990, se os custos logísticos de fato compensarem as negociações, como pode-se observar nas palavras do Gerente Comercial:

Supondo eu ser o comprador da empresa, ok? E preciso comprar mil sacas de milho, então eu posso ligar para o Paraguai ou para a Argentina e perguntar, qual o valor milho posto Rio Grande (porto) ou quanto é para entregar em Chapecó (SC)? Ou ir buscar (na origem)? Eu pergunto para o vendedor do Paraná, qual seu preço? E assim sigo perguntando ao Mato Grosso.... Aquele que ofertar o menor preço eu compro. – “Não adianta, é a lei de oferta e procura”.

A **Cooperativa C** pratica importações e para eles o acesso via porto seco em Dionísio Cerqueira, caso venha se concretizar a Rota do Milho será uma alternativa extremamente viável, lembrando que eles já mantêm importações do insumo do Paraguai por Foz do Iguaçu.

V - Para importações do Paraguai, quais entraves comerciais são percebidos pela empresa entrevistada, e a percepção do entrevistado sobre a viabilidade de importação do insumo deste país, preços praticados.

Para as **Cooperativas A, B e C** entrevistadas o maior entrave é o valor dos tributos nacionais, uma vez que o imposto de importação para o milho é isento entre os países membros do Mercosul, o que demandaria uma reforma tributária brasileira para resolver o problema.

A falta de integração nos sistemas das aduanas dos três países, em especial a demora no desembaraço aduaneiro na fronteira em Dionísio Cerqueira e os custos de processos necessários a liberação do insumo junto a órgãos anuentes como o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ou seja, barreiras comerciais de cunho tarifário (incluindo flutuações cambiais) e não tarifário (como a discrepância entre o volume de carga para o transporte de milho nos países do Mercosul) dificultam e algumas vezes impedem a importação. O Despachante Aduaneiro em entrevista no dia 14 novembro de 2017, apontou:

1º Diante da questão noticiada da compra de milho pela região sul do Paraguai, as empresas paraguaias estão com a expectativa de aumento de demanda e que está gerando aumento de preço do milho no Paraguai em paralelo com a situação atual política no Brasil e o cenário internacional que elevou o dólar nas últimas duas semanas subindo consequentemente o preço do milho por questões cambiais.

2º com relação às restrições tarifárias e não tarifárias, existe a questão da engenharia tributária (que não vem ao objeto da discussão neste momento), mas com relação às questões não tarifárias, existe o controle do Ministério da Agricultura onde cada carga precisa ter uma coleta, de uma amostra, e essa amostra é analisada por uma empresa privada que estabelece seus próprios preços, existindo assim uma assimetria entre várias aduanas brasileiras que fazem divisa como o Mercosul, cujo preço dessa análise vai de R\$ 200,00 até R\$ 2.000,00 altamente impactante em um produto de baixo valor agregado.

A viabilidade de importação se dará na medida em que as questões comerciais forem se ajustando, como por exemplo, a certeza da implantação da Rota do Milho para uma definição concreta do valor logístico por este caminho, o que se tem certeza é que é muito mais perto por esta rota, como já apresentado no Capítulo 4 da dissertação, o que teoricamente reduz o preço com transporte.

Para a **Cooperativa B** o Paraguai é visto como um potencial fornecedor de grãos, principalmente para a região Oeste Catarinense, o que para eles define a compra do Paraguai ou do mercado interno é o preço. Para essa cooperativa, o mercado interno pode lhes abastecer 100%, porém em alguns momentos o Paraguai se torna mais competitivo. Essa competitividade depende das variáveis de mercado, como clima, câmbio e cenário político. A Logística também é percebida como um problema, pois atualmente, para o insumo do Paraguai chegar a Santa Catarina tem que vir pelas divisas do Paraná, por Foz do Iguaçu ou por Guaíra (PR), e o frete é caro, a ideia desse projeto do NFSC é encurtar a distância em 190 km (distância entre o ponto de fronteira até Chapecó), se isso de fato acontecer, vindo pela fronteira de Dionísio Cerqueira (SC) existem pontos positivos e negativos a se observar. O positivo é encurtar a distância entre

o insumo e a agroindústria, “[...], mas que não é crucial para vinda do milho, por que você esbarra em questões políticas e cambiais”, “[...] encurtando distância, tempo, e custo do transporte ainda não é definitiva redução efetiva de preço”. A seguir o relato do entrevistado da

Cooperativa B:

[...] nós precisamos entender se esse ganho de diminuição logística, se ele se é efetivo, em qual que vai ser o custo real, vamos dizer que descontando “tudo” abalsa, as taxas de passagem de fronteira enfim...qual é o real ganho que se tem? Nesse ganho logístico descontando todos os outros custos que vão ter para esse milho chegar até aqui...porque vai ter um custo de balsa, vai ter um custo de passar pela Argentina, etc.”

O negativo mais uma vez são as barreiras comerciais já apontadas neste estudo, neste sentido a **Cooperativa C** falou sobre os entraves ao livre comércio no MERCOSUL:

[...] deveríamos olhar um pouquinho melhor toda essa questão interna, e também a externa como no MERCOSUL, que o livre comércio do Mercosul, não é livre comércio, e não existe. Só está nos discursos e nas escritas, agora, no ato de comércio realmente não acontece”.

Para eles a importação de insumo é a saída para a falta de milho na região Oeste, e apostam no acesso via Rota do Milho, e consideram o milho do Paraguai de excelente qualidade, atendendo todos os requisitos técnicos exigidos.

A **Federação de Associações Empresariais Estadual** toma para si a preocupação de encontrar alternativas para que a agroindústria consiga acessar o insumo de maneira economicamente viável, que poderia ser a importação do Paraguai. Garantir o acesso ao insumo milho e também garantir a permanência da agroindústria na região Oeste Catarinense. Para que a rota do milho se efetive existe a necessidade de vencer as barreiras e entraves existentes, ele citou a questão da Aduana em Dionísio Cerqueira (SC), que tem falta de espaço para os caminhões aguardarem a liberação aduaneira, e o tempo de atendimento da aduana brasileira ser de 12h por dia, que não é o ideal, por que demora, onera o custo porque gera custos adicionais às empresas, como estadia dos caminhões. O outro entrave citado foi a inspeção do MAPA, que demora até 10 dias para ser liberada.

Segundo o Vice-Presidente, “não há escassez de milho, há dificuldade de trazer milho até aqui em razão de fatores como oscilações de mercado, produção de soja, falta de caminhões para fazer o transporte (que utiliza os mesmos caminhões para transportar soja).” Segundo ele, “somos o berço da agricultura, o berço da suinocultura e avicultura e conseqüentemente isso demanda o insumo”.

Para o representante do **Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas de Santa Catarina**, o insumo milho é estratégico para a agroindústria e impacta diretamente na economia da região, se faltar milho as empresas podem reduzir turnos de trabalho ou mesmo o deslocamento de linhas de produção (unidades produtivas) das agroindústrias para outras regiões. Sob o aspecto competitividade o milho garante que agroindústria local se mantenha em crescimento, junto a outros fatores já conquistados como, por exemplo, a questão de *status* sanitário alcançado pela qualidade dos produtos produzidos. Diante da realidade do posicionamento do insumo no Brasil é necessário pensar alternativas para acessar o milho.

A entidade é uma das principais apoiadoras no movimento de integração transfronteiriço, não medindo esforços para tornar esse projeto realidade, o que se percebe estar prestes a se concretizar, pelo status que a questão alcançou e pela aceitação do projeto por parte dos outros dois países.

Segundo o Coordenador Regional, novos modelos de negócios vão surgir após a implantação desta rota, como silos de armazenagem de grãos em regiões onde ocorrerá a movimentação.

Para a **Agência de Desenvolvimento Regional do Município de Chapecó (SC)**, existe uma preocupação sobre a manutenção e ampliação da matriz econômica regional e estadual, e assim no ano de 2016, em razão da alta do milho que chegou a custar segundo o Gerente regional R\$ 60,00 a saca de 60 quilos, foi quando o NFSC fez os primeiros contatos com os produtores do Paraguai para se pensar em alternativas, esse contato foi através do BRIPAM, e enfim, nasce ali a proposta de criação da Rota do Milho, e “90% dos produtores do Paraguai são Brasileiros, o que facilitou a conversa”, e as alternativas foram sendo estudadas o que resultou naquilo já apresentado no capítulo 4 desta dissertação. A expectativa dessa entidade de acordo com o andamento da Rota do Milho, é que o primeiro caminhão de milho virá por essa rota até dia 15 ou 20 de dezembro de 2017 onde a balsa estará disponível para a travessia do Paraguai até Argentina, de maneira a marcar efetivamente a abertura da rota de importação pelo porto seco de Dionísio Cerqueira.

A **Agência de Desenvolvimento Regional do Município de Chapecó (SC)**, juntamente as demais envolvidas com o NFSC, busca politicamente junto aos Governos dos três países, Paraguai, Argentina e Brasilem parceria com as embaixadas e o BRIPAM, para que sejam resolvidos os entraves aduaneiros existentes nas divisas dos países, como por exemplo um “corredor exclusivo na aduana para o milho” (em referência à liberação mais ágil no desembaraço aduaneiro).

As entidades consultadas apontam a preocupação pela manutenção da agroindústria na região, principal matriz econômica da Região Oeste de Santa Catarina.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base na pesquisa desenvolvida, que levantou dados oficiais sobre os países objeto do estudo, seguido de aplicação de questionários e entrevista semiestruturada, obteve-se resultados que respondem à pergunta objeto deste estudo, apontando favoravelmente para a viabilidade de importação de milho do Paraguai ao Brasil como insumo à agroindústria do oeste catarinense.

A suinocultura, avicultura e produção leiteira são as principais atividades da agroindústria do Oeste. A carne produzida pela agroindústria abastece o mercado nacional e internacional. Santa Catarina possui *status* de sanidade animal reconhecido mundialmente, e contribui com uma grande parcela na balança comercial de exportações do Brasil. O estado Catarinense consome o dobro de milho do que produz, nesse caso, a obtenção do insumo provém de outras regiões do Brasil. A manutenção e continuidade do crescimento da cadeia produtiva de proteína animal dependem de um principal insumo, o milho.

Muitos são os fatores que afetam a falta de insumo em Santa Catarina. O estudo apontou que a região Centro Oeste vem se destacando em volume e produtividade, o custo produtivo do Centro Oeste é menor que nas demais regiões produtivas, a qual tem na chamada safrinha, um volume de produção de milho superior à primeira safra.

Para suprir a demanda de milho no agronegócio local o estado necessita complementar o abastecimento com importação. O milho é a base alimentar de aves e suínos, presente na ração em percentuais que variam de 60% até 80% na composição da ração que alimenta aves e suínos, principal gerador de renda da agroindústria da região do grande oeste de Santa Catarina.

O Brasil é um grande produtor de milho. A dificuldade da agroindústria do Oeste Catarinense está no posicionamento deste insumo, uma vez que o estado de Santa Catarina, consome aproximadamente 6 milhões de toneladas por ano e produz apenas metade disso, o excedente à sua produção própria precisa vir de outras regiões, muitas vezes disponíveis no Centro Oeste Brasileiro a uma distância de até 2.000km, distância longe do ideal de frete rodoviário, que deveria ser inferior a 500km. Outras vezes o insumo precisa ser importado de países produtores de milho, e as rotas rodoviárias ou marítimas por vezes são muito longas e onerosas. O Estado Catarinense vem buscando alternativas para suprir a demanda do insumo através da importação nos países limítrofes, como o caso do Paraguai, apresentando-se no

presente estudo que com a implantação da Rota do Milho, a distância logística suprimimento do grão no oeste catarinense será de aproximadamente 380km.

A região Sul do Brasil é considerada o berço da agroindústria, especialmente a região oeste de Santa Catarina, sendo que muitos dos grandes frigoríficos nasceram em Chapecó (SC) e nas cidades vizinhas. Indústrias conhecidas como SEARA, SADIA, PERDIGÃO, AURORA nasceram e permanecem desenvolveram seus produtos na região.

As importações são uma alternativa para manter um estoque do insumo milho para a agroindústria do grande oeste Catarinense, se fazendo valer dos acordos bilaterais e multilaterais do Mercosul para redução de preço.

Neste sentido, o Núcleo da Faixa de Fronteira de Santa Catarina - NFSC, composto por entidades e representantes setores públicos e privado, coordenados pela Secretaria de Estado do Planejamento (SC) com o apoio do SEBRAE/SC, se engajaram para desenvolver e fortalecer a integração fronteiriça, almejando melhorar a logística com soluções integradas entre os países limítrofes próximos a Santa Catarina, onde surgiu a proposta para a implantação da Rota do Milho.

O projeto do NFSC, da Rota do Milho explicado em detalhes no capítulo 4 se apresenta como uma alternativa logística economicamente viável, para acesso ao milho no Paraguai, através do porto seco de Dionísio Cerqueira (SC). Se o milho vir importado do Paraguai pela rota proposta chegaria até Chapecó (SC) a uma distância de aproximadamente 380 km da origem do insumo.

As agroindústrias do oeste de Santa Catarina já importam milho do Paraguai, normalmente pela rota de entrada por Foz do Iguaçu (PR) ou pelos portos marítimos (ver quadro 13).

A pesquisa apontou que existe interesse da agroindústria na utilização da nova rota, e que de fato poderia se tornar mais atrativa pelo encurtamento da distância, porém sendo necessário primeiramente vencer as barreiras comerciais existentes no Mercosul, que dificultam e às vezes impedem a relação comercial entre os Países Membros.

O presente estudo propõe a adoção de medidas para acelerar o processo comercial de importação de Milho do Paraguai ao Brasil, apresentadas a seguir:

- Acelerar o trâmite de desembaraço aduaneiro nas fronteiras entre os países do MERCOSUL, disponibilizando mais pessoal efetivo e implantando atendimento durante 24 horas por dia, com a adoção de um sistema integrado entre as autoridades aduaneiras dos países envolvidos, além da liberação da Certificação de Origem MERCOSUL com mais celeridade, bem como a certificação de Operadores Econômicos Autorizados-OEA;

- Com a implantação da Rota do Milho, desenvolver ações de fortalecimento de outras cadeias produtivas, com agregação de valor aos produtos, visando incrementar negociações internacionais como forma de promover maior integração econômica e social entre os países membros do MERCOSUL;
- Promover ações paradiplomáticas que facilitem e agilizem as relações entre os países membros do Bloco MERCOSUL;
- Redução de carga tributária e tarifas de serviços aduaneiros envolvidos no desembaraço aduaneiro, citando como exemplo alíquotas de tributos Federais (PIS / COFINS) e taxa de inspeção de cargas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Inclusão do Paraguai no convênio do Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML), o que evitaria as trocas cambiais, utilizando a moeda nacional, simplificando os processos, reduzindo custos de *spread* cambial, ou seja, maiores lucros negociais entre as partes envolvidas.
- Desenvolvimento de ações coordenadas para instalação de estrutura de armazenagem de grãos na região oeste de Santa Catarina.
- Criação de mecanismos que facilitem a obtenção e compartilhamento de dados e informações estatísticas, a fim de promover a gestão do conhecimento de natureza econômica entre os países membros do MERCOSUL, disponibilizando informações socioeconômicas da região oeste catarinense aos demais países vizinhos;
- Promover a implantação efetiva do livre comércio no MERCOSUL, com a livre circulação dos fatores produtivos: bens; serviços; pessoas e capitais, com as respectivas políticas macroeconômicas setoriais.

A presente dissertação evidenciou a importância do insumo milho na cadeia produtiva do cenário do agronegócio no intercâmbio comercial do Paraguai com a região Oeste Catarinense. O presente estudo ainda apontou diversos pontos positivos e respectivos entraves na obtenção do insumo milho, cujo qual é indispensável à cadeia produtiva do agronegócio, especialmente na região Oeste Catarinense objeto do estudo. Ficou constatada a capacidade produtiva de milho do Paraguai como potencial exportador de grãos e o mapeamento das regiões produtivas do insumo no Brasil.

Por fim, ficou evidenciada a vantagem competitiva da importação de milho na cadeia produtiva do agronegócio do oeste catarinense com o Paraguai. Dentre os pontos analisados no presente estudo merece destaque também a importância da efetiva implantação e início das

operações da nova Rota do Milho, como alternativa economicamente viável e com vantagens logísticas para o agronegócio na região Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ACICIOLOY, Elisabeth. **MERCOSUL & União Européia: Estrutura Jurídico- Institucional**. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

ALICE WEB MERCOSUL – MDIC–Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – **Estatísticas**. Disponível em <<http://alicewebmercosul.mdic.gov.br//consulta/pesquisar>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Portos Aquaviários**. Disponível em: <http://observatorioantaq.info/index.php/category/portos-brasileiros/>. Acesso em 12 nov. 2017.

ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre. **Evolução do Transporte Ferroviário**. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/15884/Evolucao_do_Transporte_Ferroviario.html>. Acesso em 29 fev. 2016.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Taxas Câmbio**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpeq.asp?id=txcotacao>> Acesso em: 25 nov. 2017

_____. **Cotação Cambial**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Atlas, 2012.

BALBÉ, Fabiane Frois; MACHADO, Taize Andrade. O MERCOSUL como experiência de integração econômica: Avaliações e Perspectivas. **II Encontro de Economia Catarinense. Chapeco**, 2008.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos e logística empresarial**. 5ª edição, São Paulo: Bookman, 2010

BARQUETTE, S.; CHAOUBAH, A. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BB – Banco do Brasil. **Guia Banco do Brasil de Exportação**. 2006

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Estudo sobre a cadeia agroindustrial de proteína animal no estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2017/09/05151119-estudo-proteina-animal-final.pdf>> - acesso em 21-11-2017> Acesso em: 15 nov. 2017.

CALLADO, Antonio André. **Agronegócio**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional esquematizado**. Coordenador Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPECO - Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas. **Evolución de las Exportaciones**. Disponível. Em: <<http://capeco.org.py/soja-es-evol/>> Acesso em: 05 de nov. 2017.

_____. **Puertos de embarque y logística**. Disponível em : <<http://capeco.org.py/puertos-de-embarque-y-logistica-es/>> .Acesso em 05 out 2016.

_____. **Área de Siembra, Producción y Rendimiento**. Disponível em <<http://capeco.org.py/area-de-siembra-produccion-y-rendimiento/>> Acesso em 17 nov. 2017.

_____. **Exportaciones por destino final**. Disponível em: <<http://capeco.org.py/exportaciones-por-destino-final-es/>> . Acesso em 17 nov. 2017.

CARDOSO, Eliane; BASTOS, Luciana Aparecida; DIAS, Ricardina. Exportações e importações da mesorregião centro-ocidental paranaense e sua integração com o MERCOSUL. **VII ENPEX**. III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam. 2007.

CASSAR, Maurício et al. **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

CIGNACCO, Bruno Roque. **Fundamentos de Comércio Internacional para Pequenas e Médias Empresas**. Saraiva, São Paulo, 2009.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Indicadores de Agropecuária. Observatório Agrícola. Ano XXVI, N.02. Fev. 2017**.

_____. **Indicadores da Agropecuária. Observatório Agrícola**. Ano XXV, n. 1. Jan. 2016.

_____. **Indicadores da Agropecuária. Observatório Agrícola**. Ano XXV, n. 6. Jun. 2016.

_____. **Observatório Agrícola da Safra Brasileira de Grãos**. V.4. Safra 2016/17 - n. 2. Nov. 2016

D.O.U. -Diário oficial da união - Nº 152, terça-feira, 9 de agosto de 2016 - ISSN 1677-7042 **Memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república argentina para a criação do mecanismo de coordenação política Brasil – Argentina**. Brasília-DF.

FANCELLI, A.L.; DOURADO NETO, D. **Produção de milho**. Guaíba: Agropecuária, 2004.

FARMNEWS. **Análises de Mercado**. Disponível em <<http://www.farmnews.com.br/analises-mercado/producao-de-milho-no-mundo>>. Acesso em:17 nov. 2017.

FIGUEIREDO. Anelice M. Banhara; SCHNEIDER, Débora Regina; MARCHIORO, Eliete, ZENI, Elton; MENDONZA, Tânia Tasca Magalhães. **Caderno Metodológico. 2. Ed**. Xaxim (SC): Celer Faculdades, 2008.

G1- O Portal de Notícias da Globo. **Santa Catarina quer importar milho do Paraguai**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/sc-quer-importar-milho-do-paraguai-para-reduzir-custos-de-transporte.ghtml>>. Acesso em:17 nov. 2017.

GEOFUSION. **Potencial de consumo indica mercados em expansão no BRASIL.** Disponível em <<https://blog.geofusion.com.br/potencial-de-consumo-indica-mercados-em-expansao-no-brasil>> Acesso em 13 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notícias IBGE. **Estimativas Populacionais.** Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>> Acesso em 17 nov. 2017.

_____. **Censo populacional.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf> Acesso em 13 nov. 2017.

INE - Instituto Nacional de Estadísticas do Uruguai. **Análisis Parciais.** Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/35289/analisispais.pdf/cc0282ef-2011-4ed8-a3ff-32372d31e690>>. Acesso em 10 maio 2017.

INVEST EXPORT BRASIL. **Produtos e Serviços.** Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/ProdutosServicos/frmPesquisaProdutosServicosFull.aspx>>. Acesso em 05 jun. 2017.

ITAMARATY, 2017 – **Uruguai.** Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5417-republica-oriental-do-uruguai> Acesso em: 05 jun. 2017.

JANK, Marcos Sawaya; GARBARINO, Primavera; NASSAR, André Meloni. Estratégias para o agronegócio no mercosul ampliado. Seminário “Estratégia Agroalimentar para o Mercosul”, ocorrido na Universidade Federal de Pelotas em 28 e 29 de agosto de 1998 **Rev. Gestão e Produção.** V. 6, n3, p.170-184, dez, 1999.

JORNAL O ESTADÃO. País ganha primeira usina de Etanol. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pais-ganha-1-usina-de-etanol-de-milho,70001925433>. Acesso em: 21 nov. 2011.

OLIVEIRA, Aluisio Selomar Saft de. **Identificación y Descripción de las Barreras Residuales en el Mercosur.** Tesis de Maestría/Maestría en Administración Estratégica de Negocios. Facultad De Ciencias Económicas. Universidad Nacional de Misiones-UNaM, Misiones, Argentina, 2011.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas.** 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

_____. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas.** 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

_____. Samir. Chega de MERCOSUL. **Jornal diário do comércio.** Disponível em: <<http://blogdosamirkeedi.com.br/?p=713>> Acesso em 28 maio 2017.

KUNZLER, Jacob Paulo. **MERCOSUL e o Comércio Exterior.** São Paulo: Aduaneiras, 2002.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira: teoria e questões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MALHOTRA, Naresh K. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006.

MALUF, Sâmia Nagib. **Administrando o Comércio Exterior**. 2.ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/sobre-saude-animal>> Acesso em: 17 nov.2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de Projeções de Longo Prazo do Agronegócio Brasil 2014/15 a 2024/25**. Disponível em <http://globaltrends.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/03/Projecoes_2013-2014_2023-2024.pdf> Acesso em 17 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **Balança comercial 2017**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=sc>> Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Saúde Animal**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/sobre-saude-animal>> Acesso em 11 nov.2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **Balança comercial 2016**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=sc>> Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. **Acordo de Complementação Econômica nº 18- ACE 18, -Decreto nº 550, de 27/05/92**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1819-acordos-mercosul-ace-18>> Acesso em 27 abr. 2017.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio%202011-2012.pdf>> Acesso em: 17nov.2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELO, Serafim Carvalho. **Fronteira integrada e única (1ª parte)** ano 2005 – Disponível em: <<http://www3.mt.gov.br/imprime.php?cid=16006&sid=151>> Acesso em 26 nov. 2017.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Mercosul em poucas palavras**. Disponível em <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5_908/2/innova.front/em-poucas-palavras>. Acesso em 29 fev. 2016.

_____. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>> Acesso em 16 jan 2017.

_____. Disponível em <<http://www.mercosur.int:8081/innovaportal/v/8017/12/innova.front/pagina-principal>> Acesso em 20 jun 2015.

MP – Ministério do Planejamento, **Comércio Bilateral do Milho entre Brasil e Paraguai**. Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticias/comercio-bilateral-entre-brasil-e-paraguai-e-destaque-no-mercosul>> Acesso em 22 nov. 2017.

MRE- Ministério das Relações Exteriores – **Indicadores econômicos**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR Divisão de Inteligência Comercial - DIC INVEST EXPORT & **Guia de Comércio Exterior e Investimento BRASIL - ARGENTINA BALANÇA COMERCIAL**, 2017. Disponível em: [https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Indicadores Economicos/web/pdf/INDArgentina.pdf](https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDArgentina.pdf)> Acesso em 17 nov. 2017.

_____. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Argentina** / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2014.

_____. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Brasil** / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2016.

_____. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Paraguai** / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2016.

_____. Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar: Uruguai** / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2014.

PARLAMENTO EUROPEU (UE). EUROPA. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_4.1.1.html>. Acesso em 04 maio 2017.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Institucional e Material do MERCOSUL**. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2001.

REIS, E. **Estatística Descritiva, 1996**. In MORAIS, Carlos. Descrição, análise e interpretação de informações quantitativas. Bragança. 2005.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados Síntese Numérica**. Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Ciências Exatas Departamento de Estatística, Primeira Edição – Julho, 2002.

SANTIAGO, Darlene. É mais barato importar milho do Paraguai do que comprar no Mato Grosso Recorde de preços do milho e crise de abastecimento obrigam produtores de aves e suínos a buscar o cereal em outros mercados. **SF Agro-Farming Brasil** (2015): Disponível em: <<http://sfagro.uol.com.br/importar-milho-do-paraguai/>>. Acesso em 15 dez 2017.

SECEX. **Portaria SECEX 23/2011**. Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/biblioteca-de-arquivos/secex/portaria-no-23-de-14-de-julho-de-2011>> Acesso em 12 jun.2017.

_____. **Notas econômico-financeiras. Setor Externo**. Disponível em<<http://portal.siscomex.gov.br/informativos/noticias-orgaos/noticias/bcb/notas-economico-financeiras-setor-externo>> Acesso em 16 dez 2017.

SEVERO, Kellen, Maior importação de milho desde 1986 vai limitar alta de preços no Brasil. **Canal Rural**. Disponível em: <<http://blogs.canalrural.com.br/kellensevero/2017/01/11/brasil-registra-maior-importacao-de-milho-da-historia-em-2016/>>. Acesso em 30 nov. 2017.

SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior. Disponível em <<http://www.portalsiscomex.gov.br/>> Acesso em: 21 nov. 2017.

SISCOSERV - Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio. Disponível em <<http://www.siscoserv.mdic.gov.br/g33159SCS/jsp/logon.jsp>>. Acesso em 21 de nov. 2017.

SOUZA, Cláudio Luiz Gonçalves de. **A teoria geral do comércio exterior: aspectos jurídicos e operacionais**. Belo Horizonte: Cultura Jurídica – Ed. Líder, 2003.

SOUZA, José Manuel de. **Gestão do Comércio Exterior – Exportação/Importação**. Saraiva. São Paulo, 2010.

SPG-SC – Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina - Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/noticias/1638-chapeco-discute-a-integracao-fronteirica-para-o-desenvolvimento-do-agronegocio>>. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Ata – Reunião: O aumento da competitividade do agronegócio na região do grande Oeste por meio da integração fronteiriça**. Estado de Santa Catarina. Chapecó, 2016.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado De Santa Catarina - PDIF/SC**. Florianópolis, 2012.

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Luciana Maria de. **Releitura dos Acordos da OMC Como Interpretados Pelo Órgão De Apelação: Efeitos na aplicação das regras do comércio internacional Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 (GATT 1994)**. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2013.

Apêndice A – Questionário

Enviado via Google Formulário, link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdjZE7Q8hprYs21HDyZN8jQOdaKfi_cs0_f6RU6VrzFc_0FDA/viewform?usp=sf_link

PESQUISA SOBRE VIABILIDADE DE IMPORTAÇÃO DE MILHO DO PARAGUAI PARA O BRASIL COMO INSUMO À AGROINDÚSTRIA DO OESTE CATARINENSE

Solicitamos sua participação nesta pesquisa acadêmica que tem a intenção de verificar a viabilidade de importação de milho em grão do Paraguai para o Brasil como insumo à agroindústria do Oeste Catarinense.

O tempo total estimado é de 10 minutos.

Os dados coletados serão utilizados para fomentar a pesquisa de dissertação de mestrado do curso em Ciências Contábeis e Administração, da mestranda Cristina Vaccari, sob supervisão e orientação do Prof. Dr. Claudio Alcides Jacoski.

Futuramente, pretende-se divulgar os resultados por meio de análise de dados em artigo científico e envio posterior aos participantes que manifestarem interesse ao final do questionário.

Para passar de uma página para outra é necessário responder todas as questões obrigatórias (sinalizadas com "*"). Ao concluir o questionário será possível conferir as questões ou editar/refazer determinadas respostas.

Se tiver dúvida a respeito de algum ponto, entre em contato com o responsável pelo e-mail crisvaccari@unochapeco.edu.br ou ligue para o telefone 49- 991142064 (ou WhatsApp).

Agradecemos, antecipadamente, a sua colaboração e participação.

Mestranda: Cristina Vaccari

Prof. Dr. Claudio Alcides Jacoski

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

Para as questões objetivas, favor marcar a resposta que melhor se apresente para você, algumas questões possibilitam múltipla escolha.

1. Informe a qual segmento você pertence: *

- Agroindústria
- Associação de Municípios
- Associação Comercial
- Cooperativa
- Comércio de cereais
- Federação de Indústria e Comércio
- Governo Federal
- Governo Estadual
- Governo Municipal
- Trading Company
- Outro: _____

2. Informe o tempo em que você está na empresa/entidade/organização. *

- Até um ano
- Acima de 1 até 3 anos
- Acima de 3 até 6 anos
- Acima de 6 até 9 anos
- mais de 10 anos
- Outro: _____

3. Seu cargo na empresa/entidade/organização. *

- Presidente
- Administrador
- Gerente Geral
- Gerente comércio exterior
- Compras/Suprimentos
- Outro: _____

4. Sua empresa consome milho (como insumo)? *

- SIM NÃO

OBS: Se sua resposta a questão 4 foi NÃO (sua empresa Não consome milho), passe então direto para a questão nº 11. Já se foi SIM, continue respondendo normalmente.

5. Qual quantidade de milho consumida por sua empresa/entidade/organização em toneladas por mês.

- 1 até 10 t/mês
- 11 até 30 t/mês
- 31 até 50 t/mês
- 51 até 70 t/mês
- 71 até 90 t/mês
- 91 até 110 t/mês
- Outro: _____

6. O milho consumido por sua empresa/entidade/organização oriunda de qual mercado?

- Brasileiro somente
- Brasileiro e importado
- Importado somente

7. O milho consumido por sua empresa/entidade/organização, se originário do Brasil, de qual região é comprado? Marque as opções desejadas, orientando-se pelo mapa.

- Norte
- Nordeste
- Centro Oeste
- Sudeste
- Sul

8. Para o caso de sua empresa/entidade/organização importar o insumo milho, informe o período (ano) da importação. Assinale as alternativas correspondentes.

- 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 Outro: _____

9. Informe o(os) país(es) originário(s) da importação de milho realizada por sua empresa.

- Paraguai
 Argentina
 Chile
 Uruguai
 Outro: _____

10. Sobre a importação de insumo milho, qual volume total importado por sua empresa/entidade/organização em toneladas (por ano).

- de 26 t/ano até 33t/ano
 de 34 t/ano até 57t/ano
 de 57t/ano até 171t/ano
 de 172t/ano de 342t/ano
 Outro: _____

11. O Núcleo Estadual da Faixa de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço (PDIF/SC), criou a câmara técnica de Assuntos Internacionais para o tratamento de questões transfronteiriças. Existe um projeto em andamento do NFSC chamado de "Rota do Milho" que visa melhorar o acesso ao insumo milho produzido no Paraguai, encurtando a distância entre importadores Brasileiros e exportadores Paraguaiois via fronteira entre a cidade de Dionísio Cerqueira(SC) - Brasil e a cidade de *Bernardo de Irigoyen - Província de Misiones - Argentina* (uma distância entre o produtor paraguaio até o município de Chapecó-SC-Brasil, realizada por caminhões graneleiros, inferior a 500km (aproximadamente 380 km). Existe interesse por parte de sua empresa na importação do insumo por esta rota? *
 SIM NÃO

12. Para resposta positiva de interesse na importação do milho do Paraguai pela Rota do Milho, quais fatores motivam a importação?

- Celeridade
 Qualidade do insumo
 Preço mais competitivo
 Disponibilidade de transporte
 Logística economicamente viável
 Incentivos Fiscais
 Regimes aduaneiros especiais (exemplo: *Drawback*)
 Outro: _____

13. Qual o valor considerado viável para importação do insumo milho do Paraguai até sua empresa/entidade/organização (entregue no destino), por tonelada? Por gentileza informe valor e moeda referente. (Exemplo: 100 dólares ou 100 reais a tonelada)

14. Quanto aos entraves para acesso ao milho no país vizinho Paraguai, assinale os principais entraves a importação percebido por sua empresa/ entidade / organização?

- Capacidade permitida no transporte rodoviário por carga (divergente entre os países do Mercosul).
- Não eficiência no desembarço aduaneiro nas fronteiras entre os países.
- Custo do Transporte (incluindo o transporte aquaviário/balsas).
- Qualidade do insumo.
- Preço total na importação.
- Entraves com aduanas do Brasil, Argentina e Paraguai.
- Falta de certificação para o insumo milho paraguaio, a exemplo do certificado OEA (Operador Econômico Autorizado)
- Outro: _____

15. Em comparação aos valores praticados no mercado Brasileiro, torna-se viável financeiramente a importação do milho originário do Paraguai? Qual sua percepção sobre isso?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo
- De acordo
- Totalmente de Acordo

16. Deixe suas considerações gerais sobre o tema:

Futuramente, pretende-se divulgar os resultados por meio de análise de dados em artigo científico e envio posterior aos participantes que manifestarem interesse.

Sendo de vosso interesse, por favor, insira seu e-mail a seguir:

Apêndice B– Roteiro de entrevista

I - Consumo de milho pelas empresas entrevistadas em toneladas por mês e de onde vem o insumo consumido pelas empresas entrevistadas.

II - Qual o valor praticado na compra do insumo milho no mercado brasileiro e no mercado internacional.

III – Prática de importação de milho pela empresa. O que motiva as importações? Períodos de importação e o que motivou a (as) importação (ões) e se houve registros pela empresa de importações do Paraguai?

IV – Conhecimento sobre o projeto de implantação da Rota do Milho coordenada pelo Núcleo de Fronteira de Santa Catarina – NFSC e percepção sobre essa possibilidade logística de acesso ao insumo milho no Paraguai.

V - Para importações do Paraguai, quais entraves comerciais são percebidos pela empresa entrevistada, e a percepção do entrevistado sobre a viabilidade de importação do insumo deste país, preços praticados.